



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

---

**LAURA DA ANUNCIACÃO SALOMÃO**

**GINÁSIO ESTADUAL DE BATAIPORÃ-MT: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE  
SUJEITOS COMO EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO (1969-1974)**

**DOURADOS - MS  
2019**

**LAURA DA ANUNCIACÃO SALOMÃO**

**GINÁSIO ESTADUAL DE BATAIPORÃ-MT: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE  
SUJEITOS COMO EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO (1969-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na Linha de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani.

**DOURADOS - MS  
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S174g Salomao, Laura Da Anunciacao  
GINÁSIO ESTADUAL DE BATAIPORÃ-MT: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE SUJEITOS  
COMO EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO (1969-1974) [recurso eletrônico] / Laura Da  
Anunciacao Salomao. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Curso ginásial.. 2. Ensino secundário.. 3. Instituição escolar.. 4. Narrativas.. I. Ziliani, Profa.  
Dra. Rosemeire De Lourdes Monteiro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**LAURA DA ANUNCIAÇÃO SALOMÃO**

**GINÁSIO ESTADUAL DE BATAIPORÃ-MT: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE  
SUJEITOS COMO EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO (1969-1974)**

**COMISSÃO JULGADORA**

**RELATÓRIO DE DEFESA PARA OBTENÇÃO DO GRAU  
DE MESTRE EM EDUCAÇÃO**

---

Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Presidente (Orientadora)

---

Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)  
Membro titular

---

Profa. Dra. Maria do Carmo Brazil  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Membro titular

---

Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
Membro suplente

Dedico esta dissertação à minha mãe, Maria Josefina, que não esperou o término deste trabalho e partiu; e aos meus filhos, Luânderson e Leidson, luz na minha caminhada a cada amanhecer.

## AGRADECIMENTOS

Quando se é grato pelo que já se tem, tende-se a ter muito mais disposição para lutar pelo que ainda almeja. Desta forma agradeço:

Ao meu Deus e Pai de todas as coisas boas que até aqui vivi;

Aos meus amigos e colegas de profissão: Willian Rocha, Suzeli Gomes da Silva Dias, Nyanne do Nascimento Silva, Madecleide Rezende, Claudiani Ferreira da Cunha Rodelini e Adriana Keyko Yoshimura que sempre me incentivaram;

À amiga e colega de profissão, Lucivania Gotardi Ribeiro Balasso que juntas fizemos os primeiros estudos;

À Professora Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado pelo acolhimento e incentivo inicial;

À Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani, pela escolha para a orientação, dedicação, auxílio, compreensão e competência;

Aos companheiros de trabalho da escola Estadual Senador Saldanha Derzi: diretora, coordenadora, professores e funcionários administrativos, que direta e/ou indiretamente colaboraram para que eu pudesse concluir esta etapa;

Às companheiras Iva Lopes Guimarães Balmorisco e Diva matozo que sempre me substituíram no trabalho para que pudesse frequentar as aulas do Mestrado;

À minha amiga Rosalina Medeiros dos Santos e sua irmã Maria Julia, que buscou pelas fontes em Cuiabá;

À minha afilhada Lisandra dos Santos Nonato que não mediu esforços a cada viagem necessária à pesquisa; minha comadre, amiga e companheira Chrystiani Dantas Garcia, e minha amiga Leonir Rezende de Paula Soares e Silvana Soares, pelo auxílio nas mais diversas atividades escolares;

Ao meu irmão Tarcísio, que muito me ajudou em busca de informações e aos demais irmãos que sempre torcem por mim;

Aos meus filhos e esposo pela compreensão;

Aos professores do curso e colegas que tivemos oportunidade de dividir conhecimentos;

Às professoras Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis e Dra. Maria do Carmo Brazil pela aceitação e contribuições na Banca de qualificação e defesa.

Aos colaboradores, de modo especial, Dalibor do Amaral Trachta, que não mediu esforços para me atender e auxiliar sempre que precisei;

Aos novos amigos, companheiros de mestrado, Mariza Salete Backes Silva, Rosângela Farias da Silva e Wesley Fernando de Andrade Hilário, pela amizade, companheirismo, apoio e muita, muita ajuda.

A todos que estiveram presente neste período, minha eterna gratidão.

SALOMÃO, Laura de Anunciação. **Ginásio Estadual de Bataiporã-MT: história e memórias de sujeitos como experiências de escolarização (1969-1974)**. Orientadora: Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2019.

## RESUMO

O Relatório socializa resultados de pesquisa sobre educação ginásial e inscreve-se nos estudos sobre instituições escolares. Teve como objetivo estudar a instituição e o ensino ginásial oferecido no Ginásio Estadual de Bataiporã, localizado no município de Bataiporã, antigo sul de Mato Grosso, considerando, em especial, as memórias dos sujeitos (alunos, professores e administradores), entendidas como experiências. Analisou o contexto histórico-social, as circunstâncias específicas de criação, instalação e algumas das transformações ocorridas na Instituição, no curto período em que funcionou com uma denominação e organização específicas. Investigou a história do Ginásio em um momento histórico datado, de 1969 a 1974, para compreender seu funcionamento na organização da cidade e na vida dos sujeitos que por ela passaram, observando elementos da distribuição do tempo, do espaço e das atividades educacionais. Para análise dos materiais foram utilizados conceitos como poder, saber, espaço-tempo e memória/experiência, com apoio de Larrosa (2002), Le Goff (1990), Foucault (2008; 2014), Frago e Escolano (2001), Halbwachs (1990), Albuquerque Jr. (1994) e outros, além de estudiosos das instituições escolares e da modalidade ginásial no país como Magalhães (2004), Dallabrida (2014; 2007), entre outros. A criação do Ginásio na cidade ocorreu somente quatorze anos após o início da oferta de educação primária, que se deu em 1955. Utilizando as narrativas dos sujeitos entrevistados e fontes documentais, observou-se que a criação e instalação do Ginásio em Bataiporã foi um acontecimento valorizado pela população daquele município e, como em outras localidades, constituiu-se em alternativa para a continuidade de estudos de adolescentes, jovens e adultos que não possuíam condições de se deslocar para estudar em outras cidades. O prédio do Ginásio foi construído próximo ao do Grupo Escolar existente na cidade, mas não havia integração das atividades escolares e nem mesmo dos alunos das duas instituições. Sua presença também alterou a situação dos professores, e do ensino, com a chegada dos normalistas e de outros profissionais com formação superior; alguns “professores leigos”, sem espaço nas salas de aula, também encontraram no curso ginásial a oportunidade de formação para o retorno às escolas. Mesmo tendo indicações de que funcionou durante três anos somente no período noturno (aspecto desfavorável, em especial para os mais novos) e por meio de algumas práticas de vigilância e de controle dos comportamentos, coletivos e individuais, os sujeitos entrevistados, em suas singularidades, narram lembranças “positivas”, ou “não guardam ressentimentos”, dessa experiência escolar específica, considerando-a significativa em suas vidas, no aspecto pessoal e/ou profissional.

**Palavras-chave:** Curso ginásial. Ensino secundário. Instituição escolar. Narrativas.



## ABSTRACT

This Research Report socializes results on high school education and enrolls in studies on school institutions. The purpose of this study was to study the institution and the junior high school offered at the State Gymnasium of Bataiporã, located in the municipality of Bataiporã, in the south of Mato Grosso, considering in particular the memories of the subjects (students, teachers and administrators), understood as experiences. It analyzed the historical-social context, the specific circumstances of creation, installation and some of the transformations that occurred in the Institution, in the short period in which it worked with a specific denomination and organization. It investigated the history of the Gymnasium at a historical moment dating from 1969 to 1974 to understand its functioning in the organization of the city and the life of the subjects who passed through it, observing elements of the distribution of time, space and educational activities. In order to analyze the materials, concepts such as power, knowledge, space-time and memory / experience were used, with the support of Larrosa (2002), Le Goff (1990), Foucault (2008, 2014), Frago e Escolano (2001), Halbwachs (1990), Albuquerque Jr. (1994) and others, as well as scholars from school institutions and junior high school students such as Magalhães (2004), Dallabrida (2014, 2007), among others. The creation of the Gymnasium in the city occurred only fourteen years after the beginning of the offer of primary education, which occurred in 1955. Using the narratives of the interviewed subjects and documentary sources, it was observed that the creation and installation of the Gymnasium in Bataiporã was an event valued by the population of that city and, as in other localities, constituted an alternative for the continuity of studies of adolescents, young people and adults who could not travel to study in other cities. The Gymnasium building was built next to the existing School Group in the city, but there was no integration of school activities or even the students of the two institutions. Their presence also altered the situation of teachers and teaching, with the arrival of the normalists and other professionals with higher education; some "lay teachers" with no space in the classrooms, also found in the junior course the opportunity of training for the return to schools. With ever indications that it worked only for three years during the night period (an unfavorable aspect, especially for the younger ones) and through some practices of monitoring and controlling behaviors, collective and individual, the subjects interviewed, in their singularities, they narrate "positive" memories, or "no resentments," of this specific school experience, considering it meaningful in their personal and / or professional lives.

**Keywords:** Primary School. High school. School institution. Narratives.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa “Localização dos terrenos da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso” (1961) .....	46
<b>Figura 2</b> - Recorte com a localização de Bataiporã no mapa “Situação dos terrenos da CVSPMT” (1961) .....	47
<b>Figura 3</b> - Mapa dos limites territoriais do município (1963).....	50
<b>Figura 4</b> - Mapa de Mato Grosso do Sul – divisão territorial.....	51
<b>Figura 5</b> - Decreto de criação do Ginásio Estadual de Bataiporã (1969).....	53
<b>Figura 6</b> - Decreto de unificação do Grupo Escolar e do Ginásio Estadual de Bataiporã (1974).....	54
<b>Figura 7</b> - Decreto de elevação da Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata” a 2º grau (1975) .....	55
<b>Figura 8</b> - Decreto de autorização do magistério (1975).....	61
<b>Figura 9</b> - Certidão Territorial (1980) .....	66
<b>Figura 10</b> - Grupo escolar Bataiporã(1969).....	67
<b>Figura 11</b> - Ginásio Estadual de Bataiporã (1969).....	68
<b>Figura 12</b> - Ginásio Estadual de Bataiporã (1969).....	69
<b>Figura 13</b> - Representação da Quadra 48 (1969).....	70
<b>Figura 14</b> - Caderneta de controle da frequência escolar (1969 e 1974).....	73
<b>Figura 15</b> - Livros didáticos utilizados no Ginásio (1972 e 1974) .....	82
<b>Figura 16</b> - Páginas dos livros didáticos (com anotações do professor) (1972 e 1974).....	84
<b>Figura 17</b> - Páginas dos livros didáticos (com anotações do professor) .....	85
<b>Figura 18</b> - Dicionários (1972 e 1974).....	86
<b>Figura 19</b> - Cópia do Livro Ponto do Ginásio (1971-1972) .....	91
<b>Figura 20</b> - Requerimentos de Exame de Admissão (1970).....	93
<b>Figura 21</b> - Certificado de aprovação em Exame de Admissão (1970).....	94
<b>Figura 22</b> - Ata de exame de admissão (1969).....	94
<b>Figura 23</b> - Ata de exame de admissão (1969).....	95
<b>Figura 24</b> - Inauguração do pavilhão da escola (2019).....	99

## LISTA DE SIGLAS

ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
CDR - Centro de Documentação Regional  
COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático  
CVSPMT - Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso  
FIPLAN- Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IOMAT - Superintendência da Imprensa Oficial de Mato Grosso  
ISS - Imposto sobre Serviços  
LD - Livro Didático  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LD's - Livros Didáticos  
MS - Mato Grosso do Sul  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MT - Mato Grosso  
OSPB - Organização Social Política Brasileira  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
PR - Paraná  
PREVISSUL- Instituto da Previdência de Mato Grosso do Sul  
SC – Santa Catarina  
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI - Serviço Nacional da Indústria  
SEPLAN –Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral  
SITA - Sociedade Imobiliária de Tupã para a Indústria  
SP – São Paulo  
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados  
UNOEST - Universidade do Oeste Paulista

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Relação de sujeitos entrevistados (2018 - 2019).....	16
<b>Quadro 2</b> - Produções sobre ensino secundário/ginásio em Mato Grosso (2001-2017).....	31
<b>Quadro 3</b> - Produções sobre o município de Bataiporã (2004 – 2016).....	40
<b>Quadro 4</b> - Número de matrículas anuais do Ginásio Estadual de Bataiporã (1969-1974) ....	78
<b>Quadro 5</b> - Número de matrículas anuais do Ginásio por turno de funcionamento (1969-1974) .....	79
<b>Quadro 6</b> - Disciplinas oferecidas no Ginásio (1969-1974) .....	88
<b>Quadro 7</b> - Professores do Ginásio/disciplinas (1969-1974).....	92
<b>Quadro 8</b> - Apresentação de resultados de exame de admissão X matrículas (1969-1971)....	94
<b>Quadro 9</b> - Número de matrículas anuais da 1ª série do Ginásio por turno de funcionamento (1969 -1974).....	97
<b>Quadro 10</b> - Número de alunos iniciantes e concluintes do Ginásio (1969-1974) .....	97

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA: REFORMAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A TEMÁTICA .....</b>	<b>22</b>
1.1 A educação secundária no Brasil.....	22
1.2 Os ginásios em Mato Grosso: os temas e as instituições escolares .....	27
1.2.1 Instituições e ensino ginásial nas produções científicas.....	31
<b>CAPÍTULO 2 - GINÁSIO ESTADUAL DE BATAIPORÃ-MT: ESPAÇOS-TEMPOS, FUNCIONAMENTO E TRANSFORMAÇÕES .....</b>	<b>43</b>
2.1 De colônia à cidade: Bataiporã no território mato-grossense .....	43
2.2 O Ginásio na geografia da cidade e na composição dos sujeitos bataiporãenses .....	55
2.2.1 Espaços-tempos do Ginásio: edificação, distribuição e horário de funcionamento.....	62
2.2.2 Professores e alunos, aulas e conteúdos .....	75
2.2.3 Disciplinas e professores .....	87
2.2.4 O ingresso ao Ginásio .....	92
2.2.5 Memórias “sem ressentimentos” .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

O Relatório de dissertação é o resultado de pesquisa que se inscreve no campo das pesquisas sobre instituições escolares<sup>1</sup>. Teve como objetivo estudar a Instituição e o ensino ginásial oferecido no município de Bataiporã, antigo sul de Mato Grosso, no Ginásio Estadual de Bataiporã<sup>2</sup>, considerando, em especial, as memórias dos sujeitos (alunos, professores e administradores), observando tanto o contexto histórico-social, como as circunstâncias específicas de criação, instalação e transformações ocorridas, no curto período em que funcionou com essa denominação e organização.

O recorte temporal foi estabelecido considerando a data de sua criação, em 1969, conforme Decreto nº 813, de 12 de fevereiro de 1969 (MATO GROSSO, 1969), até o ano de 1974, quando a Instituição passou a integrar a Rede Estadual de Educação, com nova denominação, em decorrência da reforma ocorrida em 1971, regulamentada pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), em que o primário e o ginásio (primeiro ciclo do ensino secundário) passaram a compor o ensino de 1º grau:

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos (BRASIL, 1971, p. 6).

Como se pode observar, o período do recorte temporal é restrito - cinco anos -, considerando o período de funcionamento da Instituição, com a mudança na legislação educacional no País.

---

<sup>1</sup> A pesquisa insere-se em projeto em andamento na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), intitulado “Educação primária e ginásial no Sul de Mato Grosso: dispositivo de escolarização na constituição de crianças e adolescentes (1955-1974)”, coordenado pela Profa. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani.

<sup>2</sup> Ziliani (2010) explicita que o nome da cidade de Batayporã é uma associação da língua guarani antecedido do sobrenome Bata (do proprietário da Companhia colonizadora, Jan Antonin Bata). Bata, y = água, porã = boa, que significa “água boa do Bata”, em uma tradução livre. Entretanto neste estudo foi utilizado o nome da cidade com “I” (Bataiporã) considerando o recorte temporal adotado, que antecede a Lei nº 3372, de 17 de maio de 2007, que corrige e padroniza a Lei nº 1967, de 12 de novembro de 1963, para que o nome Bataiporã seja grafado com “Y” (Batayporã). Portanto, optamos em utilizar Batayporã com “y” somente nas referências que aparecerem desta forma.

O interesse em investigar esta etapa da escolarização veio da experiência docente na educação básica, nas duas etapas do atual Ensino Fundamental, bem como pela possibilidade e intenção de contribuir para o preenchimento da lacuna existente nas pesquisas dirigidas a pensar a História da Educação no Estado, com enfoque na educação oferecida no município de Bataiporã, considerando que esse nível da escolarização naquele município não conta com pesquisas realizadas.

Levando em conta esses aspectos, surgiu a indagação que se tentou responder: qual a importância desta etapa escolar na vida dos habitantes daquele município? Ou, em outros termos, como a experiência de escolarização, na modalidade ginásial, influenciou ou afetou os sujeitos que por ela passaram e contribuiu para a configuração inicial da cidade?

Como metodologia, e para uma aproximação do tema e resposta à indagação, buscamos as fontes orais, por meio de entrevistas com sujeitos que vivenciaram o cotidiano do ensino secundário, no período do recorte temporal adotado. Posteriormente, consultamos os documentos dos arquivos escolares – livros atas de resultado final, de exame de admissão, processo de integração e autorização de funcionamento da escola e fotografias, disponíveis no acervo da Escola Estadual “Jan Antonin Bata”. Também buscamos fontes documentais no Centro de Memória “Jindrich Trachta”, ambos localizados em Bataiporã, coletando documentos sobre o processo de colonização da Região e, em especial, da “cidade”, como mapas, recortes de jornais e fotografias.

As tentativas feitas, no ano de 2017 e início de 2018, na busca pelas fontes documentais referentes ao Ginásio, objeto de interesse da pesquisa, foram intimidadoras quanto à viabilidade da pesquisa.

Na Escola Estadual “Jan Antonin Bata”, que possuía em seu arquivo documentos da primeira escola de Bataiporã, o Grupo Escolar de Bataiporã, localizamos apenas a lei de sua criação, o Decreto nº 813, de 12 de fevereiro de 1969 (BRASIL, 1969). No Centro de Memória, que possui um acervo documental e fotográfico do projeto de colonização que deu início à cidade, também não encontramos documentos referentes ao Ginásio. Dessa forma, buscamos sujeitos que fizeram parte de sua história para compreender o funcionamento da Instituição e do curso ginásial oferecido. Com apoio de Albuquerque Jr. (1994), Halbwachs (2009), Larrosa (2002; 2011) e Le Goff (1990) utilizamos as memórias dos sujeitos para estabelecer uma interpretação de sua história ou de sua breve existência.

A pesquisa considerou as narrativas dos sujeitos como principal fonte, sendo relevante para a escrita da história do Ginásio, uma vez que através das entrevistas os sujeitos ativam a memória e organizam os fatos ocorridos, atualizando as informações e

(re)construindo uma história. Segundo Le Goff (1990, p. 423), “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Cada sujeito, ao narrar suas lembranças, expressa sua individualidade. No entanto, tais fatos não são unicamente seus, pois vivenciou e conviveu em um espaço e tempo determinados com outras pessoas. Como afirma Albuquerque Jr. (1994, p. 41):

As memórias individuais não podem ser tomadas como alicerces da consciência individual ou coletiva, mas sim como pontos de intersecção de várias séries ou correntes mentais aproximadas pelas relações sociais e por isso falar duma Memória como unidade subjetiva, como individualidade e não como subjetivação é esquecer que esta é composta de fragmentos de múltiplas vivências ao nível individual ou coletivo que são trabalhados neste diálogo constante entre indivíduo e sociedade, entre passado e presente. (ALBUQUERQUE JR, 1994, p. 41).

Através da memória nos remetemos ao passado. Uma forma de conhecer os problemas históricos é por meio do estudo da memória social, porém, é preciso salientar que a memória não é apenas verbalizada, mas também escrita, e esta comunica sem interrupção a memória falada. A memória eletrônica que registra os dados que lhe são introduzidos e que podem ser vistos por meio de sinais gráficos (a escrita), pode ser lida e lembrada. A propósito disto Le Goff (1990, p. 467) afirma que “[...] a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular”, pois seu poder de registro torna-se um grande auxiliar da memória humana que, sozinha, não é capaz de registrar os fatos. Ela armazena estes dados, é uma auxiliar, porém guiada pela mão do homem. O que realmente registra é a fonte de informação, a memória, que pode ser individual ou coletiva.

A memória individual é um processo básico de cada indivíduo, enquanto a coletiva é composta pelas lembranças dos indivíduos pertencentes a um grupo específico. São as recordações comuns a todos. Esses fatos ou elementos comuns são o que vão caracterizar, especificar, determinar este grupo, que vai registrar sua história: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 376).

A memória também pode ser interpretada como “experiência”, como adotado nesta pesquisa. Os fatos, as recordações são comuns, porém cada indivíduo tem suas particularidades, suas individualidades: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (LARROSA, 2002, p. 21).



“A experiência”, afirma Larrosa (2002, p. 25) “é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova”. Nesse sentido a memória pode ser coletiva, mas a experiência é individual, ela depende de cada sujeito, do seu modo de sentir e de agir, de acordo com cada situação.

Ainda segundo o autor, “o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece influencia de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (LARROSA, 2002, p. 24). Cada sujeito é único. Portanto, este território e/ou superfície tem suas especificidades, e conseqüentemente cada experiência é diferente uma da outra e em cada pessoa. Muitas vezes um mesmo acontecimento pode ser experiência para um indivíduo e para outro não.

Às vezes se perde a experiência pelo “excesso de informação”, de opinião, pela falta de tempo e até por “excesso de trabalho”. O sujeito moderno tem muita informação, pensa e argumenta sobre o que vê, vive em constante agitação, como se corresse contra o tempo, sempre ocupado:

O sujeito moderno não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e insaciável de notícias, de novidades, um curioso impenitente, eternamente insatisfeito. Quer estar permanentemente excitado e já se tornou incapaz do silêncio. Ao sujeito do estímulo, da vivência pontual, tudo atravessa, tudo o excita, tudo o agita, tudo o choca, mas nada lhe acontece. Por isso, a velocidade e o que ela provoca, a falta de silêncio e de memória, são também inimigas mortais da experiência. (LARROSA, 2002, p. 23).

Nesse sentido, o sujeito não se atém a nada, e não é por “pura insensibilidade”, mas devido à “agitação” diária. Em sua vida não tem lugar para os “acontecimentos”. Esse sujeito não se “ex-põe” aos acontecimentos e, por isto, nada lhe passa, nada acontece ou lhe toca; torna-se incapaz da experiência (LARROSA, 2002, p. 23). Isso não significa que a experiência seja fruto do ócio, mas que é singular, algo que não se repete, específico de cada um. São essas especificidades que ajudam a compor a história, pois o historiador ressignifica o que fica guardado na memória, que na visão do pensador são as experiências, e assim é possível “gestar a história” (ALBUQUERQUE JR., 1994, p. 50).

A memória coletiva, conforme Halbwachs (1990, p. 81), amarra as imagens de fatos passados a crenças e necessidades do presente. Assim, o passado é permanentemente elaborado, vivificado e como consequência é, também, ressignificado. Transformar fatos do passado em imagens e narrativas ininterruptas e reestabelecer a unidade de todos os aspectos,

que com o passar dos tempos representou dentro do grupo a ruptura, são algumas de suas características. Se constitui também pela corrente contínua de pensamento, uma continuidade que não se atém no campo da artificialidade, pois não guarda nada do passado, senão o que está vivo, ou que se encontra na memória do grupo que a contém. Assim,

A memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoia uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com a mesma intensidade para cada um deles. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

As lembranças são resultados de um processo coletivo, estando inseridas em um contexto social específico. Permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito se encontre envolvido. Elas são representações que se baseiam, mesmo que em partes, em testemunhos e deduções, reconstrução, pois não são meras repetições dos fatos/eventos/vivências que se estabeleceram no passado, mas acima de tudo, por ser responsável pelo resgate desses acontecimentos, que se dão a partir de interesses e preocupações atuais. Se diferenciam da série de acontecimentos que podem ser facilmente localizados em um determinado tempo, definidos mediante um conjunto de relações sociais. Possuem papel essencial para atualização e complementação das lembranças individuais mediante o confronto de testemunhos entre seus membros. Por isto Halbwachs (1990, p. 51) afirma que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com os outros meios”.

Como apoio teórico foram utilizadas duas noções inscritas na perspectiva foucaultiana (FOUCAULT, 2008; 2014) dirigidas a pensar o “dispositivo de escolarização”: discurso e poder-saber. A escolarização é um dispositivo, pois funciona como conjunto heterogêneo que engloba o discursivo e o não discursivo (como as instituições sociais). A instituição escolar é a parte visível do dispositivo, que “disciplina” e controla os sujeitos que a frequentam. Desenvolve-se neste espaço um poder-saber aos quais os envolvidos se sujeitam às regras e seguem os discursos em circulação ou resistem às regras e discordam destes discursos.

As ordens verbais presentes na escola demonstram o controle dos comportamentos, em que os alunos devem agir de acordo com as regras da instituição. O cumprimento de horários, o uso de uniformes, a utilização dos materiais didáticos e muitos outros são aspectos que demonstram o “poder” da instituição. No entanto, este poder só existe porque também há saber envolvido. Reside aí uma interligação entre poder e saber. Não há poder sem que se

tenha estabelecido saber, como também, o saber constitui relações de poder. Por isso pode-se afirmar que onde há saber, há poder. Sobre isto Foucault (2014, p. 31) argumenta:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de ‘poder-saber’ não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredoio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2014, p. 31).

Por outro lado, onde há poder há resistência. Se os “novos” saberes aumentam e fortalecem os poderes na sociedade disciplinar em que se vive, também há sujeitos cada vez mais “conscientes” ou resistentes que lutam contra as forças que tentam massacrá-los, contra toda diversidade, contra as múltiplas formas de dominação. E a escola, mesmo sendo um local onde o poder e a dominação estão presentes, também procura ensinar o indivíduo a lutar para que na vida cotidiana seja capaz de buscar a construção de uma sociedade onde saberes e poderes estejam a serviço de todos.

No decorrer do trabalho também dialogamos com Justino Magalhães (2004) para refletir sobre as instituições escolares. Segundo este autor, entre as principais facetas que permitem descrever, compreender e analisar as instituições educativas, estão “[...] os espaços e a estrutura arquitetônica; áreas organizacionais; estrutura física, administrativa e sociocultural; identidade cultural e educacional” (MAGALHÃES, 2004, p. 142). Explicita que a instituição escolar é um “organismo vivo” e a ação dos sujeitos envolvidos está presente na construção e mudança da sua história. No decorrer da pesquisa estudamos a etapa de ensino e a instituição ginásial. Pelas lembranças dos sujeitos observamos a estrutura predial, a organização do ambiente e do curso, ou seja, a parte arquitetônica da instituição e a parte pedagógica do curso, a estrutura física e administrativa e a identidade cultural e educacional.

Para Foucault (2008, p. 31-32), discurso é um conjunto de enunciados cada qual com as especificidades, pois um

[...] enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por

certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos; em seguida, porque é único como todo acontecimento. Mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2008, p. 31-32).

Desta forma, um mesmo enunciado pode aparecer em diferentes discursos de acordo com o tempo, o espaço e até mesmo o sujeito que o proferiu. Um mesmo enunciado, em cada momento em que é pronunciado, pode compor um novo discurso, pois o mesmo é passível de ser repetido, transformado ou reativado. Certamente é o que o sujeito faz ao relatar suas experiências, ao se posicionar diante dos fatos, utiliza de um ou mais discursos que selecionou ou adotou para si mesmo como verdadeiros; e isso depende sempre da posição que o sujeito ocupa na ordem do discurso, se sua narrativa é considerada válida (“verdadeira”) ou digna de ser ouvida.

Quanto às entrevistas realizadas, destacamos que cada entrevista é única e difere-se de todas as outras. Como afirmamos, as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, pois pertence a um grupo social. Mas o ponto de vista é individual. Assim, a memória pode ser a afirmação do próprio tempo e entendida como um ato de poder e conflito onde atuam passado e presente: “O passado ressoa no presente, o passado surge no presente com força viva e violenta”. “Passado ou futuro são demarcados a partir do presente que passa, por isso o tempo nada mais é do que essa sucessão de ‘agoras’” (ALBUQUERQUE JR., 1994, p. 42).

#### **Quadro 1 - Relação de sujeitos entrevistados (2018-2019)**

<b>NOME DO ENTREVISTADO</b>	<b>FUNÇÃO NO GINÁSIO</b>
Marisa Andrade Michelin	Professora /diretora
Leonida do Amaral Trachta	Professora
Raymundo José Da Silva	Professor
Salvador Pereira	Aluno
Jose Miguel da Rocha	Aluno
Dalibor do Amaral Trachta	Aluno

Fonte: Elaborado pela autora (SALOMÃO, 2019a).

A professora Marisa Andrade Michelini também foi diretora. É natural de Mariápolis, São Paulo (SP), mas residia no estado do Paraná (PR). Foi a primeira normalista, professora que tinha curso secundário para lecionar nas séries iniciais, ao chegar na cidade de Bataiporã, e aos 18 anos iniciou a docência como professora primária. Aos 19 anos assumiu a direção do Grupo Escolar de Bataiporã e depois continuou atuando na gestão escolar. Como diretora, permaneceu os demais anos de sua vida profissional, aposentando-se aos 43 anos de idade, em 1990. Atualmente, realiza atividades domésticas, mas já se dedicou à pintura e a atividades de catequese na igreja católica da cidade.

O professor Raymundo José da Silva lecionava Língua Portuguesa no ensino secundário e iniciou sua vida profissional na cidade de Bataiporã. É filho de pais nascidos no estado da Bahia, que se fixaram como sitiantes na região de Vicentina, Mato Grosso Uno. Estudou no Colégio Vicente Pallotti, instituição privada daquela cidade. Trabalhou durante seis anos no município de Bataiporã, chegando em Dourados em 1978, onde passou a exercer a função de inspetor escolar durante três anos. Em 1981 prestou concurso público e retornou às atividades docentes, trabalhando posteriormente em paralelo na rede privada por um período de sete anos, mas depois permaneceu apenas na rede pública. Em 1998 assumiu atividades docentes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio de concurso público, onde dedicou-se exclusivamente, por dezessete anos, permanecendo até fevereiro de 2017, quando, aos 69 anos, se aposentou.

A professora Leonida Do Amaral Trachta é pedagoga, nasceu em Presidente Epitácio (SP), no ano de 1954. Filha de colonizadores, foi para Bataiporã aos dez dias de idade, porém estudou em São Paulo onde morou com parentes até terminar o colegial, segunda etapa do ciclo ginásial. Iniciou sua carreira na educação em 1973 como professora primária e lecionou, num curto período de tempo, a disciplina de matemática nas duas primeiras séries do curso ginásial em Bataiporã. Foi professora, diretora adjunta, diretora, coordenadora e chefe de agência educacional de Bataiporã. Aposentou-se em 2000 pela Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul e atualmente reside em Bataiporã.

Também foram entrevistados três alunos que cursaram o ginásio em Bataiporã: José Miguel da Rocha, Salvador Pereira e Dalibor do Amaral Trachta. O ex-aluno José Miguel da Rocha era morador de Anaurilândia, MT. Chegou em Bataiporã em 1965 e estudou na zona rural, terminando o quarto ano em 1967, com 15 anos de idade. Em 1969 iniciou suas atividades profissionais como docente na área rural, retomando os estudos no Ginásio de Bataiporã, por necessidade profissional, em 1973. A partir daí, fez curso normal, graduação e

prestou concurso público. Atualmente é professor de Matemática da rede pública estadual no município de Bataiporã, onde reside.

O ex-aluno Salvador Pereira é filho de paulistanos, nasceu no município de Tupi, SP. Chegou em Bataiporã em 1962, com 5 anos de idade. Seu percurso escolar ocorreu naquela cidade, do primário até o 2º grau. Formou-se técnico em contabilidade e, posteriormente, fez graduação em Letras, em Presidente Prudente, SP. Iniciou suas atividades profissionais como docente em 1985, no município de Bataiporã. Exerceu função de diretor, diretor adjunto, foi presidente do sindicato dos professores por 13 anos, correspondente do Instituto da Previdência de Mato Grosso do Sul (PREVISSUL) e, paralelo ao serviço público, prestava serviço de contabilidade em Bataiporã, pois tinha um escritório próprio. Também participou da vida política local, como vereador. Atualmente é funcionário público aposentado e proprietário de um posto de combustível.

O ex-aluno Dalibor do Amaral Trachta é filho de um dos colonizadores do município, Sr. Jindřich Trachta, também ex-prefeito e ex-professor do local. Nasceu em Presidente Epitácio, SP, em 1959 e foi criado em Bataiporã. Fez graduação em Artes. Atualmente é funcionário público efetivo, atuando na administração escolar estadual, onde iniciou seus trabalhos em 1978.

Além das entrevistas também conversamos informalmente com Dalibor do Amaral Trachta, que é um dos entrevistados e Lindalva Teixeira da Silva, assistente administrava da prefeitura municipal, que atua na secretaria de cultura, esportes e lazer. Portanto, no decorrer do trabalho as informações obtidas através destas pessoas serão registradas como informação verbal.

Sobre a temática do ensino secundário no País, optamos por dialogar, em especial, com Dallabrida e Carminati (2007) e Dallabrida e Souza (2014). Em suas obras é possível aproximarmos-nos de uma visão histórica desta etapa de ensino, com especificidade no estado de Santa Catarina (SC). Também serão utilizados trabalhos de Pessanha, Assis e Silva (2017), Cestari (2008) e Assis (2015), pesquisadoras do ensino secundário do sul de Mato Grosso.

De acordo com a legislação da época, o Ensino Secundário ou Ginásio era a etapa escolar que sucedia o primário e antecedia o colegial, o atual Ensino Médio. Essa etapa escolar era composta de 8 anos, destinada aos jovens que pretendiam dar continuidade aos estudos por meio do Ensino Superior, cujo ingresso dependia de aprovação no Exame de Admissão, um processo seletivo que impediu muitos de prosseguir carreira acadêmica.

O Ensino Secundário teve seu início em 1549 com os Jesuítas, permanecendo o modelo de Educação Jesuítica, até o Brasil Imperial, período em que surgiram as primeiras

instituições de Ensino Secundário no País, o Liceu Pernambucano, o Liceu da Bahia e o Colégio Pedro II, que foram criados em 1826, 1836 e 1837, respectivamente. Esta etapa de ensino teve várias denominações, assim como as instituições. Isto ocorreu entre 1890 e 1923 conforme as reformas ocorridas. As instituições se denominaram Liceu, Colégio e ginásio, ao passo que o ensino foi chamado de Curso Médio, Ensino Secundário, Curso Fundamental, Curso Gymnásio e Ensino Sencundário.

Na década de 1930, esta etapa escolar foi dividida em dois ciclos. Com a Reforma Francisco Campos (1931) o primeiro ciclo – Fundamental, teve duração de 5 anos e o Complementar, segundo ciclo, durava 2 anos. Já na década de 1940, com a Reforma Capanema (1942), o curso ginásial passou a ter 4 anos e o clássico e científico 3 anos, porém continuou sendo primeiro e segundo ciclos. Consequentemente surgiram novas denominações às instituições, neste momento passaram a Ginásio aquelas que ofertaram apenas a primeira etapa do ensino Clássico e o Científico, situação que perdurou por 20 anos.

Na década de 1960, aprovou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), inscrita na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), e o Ensino Secundário continuou sua constituição em 2 ciclos, porém denominou-se Ciclo Ginásial e Ciclo Colegial composto de 4 e 3 anos, respectivamente.

Passados 10 anos, em 1971, extinguiu-se o Ginásio, pois a Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) reformulou o ensino, e o Ensino Secundário passou a Ensino de 1º e 2º grau. A partir desta data instituiu-se a duração de oito anos ao Ensino de Primeiro Grau, surgindo daí a união do Primário e do ginásio, e o 2º grau passou a ser composto de 3 ou 4 anos. Neste mesmo período, eliminou-se o Exame de Admissão e o Ensino de primeiro grau passou a ser obrigatória dos 7 aos 14 anos de idade.

Em Mato Grosso o marco educacional do Ensino Secundário surgiu com a criação do Liceu Cuiabano, em 1879. Até esta data contava apenas com ensino privado e de caráter religioso. Porém a história do Ensino Secundário em Mato Grosso também foi registrada por meio de decretos no período de 1891 a 1927, apesar da ênfase maior ao Ensino Primário, se estendendo até as décadas de 1930 e 1940, mantendo 3 Ginásios oficiais nas três principais cidades: Cuiabá, Corumbá e Campo Grande.

A partir de 1950, aumentou os investimentos e o Estado chegou em 1955 com 7 ginásios públicos distribuídos em diferentes municípios e 9 ginásios particulares. No entanto, em 1961 é que se observou um avanço significativo. Mas a questão da acessibilidade permaneceu na próxima década, apesar da aprovação da Lei nº 4.024/61 (BRASIL, 1961), mudando apenas na década de 1970, quando ocorreu a aprovação da Lei nº 5.692/71

(BRASIL, 1971) e o ensino passou a ser obrigatório a todo indivíduo com idade entre 7 e 14 anos.

Esta etapa de ensino tem sido tema de pesquisa de estudiosos e sendo este o objeto da pesquisa desenvolvida a partir de fontes memorialística. Retomamos Assis (2015), que também trabalhou o Ensino secundário a partir de fontes memorialística. Em seu trabalho “[...] buscou nas representações dos memorialistas o vivido e o sentido (aspectos subjetivos) por seus autores nas escolas do Ensino Secundário” (ASSIS, 2015, p. 33). Segundo explicita, “As reminiscências e memórias constituem um meio de se conhecer o passado, afinal os memorialistas narram o que foi presenciado e/ou vivido e sistematizado num estudo detalhado de determinados acontecimentos históricos” (ASSIS, 2015, p. 34).

A autora, na obra de sua organização, juntamente com Silva, “Memórias do ensino secundário no sul de Mato Grosso no século XX”, resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), apresenta 12 trabalhos cuja fonte principal de pesquisa são as fontes memorialísticas. No texto de sua autoria, Assis (2015) “[...] conduz o leitor pelas trilhas da pesquisa, o ponto de partida, os resultados alcançados, as possibilidades e desdobramentos de estudos futuros” (ASSIS, 2015, p. 16) , desta forma proporciona ao leitor uma aproximação com os conceitos de memória, entre outros, além conhecer o objetivo da obra num todo, poder compreender “nas memórias as representações sobre o ensino secundário” (ASSIS, 2015, p. 24).

Em janeiro de 2019, consultamos arquivos do Centro de Documentação Regional de Cuiabá - MT, do Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR/UFGD), do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e os *sites* da Superintendência da Imprensa Oficial de Mato Grosso (IOMAT), porém, nestes não obtivemos sucesso. No mesmo mês retornamos à escola Estadual “Jan Antonin Bata” e tivemos acesso a outros documentos dos arquivos escolares. Consultamos livros atas de resultados finais, livros de matrículas, requerimentos e certificados de “exame de admissão”, atas dos processos seletivos, livro ponto de professores, alguns processos administrativos da escola, histórico escolar e fotografias. Essas fontes permitiram a ampliação da pesquisa e a possibilidade de atingir o objetivo proposto.

Após análise das fontes o Relatório de Dissertação foi organizado em dois capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais.

No primeiro Capítulo, “A educação secundária: reformas e produção científica sobre o tema”, organizamos um histórico da educação secundária no País e em Mato Grosso, considerando o discurso oficial (legislação) e as produções científicas sobre o tema.



No segundo capítulo, “O Ginásio Estadual de Bataiporã-MT: espaço-tempos, funcionamento e transformações”, analisamos as mudanças que ocorreram na educação secundária no município de Bataiporã, materializadas na criação do Ginásio Estadual de Bataiporã, e como a experiência escolar no secundário afetou e interferiu na vida dos sujeitos que participaram da história do Ginásio.

## **CAPÍTULO 1**

### **A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA: REFORMAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A TEMÁTICA**

O objetivo deste capítulo foi o de retomar e analisar a história da educação secundária em Mato Grosso, a partir da legislação e das pesquisas realizadas no meio acadêmico brasileiro. Inicialmente fez-se uma apresentação das mudanças ocorridas na educação brasileira de acordo com a legislação até o período do recorte temporal adotado na pesquisa (1969-1974), seguido de uma noção do marco histórico da educação secundária em Mato Grosso no período referido.

Considerando a legislação educacional em vigor no final da década de 1960 até início dos anos 1970, o ensino secundário era composto em dois ciclos de estudos, ginásial e colegial. O curso ginásial seguia o ensino primário e antecedia o colegial, tinha uma duração de quatro anos, e era pré-requisito de acesso ao colegial - atual Ensino Médio -, etapa escolar inicialmente destinada à formação da elite brasileira que buscava a continuidade dos estudos almejando uma trajetória de escolarização de longa duração. Com a democratização do ensino, pela oferta do ginásio, ampliou o acesso à educação e, ao mesmo tempo, estruturou saberes, determinou hábitos de civilidade, racionalidade e a disciplina (DIAS; ALVES, 2014). Disso pode-se afirmar que foram abertas as portas da escola com a finalidade de moldar e (con)formar os comportamentos e as subjetividades dos escolares.

#### **1.1 A educação secundária no Brasil**

De acordo com a primeira LDB (BRASIL, 1961), o ensino ginásial correspondia aos quatro anos finais do atual Ensino Fundamental. Para ascender ao curso ginásial, era necessária a realização de um exame, denominado de “exame de admissão”, que se constituía em condição e certa limitação de acesso ao ensino secundário (sendo objeto de críticas em teses e dissertações). O ciclo ginásial tinha uma duração de quatro anos, no qual, ao seu término, o aluno podia cursar o colegial, o segundo ciclo do Ensino Secundário. No entanto, não foi a partir de 1961 que se iniciou o “ensino secundário” no Brasil. O ensino secundário teve seu início em 1549, na época do Brasil colônia, com a vinda dos jesuítas. Uma modelo de educação que estende sua influência até o período imperial. Segundo Zotti (2004, apud ZOTTI, 2005, p. 31):

Num primeiro sentido isso significa a presença oficial dos jesuítas de 1549 a 1759, quando da instituição das Reformas Pombalinas<sup>3</sup> e consequente expulsão dos jesuítas do comando da educação em Portugal e no Brasil. No segundo sentido, os pressupostos educacionais dos jesuítas perduram com as reformas pombalinas, pois 'a formação humanista, clássica e europeizante tem continuidade nas disciplinas isoladas [aulas régias], visto que a maioria dos professores eram padres formados nas escolas jesuíticas.

A herança deixada pelo Império à educação brasileira foi um ensino primário constituído de aulas régias ou avulsas e um ensino secundário organizado de forma a oferecer preparação para o ensino superior. Afinal, a educação escolarizada era de domínio e interesse dos dirigentes, aos quais interessava associar os interesses da metrópole e as atividades coloniais.

As primeiras instituições de ensino secundário no país surgiram no período imperial, sendo elas o Liceu Pernambucano, cuja fundação ocorreu em 1826, o Liceu da Bahia, fundado em 1836, e o Colégio Pedro II, em 1837. O primeiro teve criação original, já os outros dois surgem a partir da reorganização do Seminário São Joaquim.

#### O Colégio Pedro II,

[...] durante seu processo histórico teve várias denominações, entre elas destacam: Liceu Pedro II, Liceu Geral e Liceu Provincial, Ginásio nacional. Este estabelecimento de educação secundária foi palco de várias reformas que serviram de modelo de equiparação para outras instituições criadas em todas as regiões brasileiras. (ROCHA, 2010, p. 23).

Oliveira (2014), em diálogo com Gasparello (2004), afirma que esse Colégio foi

[...] concebido para ser referência nacional, no discurso da fundação o qualificaram como 'modelo de instrução secundária', suas principais atribuições foram a regulamentação de exames preparatórios para o ensino superior e a política da equiparação, na qual toda instituição privada ou pública era obrigada a ter o mesmo padrão [...] para funcionar oficialmente aplicando exames. (OLIVEIRA, 2014, p. 38).

O Colégio Pedro II foi uma instituição destinada e composta pela burguesia, pois tanto alunos quanto professores pertenciam à classe mais abastada, aspecto destacado na afirmação de Zotti (2009, p. 180):

---

<sup>3</sup> O Período Pombalino corresponde aos anos em que o Marques de Pombal exerceu o cargo de primeiro-ministro em Portugal (1750 a 1777), durante o reinado de Dom José I. As medidas de Pombal visavam aumentar o controle político, econômico e administrativo da metrópole sobre o Brasil. Objetivavam também aumentar a exploração dos recursos econômicos, principalmente de ouro, para transformar Portugal numa potente nação europeia.

A preparação das elites foi o objetivo da proposta do colégio Pedro II, que se concluía com sua formação nas faculdades. Foi uma instituição criada para a formação da elite afinada com o projeto civilizador do império, além da necessidade que o governo tinha de formar quadros para as funções públicas. Nesse sentido não é somente uma educação para elite em detrimento do povo em geral. É uma escolha do governo geral, como um mecanismo fundamental para a própria sobrevivência através da formação de grupos afinados com os seus interesses.

Enfim, o Colégio Pedro II destacou-se na história da educação brasileira, no entanto muitos outros colégios surgiram posteriormente. Lembremos que uma pequena minoria da população tinha acesso ao ensino secundário, pois este destinava-se à formação dos filhos da elite brasileira para o ingresso no ensino superior (que também era para poucos), bem como à ocupação de cargos de destaque na sociedade. Também foi um nível escolar destinado aos jovens e permitia a continuidade dos estudos por meio dos cursos superiores, que

Recebeu várias denominações ao longo de sua história: instrução secundária, ensino secundário, educação secundária, curso ginasial, curso secundário fundamental. As instituições de ensino secundário receberam, em cada período, denominações diferentes: Liceu, Colégio e Ginásio (PESSANHA; ASSIS; SILVA, 2017, p. 313).

Tais denominações são resultados das reformas ocorridas no período de 1890 a 1925, conforme afirmam as autoras:

O nome utilizado para o ensino secundário pela Reforma Benjamin Constant, de 1890, foi curso médio; em 1901, a nova reforma educacional, Eptácio Pessoa, denominou ensino secundário; a reforma posterior, Rivadávia, de 1911, deu o nome de curso fundamental; pela Reforma Maximiliano, de 1915, o ensino secundário passou a chamar-se curso ginasial; em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, voltou o nome ensino secundário. (PESSANHA; ASSIS; SILVA, 2017, p. 313).

No entanto, a década de 1930 foi um marco divisório desta etapa escolar em dois ciclos. A reforma Francisco Campos (1931) dividiu o ensino secundário em cursos seriados: fundamental e complementar. O primeiro com 5 anos de duração e o segundo com 2 anos. Tais informações foram regulamentadas pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 (BRASIL, 1931, p. 2):

[...] Art. 2º - O ensino secundário compreenderá dois cursos seriados: fundamental e complementar.

Art. 3º - Constituirão o curso fundamental as matérias abaixo indicadas, distribuídas em cinco anos, de acordo com a seguinte seriação: [...]

Art. 4º - O curso complementar, obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais, e compreenderá as seguintes matérias.

A Reforma Capanema (1942) estabeleceu o curso ginásial composto de 4 anos e os cursos clássico e científico (segundo ciclo do ensino secundário), com duração de 3 anos. Também determinou que os estabelecimentos de ensino fossem chamados de ginásios ou colégios. Os ginásios ofereciam apenas o primeiro ciclo enquanto os colégios obrigatoriamente ofereciam os dois ciclos (DIAS; ALVES, 2014), posteriormente regulamentado pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942, p. 2):

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

[...] Art. 5º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio.

Após um longo período de embates e jogos de forças, aprovou-se a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961). Conforme afirmam Pessanha, Assis e Silva (2017, p. 313), “[...] com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, em 1961, os dois ciclos do ensino secundário passaram a denominar-se: ciclo ginásial e ciclo colegial”, compostos de quatro e três séries respectivamente, como define o primeiro parágrafo do Artigo 44, da referida Lei: “O ciclo ginásial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo” (BRASIL, 1961, p. 9).

Ao longo da história, as leis instituídas no Brasil sempre atenderam as elites e, conseqüentemente, o mesmo aconteceu com as leis referentes à Educação. Organizada em 120 artigos, a LDB (BRASIL, 1961) regularizou o sistema de ensino do País. Antes de sua homologação em dezembro de 1961, a educação brasileira era somente citada na Constituição de 1934. Porém, anteriormente à sua promulgação houve amplo debate no Congresso Nacional, por um longo período, encerrando-se em um texto que não correspondeu plenamente às expectativas dos envolvidos no processo. Efetivamente, tornou-se uma solução de compromissos e permissões entre quem defendia a escola pública e os defensores da rede

particular vinculada à Igreja, que buscava manter-se no sistema educativo após perder seu mandato durante o início do século.

Foram longos debates, quase 30 anos após ser prevista pela Constituição de 1934, até que o texto final fosse finalmente sancionado pelo então presidente João Goulart. Essa foi a primeira Lei criada unicamente com a finalidade de regularizar a educação e o sistema de ensino do País tratando de aspectos como regulamentação de conselhos estaduais de educação:

A primeira LDBN-Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, considerada por Anísio Teixeira ‘meia vitória, mas vitória’, apresentou avanços consideráveis para o ensino secundário. [...] flexibilizou o currículo em nível estadual, dando margem de definição de disciplinas aos nascentes conselhos estaduais de educação, bem como aos estabelecimentos de ensino. No entanto, consideramos que o maior ganho se deu com a equiparação entre o ensino secundário e os cursos técnicos /normal por meio do ‘ensino médio’, superando formalmente o dualismo escolar dos cursos entre os ensinos primários e superiores. (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p. 18).

Conforme Nunes (2002, p. 11) explicita:

Nos anos 1960 a promulgação da LDB [...] reconheceu a legitimidade de outros saberes além do acadêmico, integrando o ensino profissional ao sistema regular de ensino e estabelecendo a plena equiparação entre os cursos profissionalizantes e propedêuticos, para fins de prosseguimento dos estudos, assim permitiu que o Senai e o Senac organizassem seus cursos cumprindo as exigências legais, a fim de obter a equivalência aos níveis primários e médios. (NUNES, 2002, p. 11).

Evidencia-se nas citações os “avanços” obtidos na educação através da aprovação da LDB (BRASIL, 1961). Marchelli (2014) afirma que o currículo do ensino secundário objetivou a formação profissional, por meio dos conhecimentos gerais e técnicos, porém sem a exclusividade humanista que havia anteriormente. Com a democratização do ensino secundário, principalmente do ciclo ginásial, buscando a formação especializada da classe mais pobre, como mão de obra para as indústrias, que naquele momento se encontrava em crescimento no país, para o comércio e as atividades administrativas ligadas a elas.

Pode-se afirmar que nessa “democratização do ensino” não havia uma preocupação com a educação da população brasileira, mas sim com a formação do trabalhador que o país “necessitava” para seu crescimento econômico e a geração de riquezas. O ensino continuava excludente, pois o mais favorecido continuaria seus estudos visando ocupar cargos de prestígio, ao passo que o menos favorecido se tornaria um técnico, um trabalhador assalariado, ou seja, o rico seria o patrão e o pobre, o trabalhador, o empregado.

Enfim, a educação no País sempre esteve vinculada aos fatores econômicos e políticos, esses embates dos modelos econômicos (agrário-exportador e urbano industrial) aparecem na elaboração da primeira LDB (BRASIL, 1961). Nesse sentido, o texto da Lei demonstrava, entre outros aspectos, a intenção de manutenção desse *status* no âmbito educacional, necessário à perpetuação do “bem-sucedido” modelo socioeconômico.

Finalmente, em 1971, no período da ditadura militar no País (1964-1985), pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), o ensino secundário foi reformulado com a denominação de ensino de 1º e 2º graus. As disposições relativas ao ensino primário e médio previstas na LDB (BRASIL, 1961) foram revogadas e substituídas.

Entre outras modificações, a Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971) pôs fim ao exame de admissão estabelecendo que para ingresso no ensino de 2º grau, fosse exigida a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes. Como apresenta o Capítulo III “Para ingresso no ensino de 2º grau, exigir-se-á a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes. (BRASIL, 1971, p. 6). Sendo o primeiro grau constituído de oito anos como consta o Artigo 18: “O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades” (BRASIL, 1971 p. 6). Desta forma o 1º Grau correspondeu à União dos ensinos primário e ginásial. O mesmo passou a ser obrigatório a toda criança entre 7 a 14 anos, e não mais de acesso restrito, e seu objetivo:

Art. 1º. O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.  
[...]. Art. 22. O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente. (BRASIL, 1971, p. 2-6).

Essa Reforma teve como objetivo principal a limitação das ações do movimento operário e a formação de profissionais (mão de obra industrial), iniciada anteriormente, ou seja, a formação da força de trabalho que o país necessitava naquele momento, enfatizando como objetivo a formação para o trabalho.

## **1.2 Os ginásios em Mato Grosso: os temas e as instituições escolares**

O marco educacional de Mato Grosso se deu com a criação da primeira instituição de ensino público no Estado, o Liceu cuiabano, criado em 3 de dezembro de 1879 por meio da

Lei nº 536, de 3 de dezembro de 1879 (1879 apud SÁ; SIQUEIRA, 2000), e que posteriormente foi equiparado ao Colégio Pedro II, que tinha por objetivo “[...] formação da elite nos moldes europeus, com um caráter informativo e enciclopédico, procurando incorporar os conhecimentos científicos [...], não como uma nova forma de compreender o mundo, mas sim com o objetivo de enriquecer a erudição da intelectualidade” (ZOTTI, 1972, p.63 apud ZOTTI, 2005, p. 40).

Como afirma Marcílio (1963, p. 54):

Se o Ensino Primário na província foi, como vimos, durante largo período, um problema cruciante, a arrastar-se tristemente sob o signo das soluções parciais, pior andou, por muito mais tempo, o Ensino Secundário oficial, sempre vacilante, além de falho de regulamentos e normas a orientá-lo, até que se criasse o Liceu Cuiabano.

Até sua criação, em 1879, o estado contava apenas com um curso secundário. Este era privado e de caráter religioso, cuja oferta se dava através do Seminário Episcopal da Conceição, primeira instituição secundária do estado, fundada em 1858, em Cuiabá, pela Igreja católica e com o apoio do governo imperial. Para Martins (2015, p. 313) “Constituindo-se como uma instituição de ensino religioso, voltado para a preparação de clérigos, porém, oferecia também o ensino secundário propedêutico aos jovens pertencentes à elite regional”.

O Seminário Episcopal da Conceição, segundo Martins (2015, p. 316):

Enquanto Estabelecimento de ensino particular, de índole religiosa,[...] constituiu-se como a Instituição de mais elevado nível da Província, sendo frequentado pelos filhos das famílias mais abastadas. Destes, alguns seguiram a carreira eclesiástica, sendo que a maioria se destinava apenas ao estudo das matérias secundárias preparatórias aos cursos superiores, como o Latim, o Francês e a Filosofia.

Com a instalação do Liceu Cuiabano, que oferecia os cursos normal e os preparatórios<sup>4</sup>, facilitando assim o ingresso nas faculdades, os matogrossenses passaram a ter duas opções de ensino. o ensino secundário religioso, no Seminário Episcopal da Conceição, e o ensino público, de caráter laico, no Liceu Cuiabano. Porém, lembremos, o acesso a educação era para poucos.

---

<sup>4</sup> Curso preparatório – ensino secundário do Liceu: curso de línguas e ciencias preparatórias.



De acordo com Costa (2004)<sup>5</sup>, por trás da criação do Liceu residia a ideia de modernização das instituições de ensino brasileiras, pois no final do século XIX os intelectuais, preocupados com a cultura e a identidade nacional, viam na miscigenação um fator que dificultava a constituição de uma nação homogênea e harmônica: “De fato, se o modelo ideal de civilização era o europeu, branco, educado e refinado, como construir uma nação nos trópicos cujo povo era mestiço e analfabeto em sua maioria?” (COSTA, 2004, p. 1). Assim concentrou-se esforços, principalmente na educação, para solucionar o problema do analfabetismo para formar uma “nação”, conforme os desejos da elite imperial brasileira.

O Liceu Cuiabano também fez parte deste contexto, uma vez que o estado de Mato Grosso, fazia parte do Brasil “parcialmente desenvolvido”, mas desconhecido. Muitos acreditavam que era um sertão, longe do desenvolvimento, da civilidade e do progresso e “As elites intelectuais de Mato Grosso desejavam fazer parte do mundo civilizado, das letras e dos saraus de que se tinham notícias pelos livros e almanaques por eles lidos” (COSTA, 2004, p. 1). Assim o Liceu Cuiabano surgiu como a solução para esse processo civilizador tão almejado, principalmente ao equiparar-se ao Colégio Pedro II, e, por conseguinte, atendia a elite mato-grossense que almejava cursar um nível mais elevado de ensino.

De acordo com o primeiro Regulamento do “Lyceu”:

O ensino público secundário será ministrado no Lyceu Cuiabano [...] compreenderá, além das cadeiras que formam o curso normal, as de Latim, Francez, Inglez, Philosophia racional e Moral e rethorica e Historia universal. O complexo das disciplinas supremencionadas formará no Lyceu dous cursos de humanidades – um se denominará - CURSO NORMAL -, e se restringirá as cadeira de grammatica da língua nacional, filosofia e literatura Patria , pedagogia e methodologia, Mathematicas elementares, Geographia geral e História do Brazil; o outro se chamará – CURSO DE LINGUAS E SCIENCIAS PREPARATORIAS e compreenderá todas as materias do artigo 7, excepção feita da Pedagogia e Methodologia (MATO GROSSO, 1880).

Como a criação do Liceu expressa parte da história social do país, cabe registrar que a educação no estado também tem sua história, e sua reorganização pode ser entendida por meio dos decretos publicados, entre os anos de 1891 e 1927, que tratavam mais do ensino primário do que do ensino secundário, sendo este último ofertado apenas na capital, da mesma forma que ocorria na maioria dos demais estados brasileiros.

A partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação, pelo presidente Getúlio Vargas (ROCHA, 2010), o ensino secundário passou a ser dividido em primeiro ciclo

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniaio/cultura-genero-e-educacao-por-tras-da-historia-do-liceu-cuiabano/57797>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ginasial, de formação humanística, com duração de cinco anos, e o segundo ciclo ginasial, com apenas dois anos, cujo objetivo era preparar para o ensino superior. Naquele momento o Estado era governado por interventores nomeados pelo governo federal, somando no período um total de nove, cada qual realizando mudanças no campo educacional, mas a ênfase sempre foi na educação primária: “Na década de 1940, o interventor federal Julio Strübing Müller (1937-1945), por meio do Decreto nº 53, de 18 de abril de 1941, criou 100 escolas de instrução primária, principalmente nos centros rurais do estado” (ROCHA, 2010, p. 56).

O fato de se localizarem na área rural deve-se ao número expressivo da população. No entanto, mantêm-se instituições de ensino secundário em apenas três municípios.

Nas palavras do Interventor federal no estado ‘Mantém o Estado, por sua conta, três ginásios oficiais sob a inspeção federal, nas três cidades principais: Cuiabá, Corumbá e Campo Grande’. [e] ‘Dos referidos, só o Liceu Cuiabano, na Capital, o qual conta com sessenta anos de existência, está no regime de inspeção permanente, achando-se os dois outros, sob o regime de inspeção prévia’ (MATO GROSSO, 1940 apud ROCHA, 2010, p. 57).

Cabe lembrar, entretanto, que o ensino secundário não era obrigatório, a seletividade na educação era grande, uma vez que poucos cursavam o ginásio, outros davam continuidade nos estudos e a maioria, quando muito, concluía o ensino primário. Ora, as reformas educacionais naquele período tinham como objetivo a formação da elite para o curso superior, como aponta Costa (2004, p. 1), quando explicita a “constituição da nação homogênea e harmônica”.

A partir de 1950, como registra Marques (2014), se intensificaram os investimentos por parte do governo estadual, com apoio do governo federal. De um lado houve a instalação de novas unidades escolares e do outro a doação de materiais necessários para o funcionamento das escolas, como carteiras, armários, quadro, entre outros. Na época foram instalados mais quatro instituições de ensino secundário no Estado chegando, em 1955, a um total de sete ginásios, em diferentes municípios, sendo eles: Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, citados anteriormente, e Três Lagoas, Cáceres, Aquidauana e Bela Vista, além dos nove ginásios particulares distribuídos entre Cuiabá, Campo Grande e Corumbá.

Outros estabelecimentos foram criados, no entanto, o ingresso ao ginásio ainda era limitado, somente a partir da aprovação da LDB (BRASIL, 1961) é que o ensino se “alavanca”, pois a preocupação deixa de ser a elite e passa a ser educação do povo. Neste período o “avanço” foi tão significativo que, no estado, passaram de 20 para 56

estabelecimentos de ensino secundário; ainda assim, não atendia toda a população, devido, em parte, à seletividade que era imposta pelo “exame de admissão”.

Com a implantação da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) é que o ensino que se destinava a uma minoria passa a atender parte significativa da população, pois o nível de ensino que correspondia ao ginásio passa a ser apenas uma continuidade do primário, passando a ser ensino de primeiro grau, obrigatório a todos (MARQUES, 2014).

### 1.2.1 Instituições e ensino ginásial nas produções científicas

Nesta parte dialogamos com as produções sobre o tema. Sobre o ensino secundário grande número de trabalhos, entre teses, dissertações e artigos foram localizados, entretanto, com especificidade no estado de Mato Grosso, o número foi menos expressivo.

Optou-se pela seleção de dez pesquisas que tratam do ensino secundário em Mato Grosso, unindo assim o objeto de estudo e sua localização de origem.

**Quadro 2** - Produções sobre ensino secundário/ginásio em Mato Grosso (2001-2017).

AUTOR / INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ANO
Silvia Helena Andrade de Brito - UNICAMP	Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930 - 1954)	2001
Carlos Edinei de Oliveira UFU	Migração e Escolarização: história de instituição escolares de Tangará da Serra, Mato Grosso - Brasil (1964-1976)	2009
Roosilenny Dos Santos Souza UCDB	O ensino secundário em Corumbá, sul do estado de Mato Grosso: o ginásio Maria Leite (1918-1937)	2010
Patricia Menegheti de Aguiar UFMS	O exame de admissão e a seletividade na escola estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971)	2013
Marcelo Pereira Rocha UCDB	O ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o ginásio Oswaldo Cruz (1927-1949)	2014
Adriana Espindola Brites UFMS	A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960).	2014.
Stella Sanches de Oliveira UFMS	Implantação e organização do curso ginásial no sul de Mato Grosso: expressão de um projeto de modernização	2014
Ines Velter Marques UFGD	O ensino secundário no sul do antigo Mato Grosso: o colégio estadual Presidente Vargas de Dourados (1951-1974)	2014
Abimael Antunes Marques UFU	Ginásio Agrícola Gustavo Dutra-MT : 1969 a 1974 : tempos e espaços	2015
Heloise Vargas de Andrade UFMS	Ensino secundário e agentes intelectuais no Sul do Mato Grosso (1931-1961)	2017

**Fonte:** Elaborado por Salomão (2019b).

Observando o Quadro 2 é possível afirmar que as pesquisas seguem um recorte temporal entre 1918 e 1974. O recorte inicial se justifica por ser o ano de criação das

instituições estudadas e o final por ser o momento em que se encerra a oferta do ensino secundário - ginásio, com a aprovação da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971).

As pesquisas selecionadas podem ser agrupadas pelos temas que privilegiaram: instituições, ensino, exame de admissão. No entanto, enquanto umas utilizam fontes oficiais e documentos escritos, outras fazem uso de fontes memorialísticas, dando ênfase às memórias dos sujeitos.

Entre os trabalhos selecionados, a instituição escolar é objeto de estudo na dissertação intitulada “O ensino secundário em Corumbá, sul do estado de Mato Grosso: o Ginásio Maria Leite (1918-1937)”, de Souza (2010), que investigou o processo de implantação do ensino secundário em Corumbá, observando a singularidade de uma instituição escolar. A autora afirma que o ensino secundário em Corumbá - especialmente ministrado no Ginásio Maria Leite - iniciou como iniciativa particular. Posteriormente, se consolidou como instituição municipal, oficializando-se como Ginásio Estadual Maria Leite, a primeira escola secundária pública estadual na região sul de Mato Grosso, fora da capital do estado, que era Cuiabá.

A dissertação de Rocha (2010), “O ensino secundário no Sul do Estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o ginásio Osvaldo Cruz (1927 - 1949)”, analisou a oficialização do ensino secundário no contexto das reformas, a organização escolar e o papel social da instituição educativa. Segundo o autor, após a iniciativa privada constatar a ausência do ensino secundário em Campo Grande, implantou-o por meio da criação do Instituto Osvaldo Cruz. O estabelecimento atendeu nos turnos diurno e noturno, com estudantes do sexo masculino, em sua maioria, e oriundos da elite, formando-os e tornando-os profissionais de prestígio e reconhecimento.

A dissertação “O ensino secundário no sul do antigo Mato Grosso: o colégio estadual Presidente Vargas de Dourados (1951-1974)”, de Marques (2014), tratou da expansão do ensino secundário em Mato Grosso, especialmente na parte sul do estado, a partir da história da primeira escola pública a ofertar esse nível de ensino na cidade de Dourados. Uma instituição relevante para a cidade e Região, que oportunizou os estudos à população.

A tese de Marques (2015), intitulada “Ginásio Agrícola Gustavo Dutra - MT: 1969 a 1974: tempos e espaços”, buscou conhecer como se deu a ocupação do tempo e do espaço escolar no Ginásio Agrícola, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, observando tempo, espaço, aluno e professor, na formação da cultura escolar, evidenciando que a arbitrariedade na distribuição do espaço escolar faz com que o mesmo não seja percebido pelos sujeitos que dele fazem parte.

As quatro pesquisas apresentadas comungam de um mesmo objeto – a instituição escolar –, mas com suas especificidades próprias, seja da parte arquitetônica, o funcionamento administrativo e/ou pedagógico no seu fazer histórico, pois

As funções básicas de uma instituição educativa centram-se na dimensão sociocultural e concretizam-se pela transmissão e pela produção de uma cultura científica e tecnológica, bem como pela socialização e pela formação de hábitos e mudança de atitude e pela interiorização de valores. (MAGALHÃES, 2004, p. 145).

Desse modo, ao tratar de uma instituição escolar, fala-se dela em vários aspectos, inclusive dos sujeitos envolvidos em seu funcionamento, pois estes são quem participam e constroem a sua história.

Inicialmente, os participantes da história das instituições em Mato Grosso eram apenas os estudantes oriundos de famílias bem-sucedidas economicamente e do sexo masculino, além da seletividade na forma de ingresso. Posteriormente, os ginásios se tornaram mistos e se abriram para parte mais expressiva da população. Ao tratar do Ginásio Catarinense, Dallabrida (2007) evidencia que o corpo discente masculino se constituía característica típica dos ginásios:

[...] foi o único estabelecimento de ensino secundário oficializado em Santa Catarina, provocando uma hiperelitização da escolarização média que habilitava e preparava para o ingresso nos cursos superiores. Tratava-se de um colégio privado, católico e destinado somente para adolescentes do sexo masculino, sendo a grande maioria deles oriunda das classes abastadas, particularmente no seu internato, devido ao alto preço das mensalidades. (DALLABRIDA, 2007, p. 16).

Essas características podem ser percebidas em outras pesquisas, variando de acordo com o recorte temporal. Souza (2010, p. 58), ao relatar sobre o número de matrículas, alunos pagantes e isentos de mensalidade, faz a seguinte afirmação: “[...] em face dessas condições pode-se inferir que apenas alguns jovens, oriundos da classe dominante, poderiam frequentar o curso”.

Rocha (2010, p. 83) faz a seguinte observação:

[...] o Ginásio Osvaldo Cruz desde sua implantação, em 1927, em Campo Grande, foi uma instituição de ensino secundário com característica propedêutica para a formação da elite, assumindo a lacuna deixada pelo poder público na referida cidade, atendendo em sua maioria, jovens do sexo masculino que aspiravam ao ensino superior e, certamente, aos cargos da administração pública.

A afirmação de Rocha (2010) reforça o que é apontado por Souza (2010) e Dallabrida (2007) quanto à questão social, à finalidade do ensino e ao gênero dos estudantes.

Outro fator determinante nesta etapa de escolarização foi a forma de ingresso que, além da classe social, foi instrumento de seletividade e até de limitação para muitos estudantes. Conforme afirma Marques (2014, p. 63-64):

No Colégio Estadual Presidente Vargas, de acordo com os documentos encontrados nos livros de atas dos resultados do exame de admissão e nos livros do registro das matrículas, os alunos, para ingressarem na instituição, faziam o exame de admissão, seguindo os moldes de equiparação da educação secundária no Brasil. [...] foram realizados de 1958 a 1971, sendo extintos apenas com a implantação da Lei 5692/71, regulamentada em 1974, nesse Colégio, que extinguiu o exame de admissão e dividiu o ensino secundário em 1º e 2º Graus.

O exame de admissão funcionou como um dispositivo de controle da população que podia ou não cursar o ensino ginásial, ao longo da história da educação brasileira, processo pelo qual se limitou e até determinou a conclusão da escolarização no ensino primário.

Aguiar (2013), em dissertação intitulada “O exame de admissão e a seletividade na escola estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971)”, tratou do processo seletivo obrigatório para entrada no ensino secundário. A autora analisou os dados da escola observando esta seletividade. Apontou que o exame de admissão foi um importante instrumento de seletividade ao ensino secundário da instituição, justificando sua posição de “escola exemplar”, que atendia a uma minoria (a elite), com “alto nível de ensino” no qual fracasso ou sucesso escolar era mérito de cada um que estava matriculado.

O exame era um rito de passagem, não somente da instituição escolar, entre os níveis de ensino, mas também para as diferentes atividades de profissionais: “[...] os exames têm uma função social (recrutamento de funcionários para posições de prestígio) e uma função escolar, mas ambos têm por meta classificar e selecionar os ‘melhores’” (BASTOS; ERMEL, 2014, p. 116).

Considerando os trabalhos mapeados, o chamado Exame de Admissão colaborou para a seletividade no ensino, e esta estabeleceu a relação de poder num processo de subordinação hierárquica: governo - instituição - aluno. Como afirma Foucault (2014, p. 183), “o exame supõe um mecanismo que liga certo tipo de formação de saber a certa forma de exercício do poder”, isto é, para que o indivíduo pudesse ingressar no ginásio se subordinava, por meio de um exame, comprovando seus conhecimentos à instituição que, no uso do poder, lhe exigia essa comprovação. Este poder é também uma sujeição às imposições exercidas.

Voltando à questão das instituições, a pesquisa de Marques (2015) apresenta uma forma “diferente” de seletividade, diga-se que esta vem na contramão do que foi dito até o momento, porém, somente no aspecto socioeconômico, pois o ginásio estudado era destinado a “menores desvalidos, aqueles que careciam de escolas, uma vez que suas famílias não dispunham de condições financeiras para colocá-los numa escola comum” (MARQUES, 2015, p.10). Mas, não era qualquer “menor desvalido”, eram [...] menores na faixa etária de 10 a 16 anos e que não podiam ser considerados delinquentes e nem portadores de doenças contagiosas ou, ainda, que não tivessem alguma deficiência física que os impossibilitasse de praticar os serviços agrícolas ou da indústria rural. (MARQUES, 2015, p. 10).

Não era um ensino ou uma instituição de elite, mas era seletiva. Ao analisar o tempo e o espaço nesta instituição o autor evidencia as relações de poder, de ordem e de disciplina. Se tratava então de uma escola com características militares, onde se cumpria de forma automatizada tudo o que era imposto: “todos” tinham o dever da obediência.

Segundo Foucault (2014, p. 157), “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização”. E assim vai adestrando cada indivíduo, ao exercer poder: a “disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. (FOUCAULT, 2014, p. 167).

Sob esta perspectiva pode-se afirmar que todos os sujeitos envolvidos no espaço-tempo escolar foram disciplinados/controlados, pois,

[...] os dirigentes da escola seguiam rigorosamente as determinações emanadas do ministério da Educação da época. Com isto, os espaços reservados a alunos e professores não foram ocupados com criticidade, pois, a princípio, nem foram percebidos por estes, tamanha era o grau de censura exercida sobre esses espaços. (MARQUES, 2015, p. 103).

A tese de Brito (2001), intitulada “Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930 - 1954)”, tratou da organização e do desenvolvimento da educação pública e privada na fronteira oeste do Brasil, especialmente na região de Corumbá. A autora afirma que ao mesmo tempo em que o ensino privado perdeu expressão, com o desaparecimento de algumas escolas isoladas rurais, ganhou destaque com a presença relevante de dois estabelecimentos, pelo número de classes existentes e de matrículas. Tratava-se, neste caso, dos Colégios Salesianos Santa Tereza e Imaculada Conceição, que funcionaram abrigando os ensinos primário e médio, onde operavam, para os alunos do sexo masculino, os cursos secundário e comercial (Colégio Santa Tereza) e para as alunas, o curso normal e o

secretariado (Colégio Imaculada Conceição); porém, apenas o secundário e o normal funcionaram durante todo o período do recorte temporal adotado. Assim, o ensino privado na cidade acolheu, por um lado, parte da terceira geração de descendentes das famílias de pecuaristas que, a partir dos anos 1920-1930, começaram a estabelecer-se na área urbana daquele município, abandonando a moradia permanente nas fazendas, quando novos padrões de criação foram introduzidos na pecuária local.

A tese de Oliveira (2009), cujo título é “Migração e escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra, Mato Grosso - Brasil (1964-1970)”, apresenta uma análise relacionando migração e escolarização, observando tempo, espaço, alunos e professores nas várias escolas de Tangará, priorizando a cultura escolar que se produziu nas instituições estudadas. Concluiu que as famílias que povoaram o local, preocupadas com a educação escolar dos filhos, organizaram movimentos na busca de apoio institucional das lideranças religiosas e políticas, criando assim as escolas daquele local, de modo que todos os colonos pudessem ter seus filhos na escola. Em um curto prazo as escolas passaram a oferecer o 2º grau e foram oficializadas por parte do governo.

Oliveira (2014), na tese “Implantação e organização do curso ginásial no Sul de Mato Grosso: expressões de um projeto de modernização (1917-1942)”, investigou a implantação e a organização dos cursos ginásiais nas cidades de Corumbá e de Campo Grande no recorte temporal referido. Concluiu que o curso ginásial, na sua organização escolar, legitimou o civismo, o nacionalismo e o patriotismo, inscritos na modernização do país e do estado, preparando o bom cidadão, estudioso e ilustre, formando os jovens para as fileiras profissionais nos setores públicos e de profissionais liberais, conforme se propunha o ensino da época. Este curso estruturou saberes, valores e normas pedagógicas, criou rituais de organização, estabeleceu rotinas, determinou ordem e disciplina, definiu hábitos de civilidade e racionalidade, estruturou espaços e funções específicas em sua organização. O tempo, por exemplo, tornou-se um grande aliado da ordem, da regularidade e do comprometimento.

A dissertação “A Representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920 – 1960)”, de Britez (2014), buscou compreender o ensino secundário no âmbito do desenvolvimento sócio educacional da cidade e do sul de Mato Grosso, priorizando a cidade de Campo Grande. Segundo a autora, é perceptível aspectos do desenvolvimento educacional secundário, pois sete instituições foram reconhecidas socialmente, sendo elas: o Instituto Pestalozzi, o Instituto Osvaldo Cruz, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, o Ginásio Dom Bosco, a Escola Normal Joaquim Murinho, o Colégio Barão do Rio Branco e Ginásio Estadual Campograndense. Essas



instituições escolares contribuíram para a construção histórico-social e educacional do sul do estado e de Campo Grande, abrindo as portas para a classe trabalhadora, mesmo que em uma contrapartida ao poder municipal.

Andrade (2017), na pesquisa intitulada “Ensino secundário e agentes intelectuais no sul de Mato Grosso (1931-1961)”, procurou analisar como agentes intelectuais da porção sul do Mato Grosso representavam em suas memórias a formação no ensino secundário no período delimitado. Com a pesquisa observou-se que a escola legitimou as desigualdades sociais, pois era um ensino destinado à elite, como foi evidenciado em outras pesquisas, assim lhe deu maior distinção social, acúmulo de capital e desertificação escolar.

Por meio das pesquisas disponíveis, é possível perceber e/ou confirmar o quanto a educação brasileira foi elitista e cada qual, seja ensino, seja instituição, cumpriu seu papel rigorosamente, construindo, desenvolvendo e mantendo a “cultura” ligada ao mundo capitalista, garantindo o poder nas mãos de poucos e colaborando efetivamente para a desigualdade social.

Alguns trabalhos utilizam a entrevista como instrumento da pesquisa. Ao utilizar a entrevista o pesquisador se aproxima das experiências dos sujeitos. Ao narrar a situação vivenciada, o entrevistado está fazendo uma leitura do ocorrido e o que aconteceu pode ser visto de uma outra forma, ou seja, o que ele relata no momento da entrevista é a sua experiência. A experiência não é o fato em si, mas as reações, os comportamentos que surgem em virtude desta e no caso é muito particular de cada um. Um mesmo acontecimento pode gerar diferentes experiências, pois cada pessoa é única e como tal é também a experiência. Segundo Larrosa (2002):

Do ponto de vista da experiência, o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos) nem a ‘o-posição’ (nossa maneira de opormos) nem a ‘im-posição’ (nossa maneira de impormos), nem a ‘pro-posição’ (nossa maneira de propormos), mas a ‘ex-posição’, nossa maneira de ‘ex-pormos’, com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. [...] a experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. (LARROSA, 2002, p. 25).

Nesse sentido, a experiência dependerá do grau de “ex-posição” de cada sujeito no momento do encontro, bem como sua relação com os acontecimentos. Marques (2015, p. 18) afirma que “[...] no ginásio Dutra imperava uma administração rígida onde os administradores simplesmente ditavam as normas e aqueles que as recebiam, servidores, professores e alunos, as executavam de forma automática, sem contestação”. No entanto, será que esta execução ou a não contestação era vista por todos da mesma forma? Cada um tem seu pensamento, seu

modo de interpretar a vida e ainda que fosse uma situação coletiva, memória coletiva, pois faz parte de todos que viveram e conviveram naquele espaço em dado momento, a experiência referente a norma daquela instituição não é coletiva.

Ao narrar suas lembranças, experiências, os entrevistados (alunos e professores), narram que os alunos tinham mais deveres que direitos e que ninguém reclamava, pois caso o fizesse era punido; no entanto, percebe-se que ao relatar tais experiências, não há “ressentimentos”:

Embora todos os ex-alunos entrevistados tecessem críticas ao funcionamento ‘da escola, foram unânimes em afirmar que a passagem pela instituição foi uma das melhores coisas que aconteceram em suas vidas, pois foi ali que se formaram homens, construíram o seu caráter, a sua personalidade, aprenderam a respeitar, a amar o país, a valorizar os professores e, acima de tudo, aprenderam a amar, a ter orgulho de terem estudado no Ginásio Agrícola Gustavo Dutra. (MARQUES, 2015, p. 102).

Situação semelhante ocorre na pesquisa de Britez (2014), quando evidencia que regras e disciplinas são itens relevantes nas biografias e relatos. A autora afirma que “[...] a partir da representação de Gilka Martins, estudante do colégio Auxiliadora entre os anos de 1933 e 1941 “[...]sobre a educação secundária, compreende-se que para ela a escola se tornou importante por possibilitar seu preparo e o seu acesso ao campo de trabalho” (BRITTEZ, 2014, p. 164). Conclui que a educação para a mulher, na década de 1930, era sinônimo de “nova vida”, pois poucas mulheres estudavam e trabalhavam. Lembrando que quem cursava o ensino superior eram somente os homens, as mulheres faziam o magistério (curso secundário para formar professoras para as séries iniciais). Partindo disso, “[...] a educação secundária oferecida pelo Colégio Auxiliadora proporcionou a muitas mulheres, não só as das classes privilegiadas, as condições de inserção social e participação no desenvolvimento social e educacional da cidade” (BRITTEZ, 2014, p. 164).

Se a realidade vivida por essas mulheres fosse diferente, certamente a forma de refletir sobre esta escola poderia ser outra. De certa maneira, a memória individual se apoia na memória coletiva (HALBWACHS, 2009, p. 54), pois “a memória individual não está inteiramente fechada. [...] o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou do seu meio”. Nessa perspectiva, conforme Assis (2015, p. 28):

Compreendemos que a memória individual será sempre um ponto de vista sobre a memória coletiva. A memória coletiva é a memória social e está relacionada a uma história vivida, na qual o passado permanece vivo na

consciência dos membros do grupo social. [...] a memória é um trabalho sobre tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.

Desta forma, as entrevistas, os relatos, entre outras fontes, sempre trarão as lembranças dos sujeitos e estas muito colaboram para os resultados das pesquisas.

Com o estudo destas produções, pode-se observar que a distribuição e o controle do espaço e do tempo, presente nas instituições e cursos ginasiais foi frequente, permitindo ainda afirmar que a disciplina, a vigilância e a inculcação de hábitos e dos comportamentos, caracterizaram a modalidade de ensino ginásial.

Em diálogo com Foucault (2014), percebe-se que o ensino secundário contribuiu para (con)formar as subjetividades dos alunos, iniciando pela forma de ingresso – o exame de admissão, seguido da organização dos estabelecimentos, dos currículos, enfim, toda a estrutura escolar fazendo ou tentando fazer com que o indivíduo fosse moldado em uma especificidade determinada de antemão.

A história da institucionalização da educação mistura-se no estado de MT com processos de colonização, como é abordado na tese de Oliveira (2009), citada anteriormente. Segundo o autor, Tangará da Serra foi colonizada por uma empresa particular, a Sociedade Imobiliária de Tupã para a Indústria Ltda (SITA), situação típica do município de Bataiporã, que será tratada no próximo capítulo.

Em se tratando de focalizar o ensino secundário no Município de Bataiporã, sul de Mato Grosso, procurou-se conhecer os trabalhos que tratavam, primeiramente, desta modalidade de ensino, seguido de sua oferta no Estado. Os resultados alcançados são apresentados a seguir.

Quanto ao espaço geográfico da pesquisa – o município de Bataiporã – foram localizados oito trabalhos, incluindo quatro dissertações e uma tese, conforme apresenta o quadro abaixo.

**Quadro 3-** Produções sobre o município de Bataiporã (2004 – 2016)

<b>AUTOR / INSTITUIÇÃO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>TRABALHO</b>	<b>ANO</b>
Tânia Paula da Silva (UNESP)	As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS	Dissertação	2004
Luis Carlos Batista Carlos Martins José Carlos Ziliani (UFMS)	Resgate e construção da memória e da História da colonização do sudeste do Mato Grosso do Sul	Artigo	2006
José Carlos Ziliani (UNESP)	Colonização: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1900 – 1960)	Tese	2010
Danilo Leite Moreira (UFGD)	Por uma nova história da emancipação político - administrativa do município de Batayporã-MS (1953-1964)	Dissertação	2015
Martina Čermáková (UFGD)	Jindřich Trachta: um olhar sobre a memória e história de um imigrante tcheco no sul de Mato Grosso	Dissertação	2015
Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani Thierry Rojas Bobadilha (UFGD)	Cidade e escola: memórias dos sujeitos do grupo escolar de Batayporã (1955-1971)	Artigo	2015
Thierry Rojas Bobadilha (UFGD)	Educação primária no sul de Mato Grosso: O grupo escolar de Bataiporã - MT (1955-1974)	Dissertação	2016
Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani (UFGD)	Educação e colonização: memórias e experiências de sujeitos do grupo escolar de Bataiporã, MT	Artigo	2016

Fonte: Elaborado pela autora (SALOMÃO, 2019c).

Silva (2004), em sua dissertação “Colonização: táticas e estratégias da Companhia De Viação São Paulo Mato Grosso (1900-1960)”, analisou as formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município. As fontes utilizadas pela autora foram as obras referentes à temática, os documentos produzidos pelo setor de produção do MST, entrevistas realizadas com os assentados e observações em campo para verificar as condições econômicas, políticas, sociais e culturais que essas formas de organização da produção proporcionam as famílias assentadas. Segundo aponta (2004, p. 148), “analisar se o desenvolvimento da cooperação é uma estratégia de reprodução dos camponeses assentados em Batayporã/MS para se manter no campo, isto é, se a cooperação faz parte do projeto camponês familiar, mesmo numa situação de crescente individualização da força de trabalho”. A autora concluiu a pesquisa com a seguinte afirmação:

[...] a luta não se encerra na conquista da terra, mas continua na busca de outros direitos que possam garantir desenvolvimento ao assentamento e mudanças na vida das famílias assentadas. Acreditamos que estes direitos e a

possibilidade de existência desses camponeses somente serão asseguradas pela organização, união e luta dos mesmos, como fazem os assentados em Batayporã/MS, pois estas conquistas estão relacionadas a mudanças estruturais na sociedade capitalista. (SILVA, 2004, p. 148).

Ziliani, J., (2010), na tese “Colonização: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1900-1960)”, problematizou os discursos que construíram representações sobre os espaços dos sertões, dando-lhes visibilidade, de modo a convertê-los em espaços identificados e utilizáveis por meio da trajetória da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (CVSPMT). O pesquisador teve como objetivo “Analisar e compreender o processo de colonização, tendo como premissa a ideia, ou conceito de dispositivo, ou seja, tomando o processo de colonização como dispositivo da construção do Estado Nacional brasileiro” (ZILIANI, J., 2010, p. 26).

Moreira (2015, p. 119), na dissertação “Por uma nova história da emancipação político - administrativa do município de Batayporã-MS (1953-1964)”, discutiu acerca da emancipação político-administrativa de Bataiporã. O autor teve como objetivo “narrar a história da emancipação político administrativa do município de Bataiporã” e utilizou como fontes os relatos dos moradores locais que vivenciaram e/ou participaram desse momento histórico, além de documentos, como atas, leis e projetos de leis levantados no acervo do Instituto Memória do Poder Legislativo, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Čermáková (2015), em sua dissertação “Jindřich Trachta: um olhar sobre a memória e história de um imigrante tcheco no sul de Mato Grosso”, analisou a trajetória de vida do imigrante tcheco Jindřich Trachta, que trabalhou como gerente do núcleo colonizador da cidade de Bataiporã, na área de colonização na região sul de Mato Grosso, que pertencia à CVSPMT, cujo proprietário era o empresário tcheco-slovaco calçadista Jan Antonín Bata. Para tanto, utilizou como fontes de pesquisa cartas que o imigrante Jindřich Trachta, que residia em Bataiporã desde o início da colonização do local, recebeu e escreveu durante cinquenta anos. Estas cartas fazem parte da documentação do Centro de Memória Jindřich Trachta, localizado em Batayporã-MS. Segundo a pesquisadora, “[...]elas fazem o registro, relatando as aventuras e as dificuldades vivenciadas pelo imigrante/refugiado tcheco na busca de uma vida nova no país democrático, fugindo de um país no Centro da Europa onde a ditadura do comunismo havia entrado após a Segunda Guerra Mundial” (ČERMÁKOVÁ, 2015, p. 160).

Bobadilha (2016), único trabalho localizado referente à educação, em sua dissertação “Educação primária no sul de Mato Grosso: O grupo escolar de Bataiporã-MT (1955-1974)”,

tratou do Grupo Escolar de Bataiporã, entre os anos de 1955 a 1969, analisou quais elementos permitiram seu aparecimento e funcionamento naquele momento e lugar. Para a realização da pesquisa, o autor utilizou documentos coletados no Centro de Memória Jindrich Trachta e no arquivo da Escola Estadual “Jan Antonin Bata”, também fez uso de entrevistas e depoimentos, ou seja, utilizou memórias. Desta forma, pelas fontes utilizadas, houve um cruzamento de informações, pois como afirma Assis (2015, p. 33), “[...]como toda fonte, é indispensável o cruzamento com outras para aproximação real ao que se estuda, logo é necessário recorrer a atas, jornais, relatórios de inspeção, diárias oficiais mensagens fotografias, ou seja, a documentos que aproximem ao objeto investigado”.

Segundo Bobadilha (2016, p. 104),

Com os resultados obtidos com esta pesquisa, o contato com os sujeitos singulares que fizeram parte da história da Instituição e o manuseio das fontes documentais e fotográficas localizados, pode-se considerar que a instituição estudada em sua materialidade contribuiu para a fixação dos migrantes e imigrantes naquele local e momento histórico e que esse acontecimento não ficou no passado, pois permanece sendo elemento que compõe as lembranças da história do lugar e das pessoas que a consolidaram.

Além desses, foi localizado um artigo de Batista, Martins Jr. e Ziliani J. (2006), intitulado “Resgate e construção da memória e da história da colonização do sudeste do Mato Grosso do Sul”, que tratou da organização e disponibilização de documentação histórica sobre a colonização particular na região sudeste de Mato Grosso do Sul, especificamente em Bataiporã. Foram encontrados ainda dois artigos relativos à educação: de Bobadilha e Ziliani R. (2015), intitulado “Cidade e escola: memórias dos sujeitos do grupo escolar de Bataiporã (1955-1971)”, no qual abordaram a institucionalização da educação no então distrito de Bataiporã, materializada na criação do Grupo Escolar de Bataiporã, em 1955, e o de Ziliani, R. (2016), intitulado “Educação e colonização: memórias e experiências de sujeitos do grupo escolar de Bataiporã-MT”, que analisou a relação entre educação e colonização naquela cidade. No entanto, nenhuma pesquisa foi localizada, até o momento, sobre o ginásio, aspecto que despertou nosso interesse.

## CAPÍTULO 2

### **GINÁSIO ESTADUAL DE BATAIPORÃ-MT: ESPAÇOS-TEMPOS, FUNCIONAMENTO E TRANSFORMAÇÕES**

Este capítulo teve como objetivo analisar a institucionalização e as transformações iniciais da educação secundária no município de Bataiporã, Mato Grosso, materializadas na criação do Ginásio Estadual de Bataiporã e como a experiência escolar nesta instituição interferiu na vida dos sujeitos que passaram por essa instituição.

Para uma aproximação a esse objetivo, o capítulo foi organizado em duas partes. Na primeira, abordamos o processo de colonização até a formação do município e sua influência no processo de escolarização da população que habitou o local. Na segunda parte, analisamos como se deu a criação e funcionamento do Ginásio e o ensino, verificando sua distribuição espacial na geografia da cidade, os sujeitos que por ela passaram, as relações de poder e os mecanismos de disciplinarização que se efetivaram na oferta desta etapa de escolarização.

#### **2.1 De colônia à cidade: Bataiporã no território mato-grossense**

Bataiporã surgiu como parte de um projeto de colonização empreendido pelo tcheco-slovaco, naturalizado brasileiro, Jan Antonim Bata, empresário, fundador e idealizador de mais de oitenta cidades em todo o mundo. A cidade se organizou em terras de propriedade da CVSPMT, adquiridas pela empresa da qual Jan Antonim Bata se tornou proprietário em 1941.

A empresa foi criada em 1908 com fim comercial, industrial e de exploração de terras devolutas na região, correspondente à parte dos estados de São Paulo e de Mato Grosso. Entre suas atividades estava a exploração da indústria de navegação no Rio Paraná e seus afluentes, a produção e distribuição de diversos produtos para o comércio, entre eles gêneros alimentícios e a criação e corte de gado. Uma empresa possuidora de muitos bens, como afirma Ziliani, J., (2010, p. 70):

Possuía como bens escriturados aproximadamente 184.000 hectares de terras devolutas e 30.000 hectares para a criação de núcleos coloniais em vários estados, incluindo São Paulo e Mato Grosso. Além das terras possuía lanchas a vapor, lanchas para carga, barcos de madeira, correntes para amarração,

boias, armazéns, móveis fixos e provisórios, bens semoventes como tropas de cavalos e bovinos (ZILIANI, J., 2010, p. 70).

A implantação do projeto de colonização, que resultou na fundação da colônia, iniciou-se em 1953, na fazenda Samambaia, porém, segundo Ziliani, J., (2010), o primeiro contato com o local já ocorrera em 1940, na fase de negociação para compra da empresa:

A primeira iniciativa da CVSPMT em relação as suas terras que compunham a fazenda Samambaia, ocorreu quando das avaliações realizadas por uma equipe de técnicos da empresa de Jan Antonin Bata, no momento que negociava a compra da companhia. [...]. Após percorrerem vários pontos da fazenda produziram um relatório sobre as possibilidades e potencialidades econômicas. Isto ainda em 1940. Tais informações, além de servirem de pauta para as negociações de compra da companhia, serviram também, mais tarde, para o planejamento do núcleo colonial de Bataiporã (ZILIANI, J., 2010, p. 142).

Desta forma, as avaliações feitas colaboraram para que treze anos depois o local, a fazenda Samambaia, que era formada pelas “glebas Cayuás, Iguassu, Machado e Recanto que deram origem ao distrito de Bataiporã, mais tarde transformado em município” (ZILIANI, J., 2010, p.145), fosse colonizado.

Em 1953, Vladimir Kubik, também tcheco-slovaco, gerente geral da CVSPMT, foi encarregado de escolher o espaço que fosse melhor para o desenvolvimento do projeto e para realizar a venda de lotes aos interessados. Assim, iniciara-se a colonização numa área destinada à criação de gado e extração de madeira, mas que também desenvolveu o comércio e a indústria devido a grande quantidade de madeira disponível, uma vez que se tratava de uma área de mata virgem. A fazenda, ligada aos rios que desaguam no Rio Paraná, muito colaborou para as atividades comerciais e industriais daquele local.

Porém, a história não se encerra aí. Conforme Ziliani, J. (2010), em 1950 chegou ao Brasil o senhor Jindrich Trachta, cidadão tcheco-slovaco, que fugiu para o Brasil devido a problemas políticos. Nesta feita, conheceu Jan Antonin Bata, que o convidou para trabalhar em Bataguassu, onde foi contratado pelo genro do dono da companhia, o Comandante Nelson Verlangieri de Oliveira, gerente geral dos negócios, tendo assim início as suas atividades na companhia de viação. Inicialmente desenvolveu diversos serviços como extração de madeira, atividades de olaria, de serraria e até de contabilidade. Posteriormente, em 1954, mudou-se para Bataiporã e passou a gerente de vendas de terras e de implantação da infraestrutura. Como afirma Ziliani, J. (2010, p. 146):



No novo núcleo de colonização de Batayporã, Jindrich Trachta, cujo nome foi abrigado, quando de sua naturalização em 1969, para Henrique Trachta, passou a gerenciar as atividades de vendas de terras e implantação dos elementos de infraestrutura, como construção de estradas e pontes, implantação de serraria, olaria, fábrica de amido, campo de experiências agrícolas, e criação de porcos....

Ao chegar, o senhor Jindrich ajudou a construir a casa onde residiu com a família e serviu como escritório da Companhia, além de local de hospedagem do senhor Jan Antonin Bata durante sua estada em Bataiporã. Atualmente, o espaço antes destinado ao escritório e acomodação do presidente da companhia abriga o Centro de Memória Jindrich Trachta, onde se encontra o acervo documental da época da colonização da cidade. A criação deste Centro, inaugurado em setembro de 2001, foi uma iniciativa da família em cumprimento aos desejos do pai, manifestado antes da sua morte, em 27 de novembro de 2000:

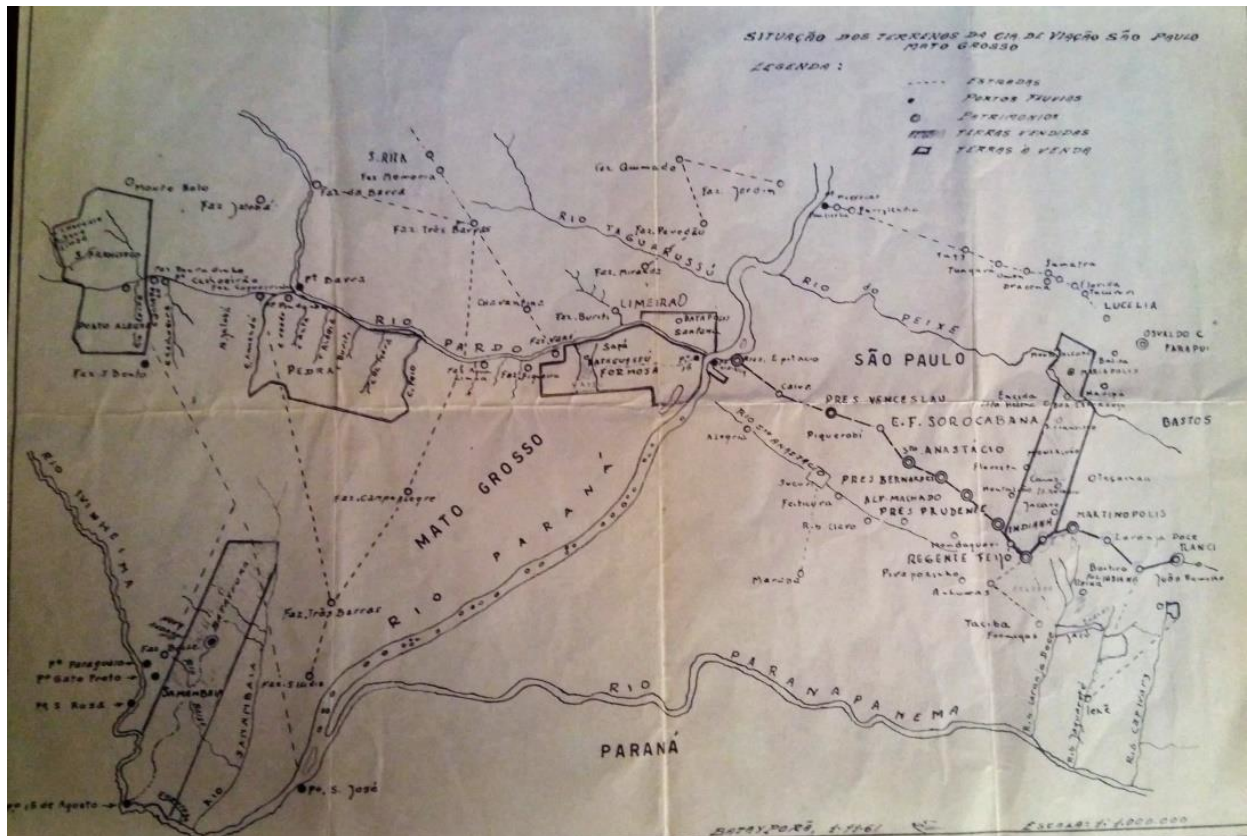
Após o falecimento de Jindrich Trachta, em 27 de novembro de 2000, por iniciativa da família Trachta, foi inaugurado em setembro de 2001 o ‘Centro de Memória Jindrich Trachta’, contendo o acervo histórico-cultural deixado por ele, que foi juntado e guardado durante toda a sua vida. O Centro de Memória está instalado em parte da antiga casa gerencial da CVSPMT, que desde a sua construção foi residência do Sr. Jindrich Trachta. A parte onde está instalado o Centro de Memória é a parte da casa, que funcionou, em um dos cômodos, como escritório, e outro como quarto de dormir de Jan Antonin Bata, que os utilizava quando visitava o núcleo colonial (ZILIANI, J., 2010, p.147)

O Centro de Memória é um dos locais onde se pode localizar documentos da história da colonização. Dispõe de um significativo acervo com documentos e objetos, como fotos, livros, vídeos, recortes de jornais, mapas, entre outros: “O acervo contém objetos, documentos, narrativas e fotografias da época da colonização, cumprindo papel de centro de pesquisas da história da região e da história do município de Batayporã” (ZILIANI, J., 2010, p. 147).

Desde a sua constituição e fundação, o Centro de Memória, que abriga também a Oficina Cultural Tcheco e Eslovaca do Brasil, tem se tornado pólo de referência para muitos turistas oriundos da atual República Tcheca em visita ao Brasil, tendo acontecido também, várias visitas oficiais do Consulado, da Embaixada, e autoridades da República Tcheca, funcionando como uma ‘ponte’ entre os dois lugares (ZILIANI, J., 2010, p. 148).

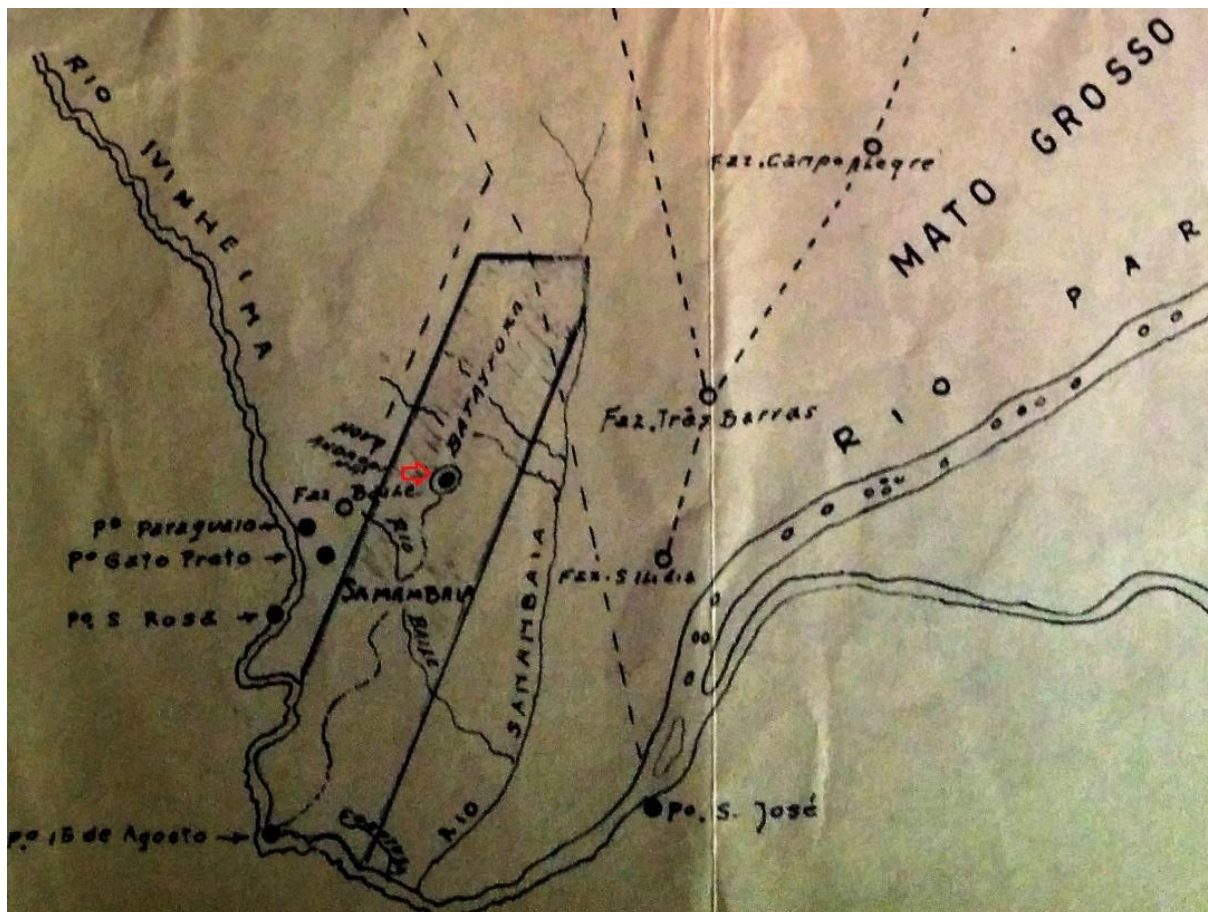
No mapa da Figura 1 é possível visualizar a localização das terras da Companhia. Traçado manualmente, representa as terras pertencentes à CVSPMT, distribuídas nos estados de São Paulo e de Mato Grosso, indica rios, portos e estradas de interesse da empresa.

Figura 1 - Mapa “Localização dos terrenos da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso” (1961)



Fonte: Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Batayporã, MS (1961).

**Figura 2** - Recorte com a localização de Bataiporã no mapa “Situação dos terrenos da CVSPMT” (1961).



Fonte: Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Bataiporã (1961).

O mapa da Figura 2, também desenhado manualmente, apresenta a localização de Bataiporã, com o recorte territorial do município no estado de Mato Grosso.

A expectativa de uma vida melhor atraiu diversos colonos que, na década de 1950, vieram em busca dessas terras. Assim, à medida que adquiriam os lotes as pessoas deixavam a sua cidade de origem e se instalavam na nascente Colônia. No entanto, não era algo tão simples e fácil a vida inicial. A dissertação de Moreira (2015), que trata da emancipação política do município, apresenta vários relatos dos primeiros moradores do local, entre estes, dona Eunice Mustafá, primeira professora, que por meio de entrevista diz:

A cidade não existia. A gente morava lá onde é a lagoa do sapo hoje, e ali tinha um trilho que subia aqui ó, onde é a avenida Mato Grosso. Esse trilho vinha aqui, era puro sape, sapezal sabe, então a gente vinha por aquele trilho e saía ali onde é o cemitério. Lá já tinha gente enterrada lá no cemitério, tinha uma cruz lá e tinha umas pessoas enterradas, porque a gente ia para o sítio do meu sogro por ali. A gente virava pra lá às direitas passava em frente à casa do seu Sebastião Enz e saía lá no sítio do meu sogro. A gente ia por aqui, mas não tinha rua, não tinha nada, só tinha a casa da Dona Marina, do

seu Henrique e a nossa do outro lado. Nossa, quando eu cheguei aqui, a dona Marina já estava aqui. Dona Marina foi mais primeiro do que eu ainda. É porque ele [Henrique Trachta] era o gerente da Companhia. Ele que comprava os terrenos, então eles vieram bem primeiro do que eu [...]. (MUSTAFÁ, 2010 apud MOREIRA, 2015, p. 51).

E narra sobre a sua chegada na pequena cidade:

[...] a minha chegada que foi feia. Quando eu cheguei aqui, que eu vi Batayporã, porque eu pensava que o mato era assim. Era o mato, mas embaixo era limpinho, você podia andar sabe, então eu achava, eu pensava assim, mas que romântico eu vou poder andar. Assim vai ser lindo. Quando eu cheguei aqui, que eu vi aquela tranqueira todo embaixo do mato, eu ‘vixi maria’, não tem quem anda aqui, isso não é nada romântico, mas é, eu não conhecia mato. Sabe, eu não sabia que jeito era uma mata. Mas eu gostei muito dessa experiência que eu tive, serviu muito para mim crescer, assim como pessoa, porque é no sofrimento que a gente cresce. A gente sofreu muito, passou muita necessidade das coisas. A gente queria comer uma fruta, não conseguia, não achava. ‘Ixi’ tanta coisa que a gente gostava, a gente teve que abrir mão de tudo pra morar aqui. Eu achava que eu não ia ficar muito tempo aqui. Eu acho que não vou acostumar aqui, não. Mas eu tinha prometido pro meu pai, foi contra a vontade do meu pai. Eu falei não, eu tenho que ficar é aqui. Eu quis vim aqui, casá pra morar aqui. Eu tenho que ficar aqui. E com isso eu fui ficando, tô até hoje, envelheci aqui em Batayporã. É no sofrimento que a gente cresce. (MUSTAFÁ, 2010 apud MOREIRA, 2015, p. 52).

Conforme a narrativa, percebe-se que as pessoas que ali chegaram não tinham noção de como era o lugar e em meio às dificuldades foi necessária muita força de vontade para adaptação ao novo local. No entanto, os sonhos foram maiores, o que fez com que os colonos resistissem e permanecem formando um novo povoado. A ideia de sofrimento é bem latente nas falas dos entrevistados por Moreira (2015), que afirma:

Na fala de diversas entrevistadas, pode-se perceber que elas carregam em seus discursos a palavra ‘sofrimento’. Entende-se que esse sofrimento esteja relacionado às mudanças às quais era preciso se adaptar depois de sair uma cidade já estruturada e vir para um lugar onde sequer cidade existia. Eram apenas algumas clareiras que estavam sendo abertas pela colonizadora (MOREIRA, 2015, p. 54-55).

O “sofrimento” do qual se trata o autor é bem generalizado, pois reúne desde a falta de estrutura do local como a mudança de vida, hábitos e costumes, uma vez que inicialmente nem casa de comércio para aquisição dos artigos de primeira necessidade havia no local; esses materiais precisavam vir do estado de São Paulo.

Nos primeiros anos, Adélio trazia do Estado de São Paulo, em seu caminhão, a mercadoria necessária. Trazia um pouco de tudo, de alimentos e remédios a materiais de construção, pois não se tinha ‘nada’ ali. Algumas pessoas, que não tinham como ir comprar o que precisavam, faziam suas encomendas para o mês seguinte. (MOREIRA, 2015, p. 55)

Tempos depois, surgiu no local o primeiro armazém de secos e molhados, onde as pessoas passaram a fazer suas compras. Aos poucos foi melhorando e assim o lugar foi se formando (MOREIRA, 2015). Cada vez mais famílias chegavam em busca de um pedaço de chão para realização dos seus sonhos, e conseqüentemente aumentava a quantidade de ruas, casas, comércios, surgiam as primeiras instalações hidráulicas e elétricas, mesmo que por meio de poços artesianos e de uma caldeira cedida pela Companhia que fornecia energia até a meia noite. Desta forma a Colônia foi se “desenvolvendo”.

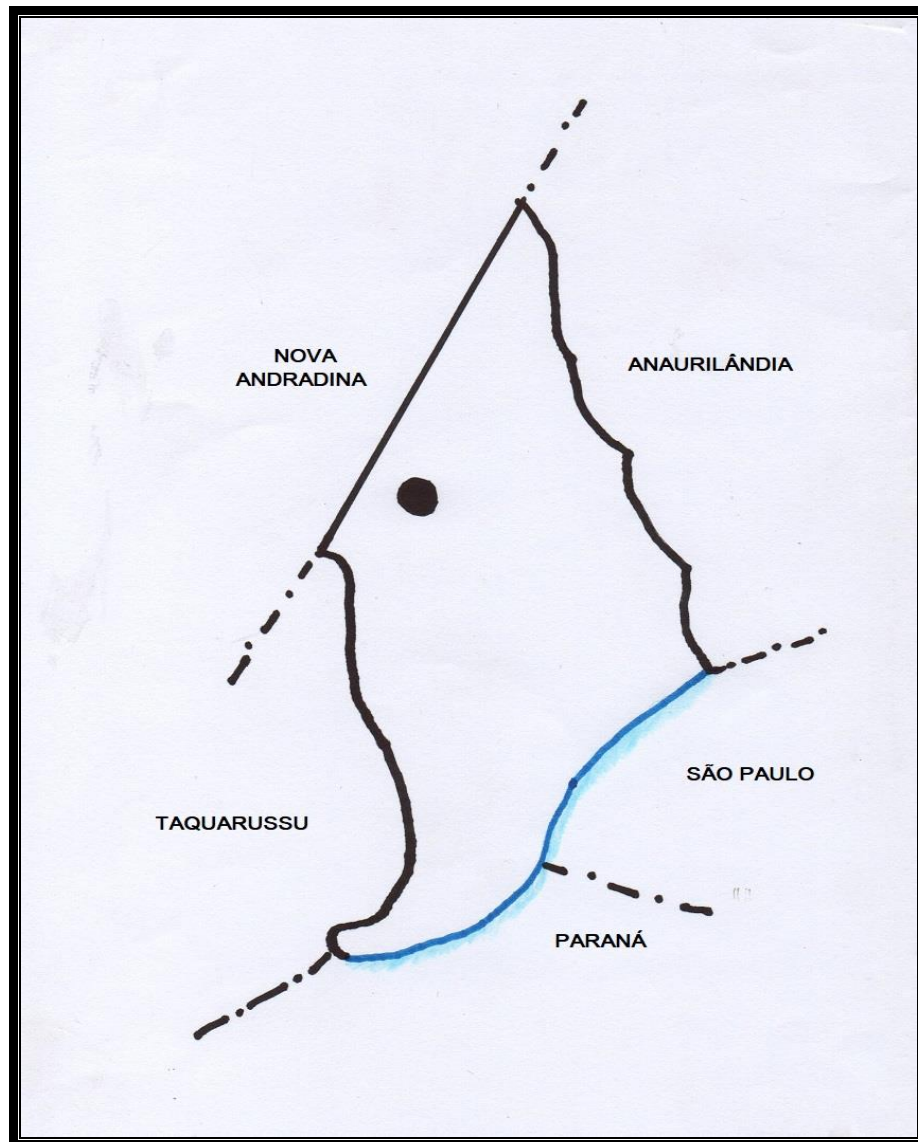
Em virtude do crescimento, em 14 de dezembro de 1953 o povoado foi elevado a condição de distrito - Distrito de Bataiporã - pela Lei nº 669, de 11 de novembro de 1953 (IBGE, 2017), distrito pertencente ao município de Bataguassu-MT. Cinco anos depois, pela Lei Estadual nº 1.189, de 20 de agosto de 1958 (IBGE, 2017), o distrito foi transferido para que se constituísse o município de Nova Andradina-MT. Passados dez anos, o distrito de Bataiporã foi elevado à categoria de município, por meio da Lei nº 1.967, de 12 de novembro de 1963 (IBGE, 2017), desmembrando-se de Nova Andradina.

O nome do município é resultado de uma escolha feita pelos colonizadores, no ano de 1953, início da colonização, como mostra Ziliani, J., (2010, p. 146):

No ano de 1953, o gerente geral da CVSPMT, o também imigrante tcheco Vladimir Kubik, ficou encarregado de escolher o lugar que melhor pudesse acolher o núcleo urbano do projeto, para em seguida iniciar as vendas dos lotes tanto urbanos como as pequenas glebas aos colonos interessados. Logo em seguida escolheu-se o nome para o povoado, numa associação do idioma guarani, y = água, mais porá= boa, precedidos do sobrenome Bata.

O município localiza-se na região sudeste de Mato Grosso do Sul, antigo Mato Grosso, limitando ao Norte com os municípios de Anaurilândia e Nova Andradina, ao Sul com o município de Taquarussu e o estado do Paraná, a Leste com o estado de São Paulo e o município de Anaurilândia e a Oeste com os municípios de Taquarussu e Nova Andradina. Tais limites podem ser visualizados na Figura 3.

**Figura 3** – Mapa dos limites territoriais do município de Bataiporã-MT (1963)



**Fonte:** Mapa elaborado por Salomão, com base no mapa da Figura 4.

**Figura 4 – Mapa de Mato Grosso do Sul – Divisão territorial**



Fonte: Mato Grosso do Sul /Mapa<sup>6</sup>

O município de Bataiporã possui uma área total de 1.828,024 km<sup>2</sup>. Não tem distrito, apenas 2 povoados: Fazenda Santa Elídia, que se localiza a 20km da sede do município, e a Fazenda Primavera, localizada a 45km da sede. Também conta com dois portos, São José e Primavera, localizados a 45 e 35km da sede, respectivamente (MATO GROSSO DO SUL/SEPLAN-FIPLAN, 1989).

Segundo Silva (2004) no município existem três assentamentos: São Luis, São João e Mercedina. O primeiro foi criado em 1994 e os demais em 1996. Estes assentamentos são desdobramentos da Fazenda Primavera, que tinha grande quantidade de terras irregulares que foram desapropriadas e transformadas em assentamentos.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.thinglink.com/scene/789304809260843010>>.

Em 1970 o município era composto por 1.921 integrantes da área urbana e 13.009 habitantes da zona rural, perfazendo um total de 14.930 habitantes. Deste total, conforme dados do Censo de 1970, havia 9.524 habitantes em idade ativa, ou seja, pessoas com 10 anos ou mais de idade e 5.406 em idade não ativa. A principal atividade na época era a extração de madeira uma vez que era tudo coberto de mata nativa sendo necessário o desmatamento para desenvolver outras atividades. Posteriormente as atividades se diversificaram havendo atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca, de indústria, comércio, transporte e comunicação e prestação de serviços (MATO GROSSO/SEPLAN/FIPLAN, 1989).

Atualmente, conforme dados do IBGE (2018), o município dispõe de uma área territorial de 1.828,024 km<sup>2</sup>, com um total aproximado de 11.305 habitantes. Entre as atividades desenvolvidas pelos habitantes existem: a agricultura, com plantação de soja, milho, cana de açúcar e atividades de agricultura familiar; a pecuária, com gado de corte e de leite; a indústria, com uma fábrica de tijolos, um laticínio e uma usina de álcool; comércio, com mercados, mercearias, hotel, restaurantes, lojas e postos de gasolina; prestação de serviços, com órgãos estaduais e municipais, como a prefeitura, postos de saúde, escolas e outros (LINDALVA TEIXEIRA DA SILVA. Informação Verbal, 2019)

Desta forma a população se divide entre trabalhadores autônomos, profissionais liberais e assalariados, da iniciativa pública e privada, aposentados e pensionistas.

Com o aumento da população, conforme Bobadilha (2016), em 1955, por meio do Decreto nº 2.066, de 04 de março de 1955, criou-se a primeira escola primária do Distrito de Bataiporã. O autor aponta que a criação da instituição tornou-se necessária uma vez que os filhos dos colonos em idade escolar deviam ser atendidos, conforme previsto no Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, em seu artigo 3º, que trata da obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário dos 7 aos 12 anos a todos que morassem até 2 km da escola. No entanto, anteriormente já funcionava uma “escola” improvisada na cidade. A oficialização da escola ocorreu em 1955, como escola rural, mas no final do mesmo ano passou a ser denominada Grupo Escolar de Bataiporã.

Em 1969 criou-se o Ginásio Estadual de Bataiporã, regulamentado pelo Decreto-lei nº 813, de 12 de fevereiro de 1969 (MATO GROSSO, 1969).



Figura 5 – Decreto de criação do Ginásio Estadual de Bataiporã (1969)



Decreto nº 813, de 12 de fevereiro de 1969

Cria um Ginásio Estadual na cidade de Bataiporã.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 34, item 1 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica criado o Ginásio Estadual da cidade de Bataiporã.

Artigo 2º - Integrando a lotação do referido ginásio ficam criados os seguintes cargos:

[...].

Fonte: Mato Grosso (1969, p. 1).

No entanto, o Grupo e o Ginásio sempre tiveram espaços físicos e administração independentes, apesar de serem construídos bem próximos, ou melhor, numa mesma quadra da cidade. Somente em 1974, três anos após a Reforma de 1971, ocorreu a unificação das modalidades de ensino, bem como dos prédios, onde o Grupo escolar Bataiporã e o Ginásio Estadual Bataiporã se tornaram Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata”. Tal integração foi regulamentada por meio do Decreto-Lei nº 1.850, de 31 de janeiro de 1974 (MATO GROSSO, 1974) (Figura 6).

**Figura 6** – Decreto de unificação do Grupo Escolar e do Ginásio Estadual de Bataiporã (1974).



**DECRETO N. 1.850, DE 21 DE JANEIRO DE 1974.**

Dispõe sobre a integração física das escolas que mencionam o município de Bataiporã e dá outras providências.

O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 42, item III da Constituição Estadual, **DECRETA**

**ARTIGO 1º** - Fica integrado ao Ginásio Estadual de Bataiporã, criado pelo Decreto n. 813 de 12/02/de 1969, o Grupo Escolar de Bataiporã, criado pelo Decreto n. 2066 de 04/03/55.

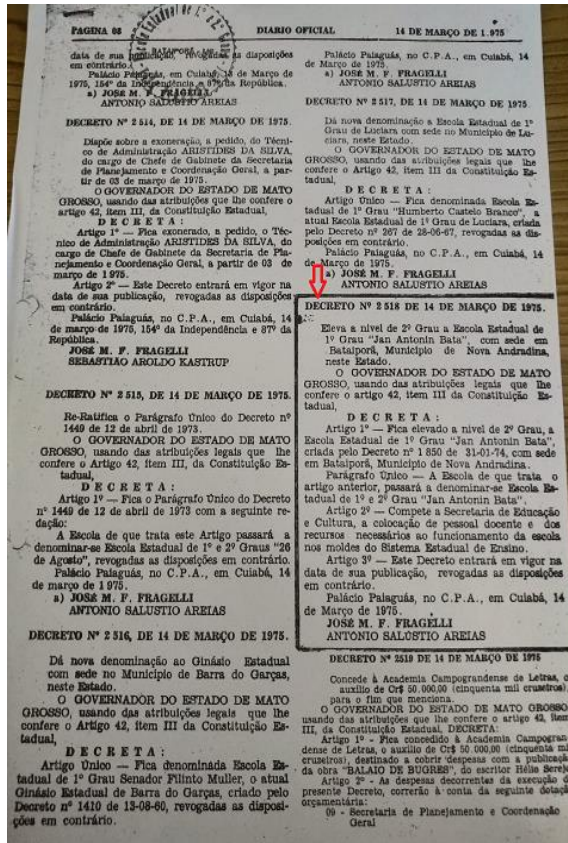
**PARÁGRAFO ÚNICO** – As escolas de que trata este artigo, passarão a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata”.

**ARTIGO 2º** - Este documento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fonte: Mato Grosso (1974, p. 1).

Desta forma, com base na legislação do ensino, em 1974 ocorreu a integração do Grupo Escolar e do Ginásio tornando-se Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata”, ocasião em que, por força da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), primário e ginásio passaram a compor o chamado ensino de 1º Grau, de oito anos. No entanto, em 1975, por meio do Decreto-Lei nº 2.518, de 14 de março de 1975 (MATO GROSSO, 1975), foi elevada a 2º grau, com a denominação de Escola Estadual de 1º e 2º Grau “Jan Antonin Bata”, passando a oferecer o ensino de 1º grau de 8 anos e o ensino de 2º grau, magistério e, posteriormente, o técnico em contabilidade.

**Figura 7** – Decreto de elevação da Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata” a Escola de 2º grau (1975)



## DECRETO Nº 2516 DE 14 DE MARÇO DE 1975.

Eleva a nível de 2º Grau a Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata”, com sede em Bataiporã, município e Nova Andradina, neste Estado.

O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 42, item III da Constituição Estadual,

### DECRETA:

Artigo 1º - Fica elevado a nível de 2º Grau, a Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata”, criada pelo Decreto nº1850 de 31-01-74, com sede em Bataiporã, município de Nova Andradina.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Escola de que trata o artigo anterior, passará a denominar-se Escola Estadual de 1º e 2º Grau “Jan Antonin Bata”.

Fonte: Mato Grosso (1975, p. 8)

Percebe-se que a instituição e a educação sofreram várias alterações de Grupo Escolar, Ginásio, Ensino de Primeiro Grau, Ensino de Primeiro e Segundo Graus. O município iniciou com a oferta de ensino primário de forma improvisada e em quinze anos de existência trouxe para sua população até o ensino de segundo grau. Atualmente, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) (SED/MS, 2018), a instituição denomina-se Escola Estadual “Jan Antonin Bata”, localizada na rua Jonas Pedro Nunes, nº 1260, no Centro da cidade de Bataiporã, Mato Grosso do Sul. É mantida pela Secretaria de Estado de Educação e atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e todos os anos do Ensino Médio.

## 2.2 O Ginásio na geografia da cidade e na composição dos sujeitos bataiporãenses

Nesta parte foram analisadas as mudanças ocorridas no setor educacional da cidade de Bataiporã e as características do Ginásio e do ensino nele oferecido.

Como apresentado anteriormente, o local inicia-se como colônia, passando imediatamente a distrito, permanecendo nesta condição por um período de dez anos.

Inicialmente, pertencia ao município de Bataguassu, depois passou a pertencer ao município de Nova Andradina, até adquirir autonomia administrativa como município no ano de 1963.

Conforme dados apresentados por Bobadilha (2016), a formação inicial do local foi principalmente de famílias nordestinas. No entanto, também vieram paulistas, paranaenses, mato-grossenses, japoneses, portugueses e espanhóis, constituindo uma população bem variada; conseqüentemente, a instrução, profissão e religião também apresentavam diversidade. A maioria das pessoas eram analfabetas, principalmente as mulheres. Quanto à profissão, a população era de lavradores, motoristas, padeiros, domésticas, carpinteiros, sapateiros, policiais, barbeiros, comerciantes, donas de casa, açougueiro, juiz de paz, pensionistas e farmacêuticos, entre outras. Sobre a religião predominava o catolicismo.

O local era composto por uma população sem grandes rendas e formação escolar, que buscava pela educação escolar de seus filhos nas escolas próximas ao povoado. Inicialmente a educação era improvisada. Como apontam Faria Filho e Vidal (2000, p. 21), “[...] essas escolas funcionavam em espaços improvisados, como igrejas, sacristias, dependências das Câmaras Municipais, salas de entrada de lojas maçônicas, prédios comerciais, ou na própria residência dos mestres [...]”.

Segundo Bobadilha (2016, p. 69), a Escola em Bataiporã começou a funcionar “[...] em uma sala do único hotel existente no lugarejo, pertencente ao senhor Mustafá, sogro da primeira professora da escola”. Mas em 1955 foi construída a primeira edificação da escola:

O ‘novo’ prédio de madeira com duas salas pequenas serviu como sede do Grupo Escolar de Bataiporã a partir de 1957. Além dessa construção, foram aglutinadas mais salas de alvenaria, estas construídas pelos governantes da cidade no final dos anos de 1960 (BOBADILHA, 2016, p. 69).

A escola dispunha de prédio próprio, porém com escassa ajuda tanto do poder público, quanto da CVSPMT. Dialogando com Foucault, percebe-se uma relação desigual entre colonos e Companhia. A escola tornou-se um dos dispositivos para a permanência da população, no entanto, esta se sujeita a matricular seus filhos na única escola existente. Há um jogo de poder funcionando para atender aos interesses de ambas partes.

Como registrado anteriormente, a primeira escola surgiu ainda quando Bataiporã era um distrito, no entanto tornou-se município e permaneceu com esta escola, surgindo apenas as salas de aula para atender a zona rural, numa forma de extensão do Grupo Escolar, pois todas eram administradas pela mesma diretora. Conforme relata a professora Marisa Andrade Michelini, ex-diretora (ENTREV., 2018, p. 2-3):

*Então eu tinha que atender a Fazenda Primavera que é distância de 50 km [...] e ali a primavera era Municipal, mas pertencia tudo ao estado, ensino rural. Tinha o bairro da festa, um bairro bem povoado e também tinha uma escolinha Rural lá, pertencia, tinha o bairro Vera Cruz, era cheio de bairro, também tinha uma escolinha, pertencia a direção daqui. Tinha o bairro da Alegria, tinha outra escolinha, pertencia aqui. Eu ia uma vez por mês visitar as escolas.*

A professora relata sobre as dificuldades encontradas no trabalho, pois para ir às escolas utilizava transporte e recursos próprios, contando sempre com o auxílio do marido. Grande parte dos professores tinham como formação apenas o primário. Já a maioria dos alunos, ao concluir a quarta série primária, encerrava seu ciclo de estudos, pois o lugar mais próximo para continuidade era Nova Andradina, que tinha uma escola privada. Mediante tal situação, só continuavam estudando os filhos de famílias com melhores condições financeiras, uma vez que tinham que se deslocar até a cidade vizinha e pagar pela oferta do ensino. Além disso, a educação pós primário não era obrigatoriedade do Estado.

Outro fator que também limitava a continuidade dos estudos era a forma de ingresso, uma vez que havia uma forma de seletividade exercida pelo chamado “exame de admissão”, que segundo Freitas e Biccas (2009, p. 67), constituía de “[...] um sistema cuja espinha dorsal era a seletividade combinada com intermináveis rituais de avaliação aprovação e reprovação”. Neste caso percebe-se uma dupla seletividade, pois os menos favorecidos ficavam de início impedidos de participar do processo e os demais teriam que provar sua capacidade por meio dos conhecimentos escolares para garantir seu ingresso.

Aguiar (2013), em sua dissertação, abordou esta seletividade na Escola Maria Constança de Barros, em Campo Grande, MT. A autora afirma que:

*O acesso à escola, principalmente de ensino secundário, não foi tão fácil como parece. No Brasil como forma de controlar as matrículas a esse nível de ensino, foi criado o Exame de Admissão ao ensino secundário, que representou uma barreira aos jovens interessados em continuar os estudos que almejavam o ensino superior (AGUIAR, 2013, p. 14).*

Minhoto (2007) também apresentou uma crítica a este sistema de seleção. Em sua pesquisa observou a origem social dos alunos selecionados na cidade de São Paulo e, entre outros fatores, afirmou que o exame era ineficiente e incapaz para a precisão do desempenho escolar ginásial, pois os alunos que frequentavam as instituições privadas tinham melhor formação, o que aumentava suas chances de sucesso:

*A frequência a este tipo de instituição propiciava acesso a conteúdo, métodos e práticas de ensino necessários ao bom desempenho nas provas, revelando igualmente a influência dos exames na definição dos programas*

de ensino e na conformação do curso primário em instituições progressivas (MINHOTO, 2007, p. 243).

A seletividade era fator recorrente em todo o país, determinando o sucesso ou insucesso de cada indivíduo que passasse pela escola. No caso da instituição pesquisada por Aguiar (2013), ela foi criada para que “todos” tivessem acesso ao ensino, mas o exame de admissão tirava a oportunidade de muitos: “De fato, por meio do exame de admissão, o ingresso no ensino secundário atestava a pertença de alguns jovens à classe social dirigente e possibilitava aos jovens de classe social mediana uma perspectiva consistente de ascensão social” (PESSANHA; ARRUDA, 2007 apud AGUIAR, 2013, p. 16).

Pode-se afirmar que a escola é um dispositivo de poder, onde o governo assegurado por uma legislação exerce controle e vigilância sobre a população, delimitando o espaço de cada um e intervindo no seu lugar na sociedade. Como afirma Foucault (2014, p. 181):

É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. [...] nele vê-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.

Ao desejar a continuidade dos estudos, o indivíduo se submete ao processo seletivo onde deve demonstrar sua competência social e intelectual num processo em que o resultado obtido lhe dá a progressão ou a punição. Aos que não obtinham o resultado para aprovação e não possuíam condições de estudar em outro município, restava encerrar a escolaridade no primário. Esta situação é visível na narrativa de Marisa Andrade Michelini (2018, p. 11), quando aponta que “*quem podia ia para Nova Andradina*” e continuava os estudos.

Em 1969 criou-se o Ginásio Estadual de Bataiporã, conforme o Decreto nº 813, de 12 de fevereiro de 1969 (MATO GROSSO, 1969), na gestão do prefeito Manoel Leite Clementino do Partido Democrático Trabalhista. Nesta data quem governava o país era o Presidente Artur da Costa e Silva, e o Estado era governado por Pedro Pedrossian.

Esta etapa de ensino chega ao município como um alento à população que se encontrava impossibilitada de continuar seus estudos com os professores primários, pois neste período chegaram ao local os primeiros professores formados (normalistas), o que fez com que muitos professores leigos perdessem seu espaço de trabalho pela falta de formação.

Os normalistas eram os professores que possuíam habilitação para lecionar no ensino elementar - o ensino primário. Este tipo de formação se operacionalizou a partir da criação das escolas normais no século XX. Inicialmente funcionava precariamente, conforme decisões

e interesses políticos. A formação era voltada aos conteúdos que se deveriam ensinar para os alunos do primário, além de ser um curso destinado ao público masculino. Posteriormente, o curso passou a ser procurado demasiadamente por mulheres, o que promoveu mudanças estruturais, feminizando-o e definindo-o como “a” profissão docente (FURTADO, 2011).

Conforme afirmação da professora Marisa Andrade Michelini, ex-diretora (ENTREV., 2018), ela foi a primeira normalista a chegar na cidade, em 1967, e conseguiu trabalho imediatamente e em curto período assumiu a direção do Grupo Escolar por ser “*a única professora formada*”. Acrescenta que estes normalistas que chegaram logo depois, em 1971, assumiram as aulas do primário no Grupo Escolar e com a criação do Ginásio muitos passaram a lecionar um período no Grupo e outro no Ginásio.

Desta forma, o Ginásio na cidade foi sinônimo de “progresso”, ascensão social e até condição de sobrevivência, pois abriu campo de trabalho para os professores que ali se encontravam. Pode-se afirmar ainda que os professores leigos puderam retomar os estudos e assim se manterem nos cargos que exerciam, e muitos jovens e adultos passaram a ter uma nova perspectiva de vida e de trabalho.

O professor José Miguel da Rocha (ENTREV., 2018), ex-aluno do Ginásio, relata que ao terminar o primário tornou-se professor na zona rural, mas como condição de se manter no posto retomou seus estudos após cinco anos do término do primário:

*Fui convidado a dar aulas nas escolas da zona rural. Agora trabalhando não quis estudar, porém com a chegada de professores formados, vindos de outras cidades fui obrigado a retomar os estudos e em 1973 comecei o ginásio aqui na cidade pois retornar aos estudos era uma forma de não perder o trabalho. Isto já estava com 20 anos (ENTREV./JOSÉ MIGUEL DA ROCHA, 2018, p. 1).*

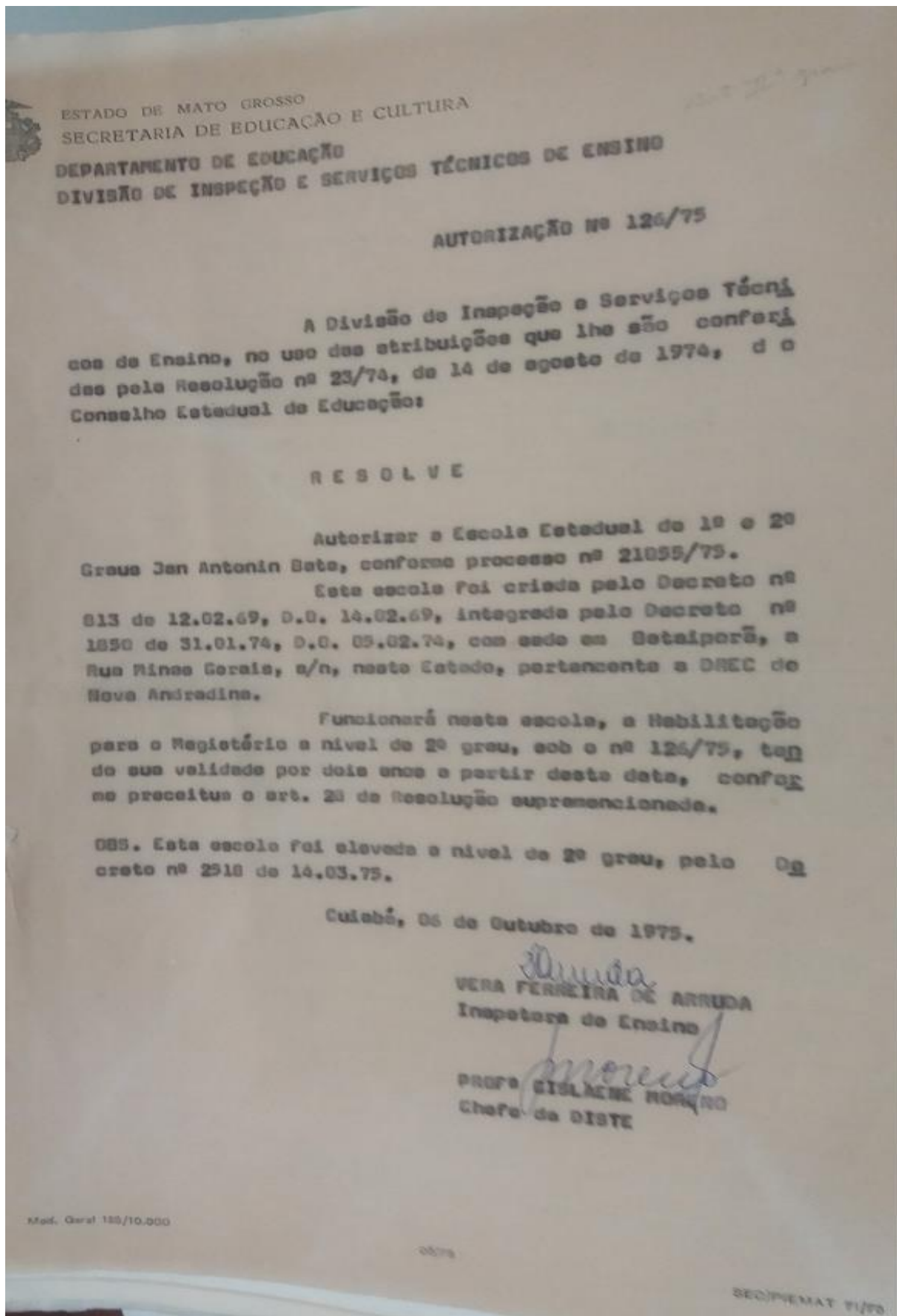
Mas, se os professores que atuavam na zona rural foram perdendo seus postos gradativamente, na medida em que cada vez mais imperava a necessidade de formação profissional, os professores que atuavam na área urbana cederam suas vagas de forma imediata. Isto sinalizou a dificuldade de alcance da escola rural por parte dos professores normalistas, que pela distância priorizavam sua estada na área urbana. Essa situação se insere na política municipal, que investiu na presença de profissionais com formação para atuarem nas escolas municipais urbanas. Esses professores “formados” foram “convidados” pelo prefeito eleito na época, Alcides Sãoovesso. Conforme narra Marisa Andrade Michelini (2018, p. 7) “[...] porque aí em 1971 chegou o seu Alcides Sãoovesso, ali prefeito, trouxe a primeira remessa de professores qualificados de Álvares Machado [estado de São Paulo...] parece que seis professores de Álvares Machado”.

Deste modo, os professores leigos que atuavam no Grupo Escolar foram substituídos por professores normalistas, ao passo que os professores leigos que atuavam na zona rural puderam (ou tiveram que) retomar os estudos para continuar atuando nas escolas. Além disso, o poder municipal investiu na educação desses professores leigos para que a formação fosse feita de forma mais rápida, como relata José Miguel da Rocha (2018, p. 2): *“Fizemos 40 dias de curso nas férias. Isso... porque que eu fui fazer esse curso? Isso porque era professor na zona rural e aí o município arrumou isso: nós vamos ter o curso em Nova Andradina nas férias do final do ano e todos os professores vão ter que ir, e eu fui”* (ENTREV./JOSÉ MIGUEL DA ROCHA, 2018, p. 2).

Percebe-se, neste momento, que houve um interesse por parte do poder municipal no que se refere à formação do professorado, fazendo com que todos tivessem formação ginásial. Desta forma, em um curto espaço de tempo, os professores do município terminaram o ginásio e já ingressaram no magistério, pois em 1975 quando a escola foi elevada à escola de 2º grau, passou a ofertar o curso de magistério.



Figura 8 - Decreto de autorização do curso Magistério (1975)



Fonte: Arquivos da E.E. "Jan Antonin Bata" (1975).

A oferta do magistério não só abriu portas para os professores não habilitados (leigos) na época, mas também para quem quisesse dar continuidade aos estudos de formação específica (graduação), pois após a conclusão do 2º grau (magistério), os estudantes e trabalhadores da educação cursavam graduação na cidade de Presidente Prudente, São Paulo.

Segundo os entrevistados, estudavam aos finais de semana por meio de aulas concentradas. Como afirmou Dalibor do Amaral Trachta “[...] *terminei meu estudo até o ensino médio, o 2º grau aqui em Bataiporã. Depois fui fazer a faculdade em Presidente Prudente, em Educação Artística, e sempre trabalhando na escola, né*”. Afirmativa parecida foi feita por Salvador Pereira quando disse que “[...] *depois disso eu fui para a faculdade, fui em Prudente fazer na UNOESTE. Aqueles cursos de final de semana*”. E acrescenta:

*Aqui essa região todinha... aqui, um pedaço do Paraná, norte do Paraná todinho aqui, ia tudo para lá. Era aqueles cursos de final de semana, sexta e sábado. O curso era período integral, só que a gente pegava sexta e sábado. Concentrava, era gente demais, porque pegava o pessoal do curso normal e aí a gente chegava de fora. Aí fui fazer para a área de letras, depois fiz administração escolar, que eu era diretor (ENTREV./SALVADOR PEREIRA, 2018, p. 1).*

Durante algum tempo a cidade de Presidente Prudente foi a referência para formação dos professores de Bataiporã como também de outros municípios do antigo sul do estado.

### 2.2.1 Espaços-tempos do Ginásio: edificação, distribuição e horário de funcionamento

Conforme apontam Faria Filho e Vidal (2000), o tempo e o espaço escolar são aspectos importantes na vida do estudante, no entanto, ambos nunca foram iguais na educação brasileira. Em qualquer época sua organização nunca foi neutra, sempre buscou um ensinamento, transpôs aos sujeitos uma gama de valores. São perceptíveis as diferenças entre as escolas das quais tratam os autores, porém, cada uma a seu modo objetivava a educação escolar.

Segundo Escolano (2001), a arquitetura escolar funciona como um “programa”, pois a partir dela tipos específicos de sujeitos são objetivados. É por meio da organização arquitetônica que crianças e jovens são organizados, vigiados, disciplinados e, algumas vezes, punidos. Por isso, mais do que um espaço físico, a arquitetura escolar funciona como um discurso que produz cultura, modos de ser, agir e pensar. Ora, isto não significa que a instituição escolar e a estrutura que lhe corresponde exerça tão somente negatividade sobre a

vida dos sujeitos que a frequentam. Como no caso do Ginásio de Bataiporã, apesar de ter funcionado segundo um modelo denominado pelos ex-alunos de “Forte Apache”<sup>7</sup>, sua estrutura também abriu caminhos e influenciou positivamente aqueles que por ali passaram.

A chamada Escola de Improviso, que funcionou nos séculos XVII e XIX, apesar de não dispor de um espaço adequado ou específico para tal, pois operava nas casas de famílias ou de professores, igrejas, sacristias, prédios comerciais e até câmaras municipais, sempre tiveram como objetivo a educação escolar (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). Exemplo foi a escola primária de Bataiporã, que inicialmente funcionou em um hotel, objetivando, por meio do auxílio da comunidade e da Companhia, escolarizar os filhos dos colonos do povoado.

O mesmo aconteceu com o Ginásio, que antes de sua oficialização em 1969, já funcionava em uma sala de um outro hotel do Senhor Mustafá, o mesmo comerciante que deu abrigo para iniciar o Ensino Primário na cidade. Conforme afirmação do ex-aluno Dalibor do Amaral Trachta (ENTREV./ 2017, p. 5), “*ele funcionava num espaço, se não me falha a memória, no segundo hotel do senhor Muhamed Mustafá que era ali do lado da prefeitura antiga... era ginásio e admissão na época*”. Naquele período o Grupo Escolar possuía espaço próprio e o Ginásio não. Pensada nessa perspectiva, o Grupo era uma “escola-monumento” e o Ginásio era, em parte, uma “escola de improviso”.

As escolas-monumento do final do século XIX caracterizavam os grupos escolares. Nelas, o espaço e o tempo eram claramente determinados. Havia a construção de prédios específicos, uma divisão de turmas conforme o grau de conhecimento e gênero, o ensino era distribuído num período de quatro horas diárias, enfim, tudo simetricamente organizado, tanto interno quanto externamente:

[...] em geral 4, 8 ou 10 classes em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração [...]. Os materiais do ensino intuitivo, as carteiras fixas no chão, e a posição central da professora pareciam indicar lugares definidos para alunos e mestre em sala de aula (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Algumas características desse modelo ainda nos é familiar nos dias de hoje, considerando a escola pública, com suas adequações no decorrer do tempo.

As escolas funcionais, modelo característico dos locais que não possuíam atendimento educacional por parte do poder público, foi um tipo de escola onde o próprio professor arcava com a despesa do local e seus alunos levavam seus assentos, isto uma minoria devido a

---

<sup>7</sup> Filme americano de 1948 que retrata colonização do Oeste americano (guerra de cavalaria). Disponível em: <<https://simaopessoa.blogspot.com/2011/01/forte-apache-e-os-cowboys-da.html>>.

condição financeira. Aí, novamente, surgia o improvisado, pois na falta do mobiliário muitas vezes utilizava-se o chão como assento.

Conforme afirma Viñao Frago (2001, p. 26):

O espaço-escola não é apenas um ‘continente’ em que se acha a educação institucional, [...]. A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como, os da ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial, motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 26).

Pensando assim, quais terão sido os espaços e tempos do ensino secundário, no ginásio de Bataiporã?

O recorte temporal da pesquisa informa o tempo de duração desta etapa escolar no município - 1969 a 1974. No entanto, o tempo não se resume apenas ao período de funcionamento de algum curso, de uma aula, de uma festa ou de um acontecimento histórico datado. Ele é também fluidez do cotidiano, dos acontecimentos mais singelos vivenciados pelos indivíduos. O tempo é, enfim, experiência. Como afirma Larrosa (2011, p. 7), “A experiência [...] é um passo, uma passagem, um percurso”. Através deste passo, passagem, percurso de cada sujeito dentro do Ginásio torna-se possível uma aproximação e registro da história desta etapa escolar. E é por meio das lembranças destes que será relatado o tempo e o espaço transcorrido. Sobre isto Halbwachs (1990, p. 71) afirma:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com alguma de nossas antigas impressões, a lembrança se distinguiria, por definição, dessas ideias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado (HALBWACHS, 1990, p. 71).


Assim como o tempo, o espaço também é experiência. Por isso, o modo como cada ex-aluno entrevistado subjetivou o uso do tempo e do espaço no Ginásio de Bataiporã foi entendido como uma experiência, que influenciou seu campo de atuação, sua vida, seu “eu”. Trata-se de experiências múltiplas que, quando articuladas, permitem conhecer o funcionamento daquela etapa escolar, num período delimitado.

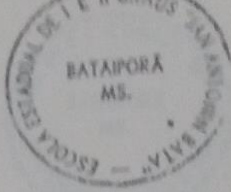
Desta forma, buscou-se valorizar o olhar dessas pessoas porque a qualquer momento essas lembranças podem desaparecer:

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são devidamente exteriores, então único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990, p. 70).

A partir de sua oficialização em 1969, a oferta de escolarização na Instituição foi feita em prédio próprio, com a denominação de Ginásio Estadual de Bataiporã. A construção foi realizada na mesma área territorial do Grupo Escolar, uma quadra pertencente ao Estado, cuja doação foi feita pela prefeitura municipal, mas o registro do terreno foi lavrado no ano de 1980, conforme a certidão apresentada na Figura 9.

Figura 9 – Certidão Territorial (1980)

  
 NOVA ANDRADINA - MATO GROSSO DO SUL  
 CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO

  
 BATAIPORÃ  
 MS.

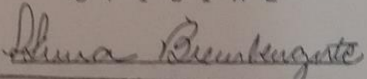
**CERTIDÃO**

EULENIR OLIVEIRA LIMA, Tabelã Efetiva do Cartório do 1.º Ofício desta cidade e comarca de Nova Andradina, Est. de Mato Grosso do Sul na forma da Lei, etc.

693/80

CERTIFICA, a pedido verbal feito por pessoa interessada, que revendo em o cartório a seu cargo os "LIVROS DE REGISTRO DE IMÓVEIS", dos mesmos verificou constar, que o = ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, é legítimo proprietário de UMA QUADRA DE TERRENO URBANO, sem benfeitorias, na cidade de Bataiporã - desta Comarca, sendo quadra nº 48 (quarenta e oito), com as medidas de 90m x 140m., ou seja 12.600 mts<sup>2</sup>., com os limites e confrontações: - ao Norte com a Rua Piauí pelos 90m., ao Sul com a Rua Pernambuco pelos 90m., ao Leste com a Rua Bahia pelos 140m e ao Oeste com a Rua Minas Gerais pelos 140m.; que, o mesmo, tornou-se proprietário através do Ofício nº 118/80 de 31-03-80, expedido pelo MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível e Corregedor Permanente desta Comarca, Exmo. Sr. Dr. Crescentino Sisti, fundamentado nos arts. 20 e 21 da Lei Complementar nº 31, de 11-10-77, --- Averbado sob nº 01 a margem da Transcrição nº 5.267, às fls. 153 do livro 3-F desta Cartório, em 12-05-80.- N A D A M A I S. Era o que tinha a certificar em relação ao pedido feito.- Todo o referido é verdade, da fé.- Nova Andradina, 18 de Agosto de 1.980 Eu Lenir O. Lima Bismbergute Oficial, a fiz datilografar, conferi, subscrivi e assino.....

O F I C I A R E

  
 Lenir O. Lima Bismbergute  
 2.ª SUBSTITUTA  
 CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO - NOVA ANDRADINA - M.T.

Prédio Velho  
 NOVA ANDRADINA - MS.  
 693/80  
 TERRENO DA BRAZ

Fonte: E. E "Jan Antonin Bata" (1980).

Na quadra 48 foram construídos o Grupo escolar e o Ginásio, porém com administração e funcionamento independentes: “É, era assim que funcionava grupo e ginásio, separados mas integrados, os dois lá e aqui (ENTREV./MARISA ANDRADE MICHELINI, 2018, p. 20). Esta narrativa de “separados, mas integrados” pode ser observada na Figura 10.

**Figura 10** - Grupo escolar Bataiporã (1969).



**Fonte:** Acervo do Centro de Memória “Jindrich Trachta”, Bataiporã (1970).

A Figura 10 é uma fotografia do Grupo Escolar de Bataiporã. A construção da qual aparece apenas uma parede à direita da fotografia, é o prédio do Ginásio que fora construído no mesmo terreno do Grupo. Ao fundo e à direita, encontra-se a construção de madeira, composta de quatro salas, sendo a primeira edificação própria do Grupo, construída em 1955 por moradores da cidade, com apoio de alguns materiais doados pela CVSPMT (BOBADILHA, 2016). Ao lado aparecem mais duas construções que são as ampliações do Grupo. As construções de alvenaria representam uma melhoria na edificação e na qualidade de trabalho do professor por dois motivos: primeiro porque no prédio anterior, de madeira, havia um desgaste muito grande do professor para se fazer ouvir, uma vez que os sons perpassavam os limites entre as salas de aula, que possuía apenas uma parede de madeira dividindo os espaços entre as salas, conforme relata o professor Raymundo José da Silva (ENTREV./RAYMUNDO JOSÉ DA SILVA, 2018, p. 5):

*Quando eu cheguei lá dava aula numas salas lá, então umas salas não tinham forro. Então tinha um barracão, um salão enorme dividido em 4 salas, quatro professores dando aula. Naquela época era só eu de homem e mais três professoras falando. Quem falasse mais alto, e como se fosse leilão, quem falasse mais alto daqui eu ouvia o que a professora estava falando lá e ela me ouvia também. A gente saía de lá esgotado, porque tinha*

*que se fazer ouvir e para sua voz sobressair acima dos outros, tinha que gritar, então era precário mesmo, muito precário.*

O outro motivo, refere-se ao fato de que o prédio de madeira tinha o piso suspenso e muitas vezes o aluno deixava o material cair passando pelas fendas do piso, indo parar embaixo da sala, provocando a interrupção da aula, por parte do professor, para a retirada do material ou perda de parte do conteúdo, pelo aluno, enquanto procurava seus pertences. Tal fato é notório na fala do informante Dalibor do Amaral Trachta (ENTREV./DALIBOR DO AMARAL TRACHTA, 2018, p.12):

*[...] nessa escola é... eu tenho assim uma recordação que parece que tá passando um filme na minha cabeça, que eu consigo lembrar todos os detalhes dessa escola, era feito em cima de toco, que ela era alta de chão e o assoalho era feito de taboa, e tinha assim uma taboa da outra era isso aqui, então as vezes caía um lápis ou uma borracha e caía no assoalho da escola, e aí a gente como que tinha que fazer? Aí a molecada entrava lá dentro daquele, e saía tudo sujo dali de dentro para pegar o lápis e a borracha, e a professora já ficava brava e tal. Mas não tinha como, o lápis caía no chão e rolava e caía no porão da escola né, que era feita, a escola era alta.*

Percebe-se uma melhoria com a nova construção; aspecto que contribuiu com a qualidade da escolarização oferecida no município, pois trouxe mudanças na vida dos escolares, porque potencializou o trabalho docente e, também, contribuiu com os discentes.

Como exposto anteriormente, o Grupo Escolar e o Ginásio dividiam uma quadra na geografia da cidade, porém com prédios independentes.

**Figura 11:** Ginásio Estadual de Bataiporã ( 1969)



**Fonte:** Acervo da Escola Estadual “Jan Antonin Bata” (1970).



A Figura 11 apresenta a imagem do Ginásio Estadual de Bataiporã. Um prédio em alvenaria, construído no final da década de 1960. São dois pavilhões com janelas basculantes, ligados por uma cobertura e com pátio calçado. O limite espacial da Instituição, em suas laterais, é delimitado pelo próprio prédio, e aos fundos um muro liga os dois pavilhões demarcando seu restrito território. Apesar de não aparecer na imagem, a frente da construção tem a mesma estrutura dos fundos, um muro ligando um pavilhão ao outro e um único portão de acesso ao interior da escola. A imagem mostra o prédio do Ginásio e aos fundos e, após o muro, aparece o Grupo Escolar.

Comparando as fotografias das edificações das duas instituições pode-se notar no pátio do Grupo Escolar os pavimentos um ao lado do outro e um grande pátio gramado ou de chão batido, ao passo que o Ginásio apresenta dois pavilhões, um de frente para o outro, com uma cobertura ligando-os e com o pátio todo calçado, em um espaço delimitado pelos muros.

Os dois prédios foram construídos no mesmo quarteirão, porém, com determinada distância e espaços definidos. Conforme relato de José Miguel da Rocha (ENTREV., 2018) o prédio do Ginásio era composto de oito salas, duas delas destinadas à administração da escola, construídas de frente para as demais, que se destinavam às aulas, definindo as funções dos espaços dos dois pavilhões, ligados por uma cobertura, todo murado e com um único portão de acesso à entrada e saída, conforme apresentado na Figura 12.

**Figura 12** - Ginásio Estadual de Bataiporã ( 1969)

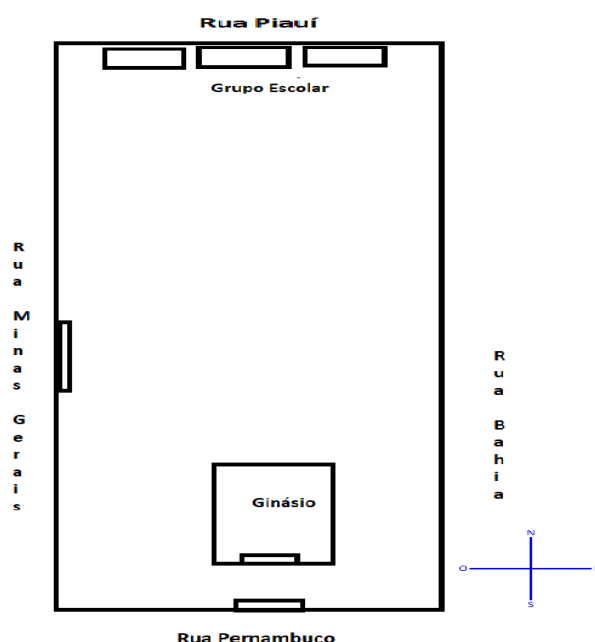


**Fonte:** Acervo da Escola Estadual “Jan Antonin Bata” (1970).

Observa-se também que a forma de acesso aos dois estabelecimentos de ensino é independente. Enquanto o Grupo Escolar está ao norte, o Ginásio se encontra ao sul do terreno. Porém, ao passo que o quarteirão se torna o pátio do Grupo Escolar, o Ginásio está

em um espaço delimitado que se localiza dentro do pátio do Grupo Escolar. Desta forma, no momento em que se sai do portão ainda não se tem acesso à rua, mas ao pátio do Grupo Escolar. Apesar de não ser delimitado com muros, pois o quarteirão era cercado por cercas de madeira, como é possível ser visto na fotografia anterior, após o portão, os limites eram determinados por uma segunda vez. A planta disposta na Figura 13 é uma representação deste espaço e localização.

**Figura 13** - Representação da quadra 48 (Grupo Escolar e Ginásio Estadual - 1969)



**Fonte:** Planta elaborada por Salomão (2019)<sup>8</sup>.

A Figura 13 indica a distribuição espacial das edificações do Grupo e do Ginásio em Bataiporã, no entanto, com exceção da rua Bahia, atualmente as ruas têm outra nomeação. De acordo com consulta realizada no *Google Maps*<sup>9</sup>, a rua Piauí é denominada rua Jonas Pedro Nunes; a rua Pernambuco denomina-se rua Arlindo Ramos; e a rua Minas Gerais é a atual rua Vereador José Adelino da Rocha.

Outra mudança que ocorreu foi quanto à escola que se localiza no quarteirão nº 48. A partir de 1982, a instituição escolar ali estabelecida é denominada Escola Estadual de Pré-

<sup>8</sup> A planta, Figura 13, foi criada por Salomão (2019), com base em Informação verbal, via WhatsApp, concedida por Dalibor do Amaral Trachta (ex-aluno).

<sup>9</sup>Disponível em:

Escolar, 1º e 2º Graus Braz Sinigágliã, atual Escola Estadual Braz Sinigágliã, criada pelo Decreto nº 2.519, de 14 de maio de 1984. Já a Escola Estadual Jan Antonin Bata, que se originou da união entre Grupo e Ginásio, atualmente se localiza na quadra 43, na rua Jonas Pedro Nunes, nº 1260. Segundo narrativa da ex-diretora Marisa Andrade Michelinì (ENTREV., 2018, p. 18), com a oferta do Ginásio e posteriormente com a do 2º grau, o número de alunos aumentou e, para atender a demanda, foi construído um novo prédio, na quadra 43; este atendia o 2º grau, porém, ambos pertenciam à escola Jan Antonin Bata: “[...] *aí essas duas escolas Unidas pelo nome e separadas por prédios*”. Assim, em 1984, oficialmente se criou a nova escola, ocupando o antigo prédio da Escola Jan Antonin Bata e esta se estabeleceu no novo prédio.

Segundo Escolano (2001, p. 26), “[...] o espaço escolar tem que ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos”. Nesse sentido, qual seria o discurso presente nesta estrutura predial chamada pelos entrevistados de “Forte Apache”?

Esta denominação lembra vigilância e controle. Pavilhões frente a frente, parte administrativa com total visão das salas de aula, nos remetem ao “panóptico de Bentham”, (FOUCAULT, 2014). Percebe-se na sua organização e nomeação um exercício de disciplinar e controlar as ações de seus frequentadores, organizando hierarquicamente o ambiente escolar, pela distribuição estratégica dos espaços e das funções/posições que os sujeitos ocupam (por exemplo o gestor escolar, cujo lugar ocupado pelos sujeitos é estrategicamente localizado para permitir “ver” o andamento das salas e do pátio).

Foucault (2014), ao estudar o que denomina de sociedade disciplinar, verificou que a sua unicidade se encontra na observação do não cumprimento das regras estabelecidas. Para tanto, criaram-se aparatos para vigiar de modo a desenvolver o sentimento de culpa no indivíduo, causando-lhe aflição pela ação praticada. Dentre esses aparatos materiais, lembramos aqui das construções no modelo do panóptico, conforme idealizado por Jeremy Bentham. Uma construção em forma de anel, que em sua região central havia um pátio com uma torre. O anel era repartido em pequenas celas e em cada uma se encontrava um indivíduo com características e/ou finalidades únicas e na torre existia um vigilante. Este, via tudo o que acontecia nas celas sem que ninguém o visualizasse, ou seja, tinha total controle da situação. Cada indivíduo sabia da existência de um vigia, porém não sabia quando era observado e nem via seu observador. Desta forma, mantinha-se a ordem do local por meio da ação - ver sem ser visto, automatizando o poder, fazendo “[...] com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação” (FOUCAULT, 2014, p. 195).

O panóptico organiza espaços que permitem ver, sem ser visto, e, assim, garante a ordem. Há neste caso uma vigilância constante que leva o indivíduo ao cumprimento das regras, pela incerteza de estar sendo visto, pois o objetivo não é a punição, mas impossibilidade da prática do erro. Portanto, o panóptico seria uma medida preventiva por meio de mecanismos psicológicos: “Ele é uma máquina de dissociar o par ver - ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 2014, p. 195). Esquema eficaz quando se deseja impor uma tarefa ou comportamento a uma multiplicidade de indivíduos; modelo ainda idealizado nas prisões.

Preservadas as distâncias dessa referência para pensar a escola, pode-se entender que a direção é o vigilante do bom andamento escolar, mantendo a ordem e a disciplina por meio do exercício do poder através de um conjunto de estratégias que regulamenta o funcionamento da instituição: a exigência do cumprimento de horários, da frequência e do calendário (controle do tempo), a distribuição do espaço, o disciplinamento dos corpos/comportamentos, a organização das atividades, as permanentes avaliações, entre outras.

O diretor escolar exerce o controle da ordem e da disciplina de alunos e professores, fazendo funcionar os conhecimentos adquiridos sobre sua função e gestão escolar. Nesse sentido, uma relação de poder está sempre ligada a um saber, levando a relacioná-los como “poder-saber”. Relações como as que ocorrem entre pais e filhos, professor e aluno, médico e paciente, patrão e empregado e muitas outras: “O poder não existe (no sentido definido do artigo e no sentido duro do verbo), mas existem práticas em que ele se espalha universal e capilarmente” (VEIGA-NETO, 2014, p. 120).

As instituições escolares, e no caso específico do Ginásio de Bataiporã, aspectos do exercício de poder disciplinar/individual se fizeram presentes. Entre eles, e segundo o ex-aluno Dalibor do Amaral Trachta (ENTREV./ 2017), existia na Escola o controle rigoroso da frequência dos escolares, usando uma caderneta que continha todos os dados pessoais do aluno que devia ser apresentada diariamente na entrada e retirada ao final da aula.

Conforme narra o ex-aluno Salvador Pereira (ENTREV./ 2018, p. 8), *“a gente tinha que ter uma carteirinha. A carteirinha tinha que carimbar. Era. Se entregava na entrada a carteirinha, aí tinha um lugar que tinha um carimbo, e tinha um cara que cuidava do pátio ali que carimbava: compareceu, compareceu, compareceu”*. Assim, caso o aluno faltasse às aulas, era notado, pois seu documento ficava retido na escola. Essa forma de controle fazia com que os alunos, pelo menos a maioria, se mantivessem na aula durante todo o período.

**Figura 14** - Caderneta de controle da frequência escolar (1969 – 1974).



Fonte: Face book (2019).<sup>10</sup>

Outra forma de controle pode ser analisada na disposição do pátio escolar em relação ao espaço destinado à direção/coordenação escolar. Sua localização fazia com que a administração escolar tivesse total visibilidade de todos que por ele circulassem, bem como de quem entrasse e/ou saísse do recinto, pelo fato de haver apenas um portão.

No relato de José Miguel Da Rocha, ex-aluno (ENTREV./ 2018), fica expresso o poder da direção escolar sobre os alunos, quando recebeu uma repreensão por estar no corredor, próximo à janela de uma sala de aula, observando a aula de um professor, no momento em que se encontrava de aula vaga:

*Um dia eu me lembro, esse professor Raimundo, eu estava no sexto ano, 5ª série e ele dando aula no sexto ano, 6ª série. Como a gente estava iniciando, ele dava o mesmo conteúdo. Eu estava de aula vaga e eu estava no cantinho do vitrô, ele não estava me vendo, nessa sala de frente, a porta aqui [mostra...]. O professor explicando a mesma matéria que eu estava, eu me concentrei, assistindo uma aula a mais do conteúdo, escutei essa fala, escutava essa fala, quando olhei não era o bendito do diretor? Ele estava falando comigo e eu estava ali, a hora que eu vi ele falou assim: 'Será preciso levar para a diretoria!'. Olhei, era comigo! (ENTREV./JOSÉ MIGUEL DA ROCHA, 2018, p. 5).*

<sup>10</sup> A imagem, Figura 14, é um exemplo de como era a caderneta de controle da frequência escolar usada nos Ginásios, esta fonte foi localizada em postagem no Facebook, que trata sobre lembranças. Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=2116050528514718&id=361332357319886](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2116050528514718&id=361332357319886).

A narrativa aponta que havia uma distância na relação entre diretor e aluno, uma relação hierárquica, pois o diretor era autoridade máxima. Esta mesma autoridade é confirmada nos relatos de José Miguel da Rocha (ENTREV., 2018, p. 5) quando relata a “repreensão” feita pelo diretor aos alunos que pulavam o muro, burlando as aulas. Expressa, também, que mesmo com a vigilância e a “punição” existente os alunos agiam na sua contramão, arriscando-se, correndo os riscos inevitáveis e decorrentes de suas ações.

Essas narrativas, fragmentos de experiências, evidenciam que, por meio da autoridade, a direção demonstrava o poder-saber em exercício ou o “sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 2014, p. 167).

Assim funcionava, em alguns momentos, o Ginásio, num exercício de poder-saber onde se cultivavam relações hierarquicamente organizadas, que permitia o controle dos corpos e a sujeição constante de suas forças, que lhes impunham uma relação de docilidade, que se pode chamar de disciplina.

O fato de os entrevistados denominarem a Instituição de “Forte Apache”, não se refere apenas à sua estrutura física, mas também à sua estrutura funcional. No entanto, esta vigilância, este exercício de poder, não é rememorado da mesma forma pelos sujeitos. Evidencia-se que, enquanto estudantes, parece ter havido certa rejeição ou resistência frente às regras, apesar de cumprirem a maioria delas, ou todas. No entanto, no momento da entrevista, como (re)elaboração do vivido, uma visão diferente se apresenta para alguns, como para o ex-aluno José Miguel da Rocha (ENTREV./ 2018, p. 2): “*A escola era uma escola que veio para ali com vontade de se destacar. Foi uma maravilha*”. Mas esse não foi o único posicionamento otimista acerca da experiência ginásial, pois de diferentes formas os sujeitos consideram que tal experiência foi um fator decisivo em suas vidas.

A situação acima descrita apresenta estreita relação com as ideias de Dozol (2009, p. 229) quando trata dos níveis da experiência. No caso dos entrevistados, o nível da experiência em si se dá quando adolescentes ou jovens e o da (re)elaboração dessa experiência, na vida adulta: “O segundo dá-nos outra chance de ver e pensar a escola e nos liberta, até certo ponto, da aparente inevitabilidade de condenação da qual tenta nos convencer do primeiro”.

Acrescentando a ideia de experiência, pode-se afirmar, em diálogo com Larrosa (2001), que os entrevistados são os sujeitos da experiência, pois o Ginásio passou e deixou vestígios. No entanto, não são apenas sujeitos da experiência, são também sujeitos que contribuíram na construção desse processo, que deixou marcas registradas em suas vidas e no campo educacional da cidade.

### 2.2.2 Professores e alunos, aulas e conteúdos

Na seção anterior evidenciamos os usos do tempo e do espaço no Ginásio de Bataiporã. Apontamos que essa etapa escolar funcionou em um mesmo terreno que o curso primário, mas tendo suas edificações em lados opostos. Entretanto, esta razoável independência espacial não foi por acaso. Não se tratou de uma divisão apenas geográfica, pois também apresentou programas e públicos diferentes e, conseqüentemente, exigiu uso distinto do tempo. Isso porque o Ginásio tinha estrutura curricular específica, o ensino com professores específicos para cada disciplina, o que envolvia troca de professores no decorrer do turno escolar. Os estudantes eram adolescentes e, no caso específico do Ginásio de Bataiporã, tinham também jovens e adultos.

Neste sentido, “[...] a ordenação do espaço, sua configuração como lugar, constituiu um elemento significativo do currículo” (ESCOLANO, 2001, p. 78). Dada a sua importância no funcionamento do Ginásio de Bataiporã, o funcionamento das aulas, bem como o conteúdo que nelas foi desenvolvido, foram aspectos priorizados nesta seção do Capítulo.

A instituição escolar não se faz apenas com edificações, mesmo “adequadamente” construídas, mas principalmente com a presença de indivíduos que ocupam papéis fundamentais em sua feitura: o professor e o aluno. Nesta parte tratou-se do professor e do aluno enquanto agentes constituintes da educação secundária no município de Bataiporã.

A estada dos normalistas na cidade gerou alvoroço e desconforto para alguns moradores da cidade. A garantia da oferta do curso ginásial gerou expectativas de vida para a população. Os normalistas que ali chegaram buscaram nos Estados próximos a formação superior e, desta forma, no momento que surgiu o Ginásio, muitos deles que trabalhavam dois períodos no Grupo Escolar assumiram aulas no curso ginásial, conforme sua especialidade, isto é, de acordo com a disciplina que correspondia a sua formação.

Segundo a professora e ex-diretora Marisa Andrade Michelini (ENTREV./2018, p. 35):

*Eu tinha professor no primário que era qualificado em matemática, igual Jaconias. O professor Jaconias foi dar aula de matemática no ginásio e me dava um primário, um primário e um ginásio. O Laércio era qualificado em português, ele tinha uma sala de quarta série primária e dava aula de português no ginásio.*

O ex-aluno José Miguel da Rocha (ENTREV./2018, p. 3), afirma que “À noite tinha os professores diferentes porque naquela época tinha muita gente que dava aula e trabalhava no Banco do Brasil, então esses professores que veio para o ginásio tipo, sociologia,

*psicologia, filosofia, [foi] quem deu aula para nós*”. Segundo essa narrativa percebe-se que a maioria do corpo docente do Ginásio de Bataiporã era licenciado. No entanto, nem todos os professores que atuavam no Curso Ginásial possuíam formação específica ou atuavam também no primário; e alguns desenvolviam atividades liberais.

Rocha (2010), ao tratar de um Ginásio em Campo Grande-MT, evidenciou que a maioria do corpo docente era de profissionais liberais. Tal situação se justifica, conforme o autor, pois “[...] os cursos de formação de professores secundarista tiveram início nos anos de 1930” (ROCHA, 2010, p. 82)

A mesma situação é retratada por Oliveira (2014, p. 227):

Quem eram os professores do ensino secundário ginásial de Mato Grosso? Qual era a sua formação? Normalmente eram os que haviam terminado o ginásio em outra cidade profissionais liberais como advogado, engenheiro, médico, além de padres ou freiras que tinham uma sólida formação humanística e filosófica oriunda do seminário e de militares que haviam feito seus estudos voltados para a área mais técnica.

Quanto ao corpo discente, o ensino secundário foi majoritariamente formado durante muitos anos pelo sexo masculino ou pelos dois sexos, porém em espaços separados. Dallabrida e Carminati (2007) evidenciam essa realidade, explicitando que a situação se apresentava em outras instituições, por ser um aspecto característico da época. Sexo e classe social eram, nesse sentido, fatores determinantes no que se referia à escolaridade.

Relacionando esse quadro ao município de Bataiporã, pode-se afirmar que não foi a situação vivenciada naquele local. Pois no início da colonização, a maioria da população era analfabeta, principalmente as mulheres. Muitos filhos dos colonos encerravam o ciclo escolar ao término do primário, em especial devido às precárias condições financeiras, uma vez que a oferta do Curso Ginásial era feita por uma instituição privada, na cidade vizinha, sendo um dos motivos para que o aparecimento do Ginásio tenha sido um alento e comemorado.

Esta etapa escolar em Bataiporã, nos poucos anos de sua existência, foi composta por discentes de ambos os sexos, com faixa etária e estado civil bem diversificado. Conforme narra a professora e ex-diretora Marisa Andrade Michelini (ENTREV./2018), os alunos que ficaram sem estudar após a conclusão do primário retornaram à escola com a oferta do Curso Ginásial. Entre estes se encontravam jovens solteiros e casados de diferentes idades, situação retratada também por Salvador Pereira (ENTREV./2018), ex-aluno, ao ser indagado quanto à formação da sala, em que diz:

*Era mista e assim, na quinta série, acho que porque tinha, os professores que tinham na minha sala, que foram os primeiros professores que*



*formaram aqui, eram mais velhos que a gente, porque as pessoas estavam paradas, parou um pouco na quarta série, depois saiu a quinta série na questão da admissão, que até então não tinha, então aí sim, na nossa sala tinha, nós numa galerinha nova, mas um pessoal mais idoso, uns até já morreram. Por conta disso, que um pessoal que ficou um tempo parado, na quarta, aí quando abriu a quinta série vieram aquela turma grande, então tinha pessoas muito idosas já (ENTREV./SALVADOR PEREIRA, 2018, p. 5).*

Mesma situação é perceptível na fala do professor Raymundo José da Silva (ENTREV./2018) quando trata do turno de funcionamento, no caso, no momento em que o Ginásio funcionou à noite, período em que Salvador Pereira (2018) estudou. Ele afirma que muitos alunos tinham a mesma idade do professor ou eram até mais velhos:

*Os alunos de ginásio, grande parte deles tinha a mesma idade minha, à noite. Agora os alunos de 1ª a 4ª, falo os alunos de 1º ano que eu alfabetizei, esses alunos embora tivessem assim passado do tempo em relação aos de hoje, eles tinham 10, 11, até 12 anos. Agora os outros não, eles regulavam a idade da gente 19, 20, 18, 21, assim (ENTREV./RAYMUNDO JOSÉ DA SILVA, 2018, p. 7).*

Assim, evidencia-se que o Ginásio em Bataiporã foi uma etapa escolar que fugiu aos padrões iniciais comuns de educação secundária, pois atendeu uma população bem diversa não só em relação à classe social, mas, principalmente, com referência à faixa etária. O ex-aluno José Miguel da Rocha (ENTREV./2018, p. 1) é um exemplo disso, quando ao relatar seu retorno aos estudos afirmou: “[...] comecei o ginásio aqui na cidade pois retornar aos estudos era uma forma de não perder o trabalho. Isto já estava com 20 anos”. Ele era professor na zona rural e naquele momento chegou no município alguns professores normalistas, a convite do governo municipal, para o exercício docente. Portanto foi necessário que todo professor buscasse pela formação necessária ao exercício da profissão, uma vez que era exigência do governo municipal.

O quadro abaixo apresenta as matrículas do Ginásio, um número expressivo se considerarmos a época em questão.

**Quadro 4** - Número de matrículas anuais do Ginásio Estadual de Bataiporã (1969 -1974)

ANO	SÉRIE	TOTAL
1969	1 <sup>a</sup>	51
1970	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup>	74
1971	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup>	139
1972	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>	194
1973	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>	195
1974	5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> e 8 <sup>a</sup>	226

**Fonte:** Elaborado por Salomão (2019d).

O Quadro 4 apresenta a expressiva evolução de matrículas durante os anos de funcionamento do Curso Ginásial, com um aumento nos anos de 1971 e 1972, devido à oferta do curso no período noturno. Inicialmente, a oferta era somente no período diurno, mas, para atender as mães de família e os trabalhadores, a oferta passou para o período noturno.

Conforme o ex-aluno Dalibor do Amaral Trachta (ENTREV./2018, p. 7), a mudança de turno promoveu mudanças no comportamento dos alunos, pois *“tinham alguns alunos que dormiam. Principalmente aqueles que trabalhavam no sítio cedo pra ajudar tirar leite. Tinha uns que ficavam meio cansados e dormiam, alguns acabavam desistindo”*. Situação também registrada por Salvador Pereira (ENTREV./2018, p. 5), quando indagado sobre o turno de funcionamento e a faixa etária dos estudantes: *“[...] só a noite. [...] como a escola tinha muito aluno que pega mais das fazendas, sítios, o dia inteiro era só de primeira a quarta série. O nosso era só a noite”*, e continua: *“Ah, como eu comecei com oito, já estava com 12 né, doze, treze por aí, mais ou menos, mas aí tinha esse pessoal mais antigo, então tinha uma variedade de alunos”*.

O Quadro 5 apresenta o quantitativo de alunos por série e turno de funcionamento entre os anos de 1969 e 1974:

**Quadro 5** - Número de matrículas anuais do Ginásio por turno de funcionamento (1969 -1974)

ANO	SÉRIE	TOTAL	TURNO
1969	1 <sup>a</sup>	51	Diurno
1970	1 <sup>a</sup>	44	Diurno
	2 <sup>a</sup>	30	Diurno
1971	1 <sup>a</sup>	32	Diurno
	1 <sup>a</sup>	43	Noturno
	2 <sup>a</sup>	33	Noturno
1972	3 <sup>a</sup>	30	Noturno
	1 <sup>a</sup>	51	Noturno
	1 <sup>a</sup>	53	Noturno
	2 <sup>a</sup>	47	Noturno
1973	3 <sup>a</sup>	17	Noturno
	4 <sup>a</sup>	26	Noturno
	1 <sup>a</sup>	49	Noturno
	1 <sup>a</sup>	52	Noturno
	2 <sup>a</sup>	44	Noturno
1974	3 <sup>a</sup>	32	Noturno
	4 <sup>a</sup>	18	Noturno
	5 <sup>a</sup>	54	Diurno
	5 <sup>a</sup>	50	Noturno
	6 <sup>a</sup>	13	Diurno
	6 <sup>a</sup>	36	Noturno
	7 <sup>a</sup>	49	Noturno
	8 <sup>a</sup>	24	Noturno

**Fonte:** Elaborado por Salomão (2019e).

Nos dados apresentados no Quadro 5 fica perceptível o que dizem os entrevistados. Nos dois primeiros anos, 1969 e 1970, a oferta do ensino ocorreu apenas no período diurno, porém, em 1972 e 1973, a oferta foi exclusivamente no período noturno, voltando a atender no período diurno no ano seguinte, quando a escola já oferecia o ensino de 1º grau. Pode-se afirmar que o atendimento no período noturno fez com que muitas pessoas retornassem para a escola, uma vez que o número de alunos matriculados na 1ª série ginásial ultrapassou a casa da centena. No entanto, a permanência na escola não foi uma constante. No ano de 1971 houve 75 matrículas na 1ª série, mas em 1972 as matrículas correspondentes a 2ª série somaram apenas 47, havendo, portanto, uma queda de 28 matrículas. O mesmo aconteceu com os alunos matriculados na 1ª série, em 1972, um total de 104, e no ano seguinte aparecem apenas 44 matrículas na 2ª série.

A oferta e/ou continuidade não foi tão simples assim. De um lado havia a dificuldade financeira dos alunos para a aquisição do material, o cansaço após o dia de trabalho, como já foi relatado por Dalibor do Amaral Trachta (ENTREV., 2018); de outro, tinham os professores que enfrentavam problemas com a escassez de material e as dificuldades para receber o salário. Segundo o ex-aluno José Miguel da Rocha (ENTREV., 2018), algumas disciplinas adotavam livros e as que não tinham os professores passavam o conteúdo na lousa.

No entanto, mesmo indicando livros, muitos alunos não os adquiriam, pois além da condição financeira, esses livros eram vendidos apenas na cidade vizinha, Nova Andradina. Conforme relata o ex-aluno Salvador Pereira (ENTREV., 2018, p. 6):

*[...] os professores pediam os livros. E a gente acabava comprando. Com bastante dificuldade e tudo, comprava até para duas pessoas usar. [...] então a gente comprava um livro só. A gente comprava de dois e tal, nem todo mundo tinha individual não, era meio repartida [a] coisa ali. E assim não exigia muito porque sabia da situação do pessoal. Não tinha nem para vender aqui.*

A narrativa evidencia a dificuldade enfrentada pelos alunos quanto à aquisição dos materiais escolares, porém tal dificuldade vai além, pois quem não tinha o material “*tinha que copiar, a gente emprestava livro para o pessoal, eu lembro que emprestava bastante*” (ENTREV./SALVADOR PEREIRA, 2018, p. 6).

Assim, a continuidade dos estudos resultava em esforços por parte dos sujeitos, num processo solidário entre professor e aluno, aluno e aluno, de modo que todos permanecessem e pudessem continuar e concluir seus estudos, no entanto os números demonstram que muitos não concluía.

Quanto aos salários dos professores, inicialmente recebiam na repartição da Exatoria<sup>11</sup>, entretanto, na cidade o atendimento era preferencialmente para os caminhoneiros que transportavam as madeiras das muitas serrarias que existiam na cidade. Às vezes os professores esperavam muitos dias para receber seus salários. Segundo a ex-diretora Marisa Andrade Michelini (ENTREV., 2018, p. 14-15):

*Então quando estava assim de caminhoneiro tirando nota de madeira, se nem ia lá, se dizia: exatoria está cheia, então a gente ia lá no horário que tava mais folgado, chegava no balcão e aí: ‘está saindo o pagamento?’. ‘Está saindo sim, já veio ordem, está saindo, só que hoje nós não temos jeito de pagar porque nós estamos muito ocupados hoje aqui está cheio de caminhoneiro para fazer nota, não estamos vencendo’.*

A Exatoria era o órgão responsável pela arrecadação tributária do município. O mesmo corresponde atualmente à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ)<sup>12</sup>, um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, responsável pelo controle das receitas e das despesas de

---

<sup>11</sup> Repartição fiscal de cobrança de impostos.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.sefaz.ms.gov.br/consulta-cadastro/>> Acesso em: 19 abr. 2019.

cada um dos Estados e do Distrito Federal; tem como principal fonte de arrecadação o Imposto sobre Serviços (ISS)<sup>13</sup>.

Posteriormente a situação piorou. Talvez devido à distância em que se encontrava da capital do estado, Cuiabá, e a morosidade da tramitação dos documentos, o professor iniciante demorava meses para começar a receber seus salários regularmente. Conforme o professor Raymundo José da Silva (ENTREV., 2018, p. 5):

*[...] quando eu comecei a dar aula, no governo de Pedrossian, eu passei oito meses sem receber, eu só me virei porque uma das aulas que peguei, peguei como substituição de uma professora que foi embora, quer dizer, na verdade eu estava recebendo como se fosse ela que tivesse dando aula, eu fiquei no lugar dela, mas os outros dois períodos eu fiquei oito meses sem receber, fui esperar o final de novembro, comecinho de dezembro quase, vê se tem cabimento uma coisa dessa.*

Apesar desses aspectos negativos e cruciais para a prática da docência, como já registrado anteriormente, as narrativas apontam que não foi um período de todo ruim, pois esteve preenchido de “bons momentos” ou de “boas lembranças”. A ex-professora Leonida do Amaral Trachta (ENTREV./LEONIDA DO AMARAL TRACHTA, 2019, p. 4), em uma de suas falas, diz: “*O que me volta à lembrança com frequência é o prazer que tínhamos em realizar promoções para trazer melhorias para a escola, onde os pais colaboravam e tratavam a escola como extensão de suas casas, valorizavam o professor, havia respeito*”. O professor finaliza a entrevista dizendo: “*as alegrias em Bataiporã me marcaram muito, me tocaram muito a minha vida. [...] tive muitas alegrias em Bataiporã, lugar de gente boa, e era melhor ainda* (ENTREV./RAYMUNDO JOSÉ DA SILVA, 2018, p. 15)”.

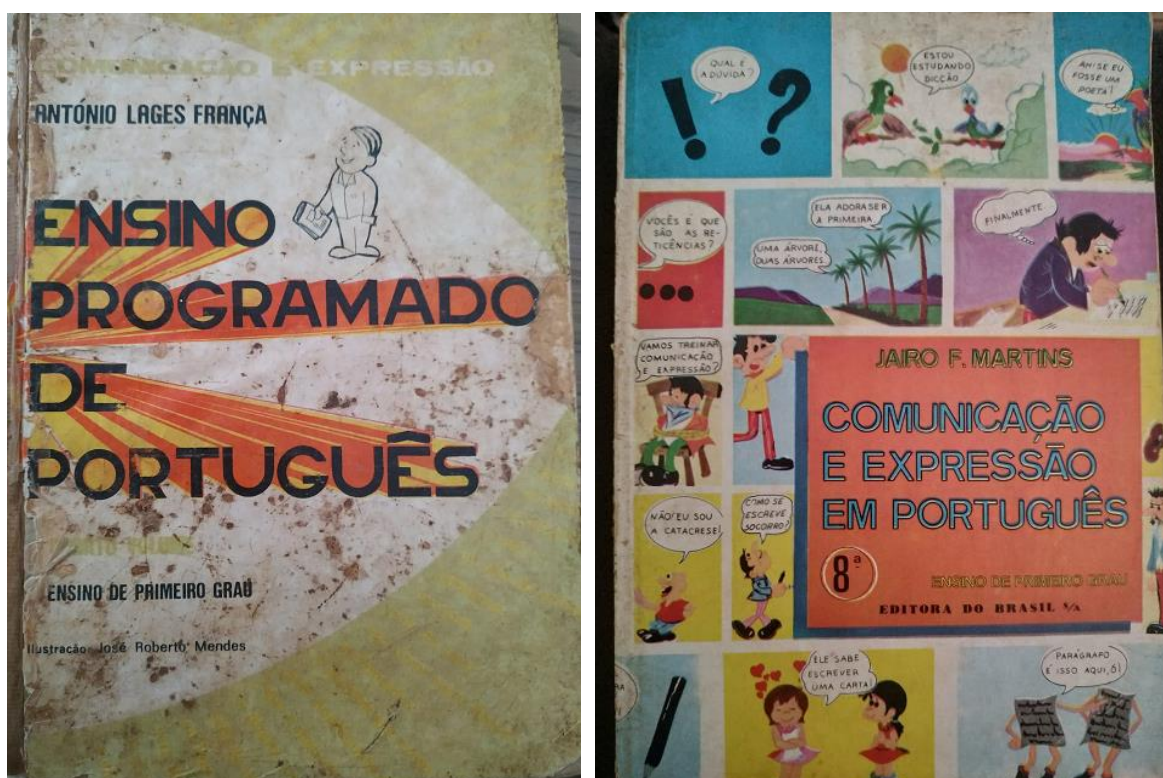
Retomando a questão do material didático, o professor do Ginásio, Raymundo José da Silva (ENTREV., 2018), relata que sua ida para Bataiporã decorreu de um convite que recebeu de um morador da cidade e amigo de seu irmão. Assim que chegou recebeu oferta de emprego no Grupo Escolar e mesmo sem saber o que queria aceitou. Trabalhou com alfabetização e antes do encerramento do ano também lecionou história no Curso Ginásial, além de substituir o professor de português, que também era diretor do Ginásio, durante suas viagens. Posteriormente, com a saída desse professor, assumiu as aulas de português e deixou as demais. Em virtude desse trabalho com a disciplina de português, o professor tinha em seu

---

<sup>13</sup>Entre esses impostos estão: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) e (IPVA) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

arquivo pessoal os dois primeiros livros que utilizou, no exercício da profissão conforme imagem apresentada na Figura 15:

**Figura 15** - Livros didáticos utilizados no Ginásio (1972 e 1974)



**Fonte:** Arquivo pessoal do prof. Raymundo José da Silva (2018).

O primeiro Livro Didático (LD), “Ensino Programado de Português”, de autoria de Antônio Lages França, edição de 1972, foi publicado pela Editora do Brasil e era utilizado na quarta série ginásial. Possui a seguinte estrutura didática: 18 textos dos escritores da literatura brasileira, com predominância de textos de Carlos Drummond de Andrade. Após cada texto o Livro apresenta atividades de interpretação textual seguida de atividades gramaticais, fechando com uma produção textual. O aspecto gramatical é a parte de maior destaque na obra, pois o número de páginas destinadas às atividades gramaticais triplica em relação as demais. A “primeira unidade” do Livro, por exemplo, se inicia com um texto de Drummond que ocupa duas páginas e meia, as atividades de interpretação estão distribuídas em duas páginas, as de produção textual apenas meia página e as atividades gramaticais estão distribuídas em doze páginas.

O segundo LD, “Comunicação e Expressão em Português”, de autoria de Jairo F. Martins, foi produzido em 1974, também pela Editora do Brasil. Apresenta a mesma estrutura do LD anterior, com predominância inclusive de textos de Carlos Drummond de Andrade. É

composto por 14 textos, contudo, além de leitura, interpretação, produção textual e gramática, trabalha com a oralidade. Também destaca a parte gramatical, pois das dezesseis páginas que compõe a “primeira unidade”, dez delas correspondem ao ensino gramatical.

Registra-se que o aspecto estrutural dos LD’s corresponde ao ensino da época, período em que se primava pelo domínio das regras da língua para o “bem falar”, pois como afirma Possenti (1996, p. 30-31):

Saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber uma gramática. Saber uma gramática não significa saber de cor algumas palavras que se aprende na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas [...]. Pode-se dizer que saber uma gramática é saber entender frases. Quem diz e entende frases faz isso porque tem um domínio da estrutura da língua.

Deste modo, não somente os livros davam preferência ao ensino gramatical, mas o professor tinha como compromisso primeiro este aspecto da língua. Observando o material usado pelo professor do Ginásio de Bataiporã, nota-se que os livros estão com as atividades todas resolvidas e as páginas, principalmente as que tratam de gramática, repletas de anotações, além de possuir algumas páginas com acréscimos de folhas com informações suplementares dos conteúdos, conforme a Figura 16. O professor aponta que:

*Naquela época eu já tinha o capricho, eu fazia pesquisa, anotava e colava no livro. Quando estava dando aula, a pesquisa para acrescentar além do que estava nos livros, eu acrescentava. Esta letra é dessa época. Isto é coisa de 1973 por aí mais ou menos. Olha o que eu fazia sobre acentuação gráfica, eu colocava exemplos. Era uma forma de ir melhorando. (ENTREV./RAYMUNDO JOSÉ DA SILVA, 2018, p. 14).*

Figura 16 - Páginas dos livros didáticos (com anotações do professor - 1972 e 1974)

31.2 Justifique o acento das seguintes palavras, todas do texto de Aníbal Machado: (Ver do n.º 43 até 45.2 do 1.º volume.)

está	heróamo	má	você
enchê-la	aquário	cálculos	belê-la
cêa	imóvel	alguem	último
cruças	miúsculos	notícia	ô

31.3 Divida as orações dos períodos abaixo e classifique-as:  
a) Só depois que Rossinha chegasse começaria o carnaval.  
b) Perto estão tocando um samba de fazer dançar as pedras.  
c) As mulatas passam rente, cheias de dengue; sorriem, dizem palavras.

31.4 Análise sintática: "As mulatas passam rente, cheias de dengue".

DIAGONAL SILÁBICA  
Usando as sílabas dadas, preencha os claros:  
A, CE, GA, IO, LI, MAN, NHA, RO, SI

1	RO	LI	SI
2	GA	LI	SI
3	GA	LI	SI

Você terá:  
Em 1, história fabulosa para reproduzir pássos, costumes, etc.  
Em 2, abrigo  
Em 3, uma ave  
Na diagonal você terá o nome dela...

Acentuação Gráfica

1) Justifique a grafia das palavras: colô, cor, homogêneo, cor, a, e, o, apêndice, cor, um, de, a, cor, de, tipo, EX: (com o acento gráfico)

2) Coloque o acento gráfico nas palavras do n.º 31.2 que exigirem: rato, água, certo, muito, lá, pôde, (lugar) etc.

3) Coloque o acento gráfico nos ditongos desta frase: ela, lá, di: (com o acento gráfico)

4) Coloque o acento gráfico em: a, e, o, u, no: (com o acento gráfico)

5) Coloque o acento gráfico nas palavras: EX: Cúrcula, Persiana

6) Coloque o acento gráfico nas palavras: EX: aquário, notícia

7) Coloque o acento gráfico nas palavras: EX: a, e, o, u, no: (com o acento gráfico)

8) Coloque o acento gráfico nas palavras: EX: a, e, o, u, no: (com o acento gráfico)

**Revisão**

**Exercícios**

1. Complete as orações da esquerda com as da direita e classifique-as (as da direita nos parênteses)

a) Fale de tal modo que todos entendam (compreensão)

b) Aguarde o momento certo para falar (aguarde)

c) Prepare-se a fim de que não se desespere (desesperar)

e) Quanto mais se esforça, mais perto estará de perfeição (perfeição)

f) Tudo aconteceu como se nada tivesse acontecido (como se nada tivesse acontecido)

g) Podemos começar amanhã, desde que você concorde (desde que você concorde)

h) Não se amigui com quem é diferente de você (não se amigui com quem é diferente de você)

2. Classifique as orações dos seguintes períodos:

a) Necessita de que me tragas o livro hoje (porque a sabatina é amanhã) (principal, subordinada)

b) Quero saber como tens passado (principal, subordinada)

c) Seu trabalho é digno (de que figure na exposição) (principal, subordinada)

d) Meu recado é (que, se formos vistos juntos) no plano, fique comprometido (principal, subordinada)

e) (A menos que haja uma ordem em contrário) faremos (segundo) a sugestão (principal, subordinada)

3. Circule os adjuntos adverbiais, ligue-os por flecha à palavra base a que se referem e, nos parênteses, ponha (E), (T) ou (N), conforme sejam espaciais, temporais ou nocionais (noção = nem espacial, nem temporal):

(E) (N) a) Pais vieram de todos os lugares da cidade para oferecerem aos filhos momentos de alegria.

1) 1) Vão embora amanhã, antes das férias e depois de 2 dias.

2) 2) O dia seguinte começará as aulas se ordenar (compreensão)

3) 3) O dia seguinte começará as aulas se ordenar (compreensão)

4) 4) O dia seguinte começará as aulas se ordenar (compreensão)

5) 5) O dia seguinte começará as aulas se ordenar (compreensão)

**Oração Subordinada Reduzida**

A oração subordinada apresenta-se, quase sempre, com oração subordinativa, pronome relativo, alguns advérbios e pronomes indefinidos interrogativos; verbo na FORMA NOMINAL (infinitivo, gerúndio, participio).

Quando o verbo da oração estiver na forma nominal, tal oração se diz **REDUZIDA** e tem a mesma classificação das outras, as desenvolvidas (substantivas, adjetivas, adverbiais).

Todavia, a forma nominal que fizer parte, como verbo principal, de uma locução verbal não constitui, simplesmente por esse fato, oração subordinada. Por isso, se for o caso, geralmente pode ser transformada numa desenvolvida (o que não ocorrerá se a forma nominal for simplesmente o verbo principal de locução verbal).

**Exercícios**

Desenvolva as reduzidas e classifique ambas as subordinadas (O.S. = oração subordinada):

a) Seria conveniente (estudarmos já) (O.S. subjunctiva reduzida de infinitivo)

Seria conveniente (que estudássemos já) (O.S. subjunctiva)

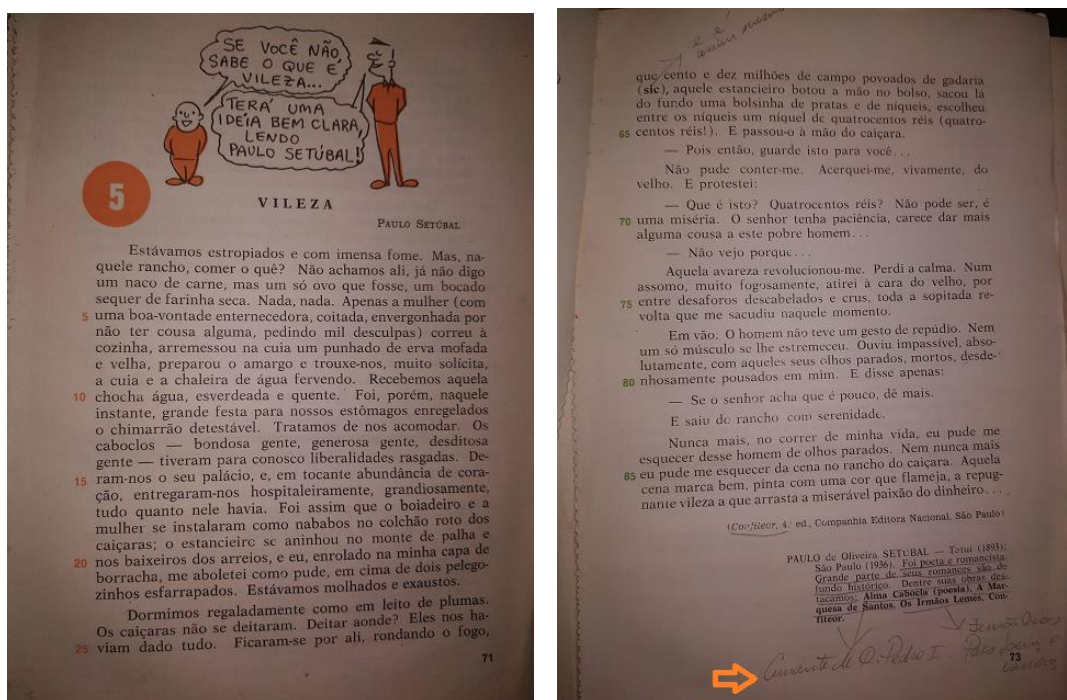
Fonte: Arquivo pessoal do prof. Raymundo José da Silva (2018).



Entre as diversas anotações feitas nos livros é interessante o aspecto intertextual estabelecido pelo professor. No final da página 73 do LD “Ensino Programado de Português”, não há nenhuma alusão ao aspecto histórico do Brasil Império, no entanto, o conhecimento faz com que o professor faça outra leitura e assim não somente informe como também incentive a prática da leitura por meio das curiosidades históricas tratadas na obra do autor.

É perceptível que, assim como o livro na sua apresentação diz que os desenhos humorísticos “não são apenas enfeite” (FRANÇA, 1972, p. 7), as anotações do professor também têm suas finalidades. O Livro, ao final de cada texto, traz uma pequena biografia do autor e suas principais obras. Ao observar as referidas obras do autor, o professor fez uma “anotação”<sup>14</sup> de um aspecto particular da história, conforme se pode notar na Figura 17.

**Figura 17** - Páginas dos livros didáticos (com anotações do professor - 1972 e 1974)



Fonte: Arquivo pessoal Raymundo José da Silva (2018).

Cada anotação demonstra a dedicação/compromisso do prof. Raymundo (ENTREV., 2018) na preparação das aulas, conforme citado anteriormente. O que nos remete à professora Leonida do Amaral Trachta (ENTREV., 2019, p. 4), quando afirma: “*O que marca muito este período é que o professor se entregava muito ao ofício de ensinar, de preparar com zelo seu*

<sup>14</sup>Romance histórico que conta em detalhes a trajetória da aristocrata paulista Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, uma das mulheres mais fascinantes e famosas da História do Brasil. O livro recria o Brasil de 1813 a 1829, época da chegada da Família Real, da Abertura dos Portos e da Proclamação da Independência. Disponível em: <<https://www.saraiva.com.br/a-marquesa-de-santos-9414120.html>>

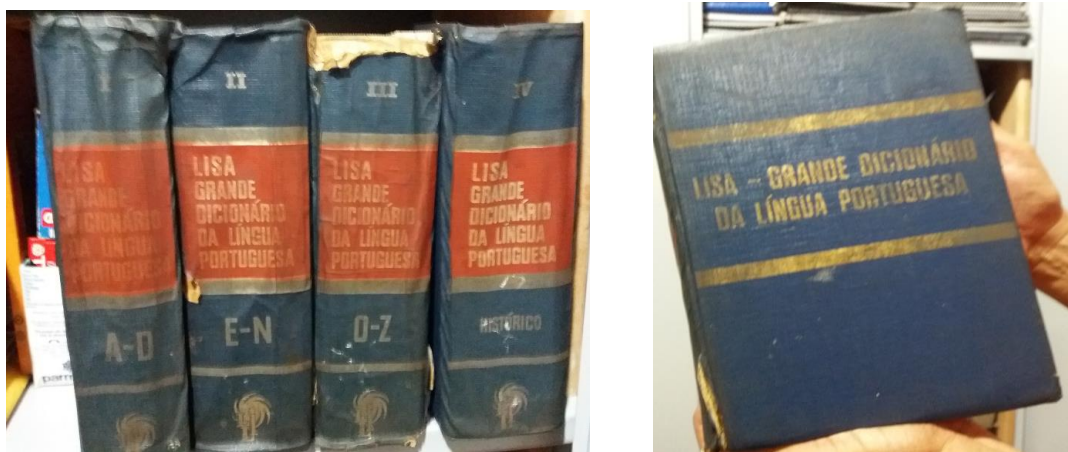
*material de apoio, tinha orgulho de ser professor e se comportava como tal. [...]. O professor se fazia respeitar e agia de forma condizente com sua profissão”.*

Um aspecto ressaltado no trabalho do professor, quanto à utilização deste recurso didático, é que este constituía-se somente em um dos meios disponíveis para seu trabalho, buscava em outras fontes os conteúdos apresentados, mostrando assim que “O livro didático é suporte de um trabalho desenvolvido por professores e alunos” (COLTED, 1970, p. 31). O que evidencia que sua falta ou inexistência nem sempre constitui impedimento para a realização de um bom trabalho em sala de aula.

Apesar da professora Leonida do Amaral Trachta (ENTREV./2019, p. 4), não dispor de nenhum material da época do Ginásio, a mesma afirma que “o professor que quisesse incrementar suas aulas, compravam livros de suporte e outros materiais didáticos”, fazendo o ensino acontecer. Como se pode notar nas imagens dispostas na Figura 18, o professor Raymundo José da Silva, além dos livros didáticos guardou, com muito orgulho, uma coleção de dicionários, ainda que incompleta, devido a um acidente doméstico. Ao falar dos materiais que dispõe ainda do período do Ginásio faz a seguinte afirmação:

*Material que tenho são estes que mostrei estes dois livros. Eu dei aula com estes dois aqui. Você pode ver que tem notas daquela época, quantos anos, se pode calcular que de 74 para... esse aqui a capa está suja assim, porque eu recolhi dum incêndio. [...]. Agora aqueles dicionários lá são livros que comprei naquela época. Naquela época eu achava que precisava ser um dicionário enorme, e não precisava, era muito caro. [...]. Esses dicionários são excelentes, só que, aqui é dicionário comum, depois vem o de história por exemplo. Então você vê, esses dicionários são maravilhosos, só que foi a falência, olha para você ver, olha as fotos que tem, antigas. [...]. Está tudo aí na mão. Aí queimou a metade deles esses aqui é o que sobrou só, uns quatro, cinco. (ENTREV./RAYMUNDO JOSÉ DA SILVA, 2017, p. 12).*

**Figura 18** – Dicionários (1972 e 1974)



**Fonte:** Arquivo pessoal do prof. Raymundo José da Silva (2018).

No decorrer das entrevistas foi notória a pouca importância que os sujeitos deram aos registros dos acontecimentos vividos no Ginásio. Entre praticamente todos os entrevistados foi comum a afirmativa de que não dispunham de material da época por diferentes razões. Ao ser questionada por algum registro da época, Marisa Andrade Michelini (ENTREV./2018) afirma: “*Eu nunca guardei nada dessas coisas*”; José Miguel da Rocha (ENTREV./2018) responde que “*Caderno eu tinha, que eu deixei na casa dos meus finados pais, mas aí já morreram e então se perde*”; o senhor Salvador Pereira (ENTREV./2018) disse que tinha umas fotografias “*De formatura né. Umas fotinhas bem ruinzinhas mas tem*”, no entanto, posteriormente afirmou não tê-las encontrado; Dalibor do Amaral Trachta (ENTREV./2018), forneceu algumas fotografias, porém nenhuma particular, todas pertencentes ao Centro de Memória ou à escola onde trabalha; a professora Leonida do Amaral Trachta (ENTREV./2019) afirma que “*tinha alguns materiais mas acabei doando e ou me desfazendo*”. E assim o único material conseguido foram os livros e dicionários de Raymundo José da Silva.

No próximo item trataremos das disciplinas que eram ofertadas no ensino ginásial bem como dos professores que ocuparam as cadeiras de autoridade da educação naquele município.

### 2.2.3 Disciplinas e professores

Nesta parte buscamos uma aproximação a estrutura curricular do Ginásio. Não se pretendeu discutir todas as disciplinas ofertadas ou esgotar a legislação que regulamentava o tema, mas entender o que este Ginásio ofereceu a seus estudantes, considerando que no período de seu funcionamento, uma parte das disciplinas, entre as não obrigatórias, eram definidas pela própria instituição escolar.

De acordo com a LDB nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961, p. 12):

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias.

Mais adiante, em seu art. 40, determina:

Art. 40. Respeitadas as disposições desta lei, compete ao Conselho Federal de Educação, e aos conselhos estaduais de educação, respectivamente, dentro dos seus sistemas de ensino:

- organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias, fixadas para cada curso, dando especial relêvo ao ensino de português;
- permitir aos estabelecimentos de ensino escolher livremente até duas disciplinas optativas para integrarem o currículo de cada curso;
- dar aos cursos que funcionarem à noite, a partir das 18 horas, estruturação própria, inclusive a fixação do número de dias de trabalho escolar efetivo, segundo as peculiaridades de cada curso. (BRASIL, 1961, p.12).

Com base nestes dois artigos é possível afirmar que o currículo (ZOTTI, 2004) era composto de três partes sendo uma federal, uma estadual e a outra escolar.

O Quadro 6 apresenta as disciplinas que foram ofertadas no Ginásio no Município de Bataiporã, conforme o Livro Ata de resultados finais.

**Quadro 6** – Disciplinas oferecidas no Ginásio (1969 – 1974)

ANO	SÉRIES	DISCIPLINAS
1969	1 <sup>a</sup>	Português, Francês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Técnica Manual.
	2 <sup>a</sup>	-
	3 <sup>a</sup>	-
	4 <sup>a</sup>	-
1970	1 <sup>a</sup>	Português, Francês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Técnica Manual
	2 <sup>a</sup>	Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Inglês, Ed. Téc. Manual, Educação Artística
	3 <sup>a</sup>	-
	4 <sup>a</sup>	-
1971	1 <sup>a</sup>	Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Ed. Téc. Manual e Desenho
	2 <sup>a</sup>	Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Inglês, Ed. Téc. Manual, Desenho
	3 <sup>a</sup>	Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Inglês, Desenho
	4 <sup>a</sup>	-
1972	1 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Educação Moral e Cívica, Ed. Téc. Manual
	2 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Educação Moral e Cívica, Ed. Téc. Manual
	3 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Geografia, Desenho, Inglês, Educação Moral e Cívica, Organização Social e

		Política Brasileira (O.S.P.B)
	4 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Desenho, Inglês, Educação Moral e Cívica, O.S.P.B
1973	1 <sup>a</sup>	, Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Educação Moral E Cívica, Ed. Téc. Manual
	2 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Educação Moral e Cívica, Ed. Téc. Manual
	3 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Geografia, Desenho, Inglês, Educação Moral e Cívica, O.S.P.B.
	4 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Desenho, Inglês, O.S.P.B.
1974	5 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Educação Moral e Cívica, Ed. Artística, Desenho
	6 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Educação Moral e Cívica, Ed. Artística, Desenho
	7 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, O.S.P.B., Desenho, Educação Moral e Cívica
	8 <sup>a</sup>	Português, Matemática, História, Ciências, Desenho, Inglês, Educação Moral e Cívica , O.S.P.B., Geografia

**Fonte:** Elaborado por Salomão (2019f).

O Ensino Ginásial ocorreu gradativamente. Em 1969, conforme Quadro 5, aparece a primeira série Ginásial, pois é o primeiro ano de oferta. Em 1970, a 1<sup>a</sup> série e a 2<sup>a</sup> série; no ano de 1971 o Ginásio constitui-se de três séries: a 1<sup>a</sup> série, a 2<sup>a</sup> série, e a 3<sup>a</sup> série; em 1972 e em 1973 o Ginásio já oferecia as quatro séries. Em 1974 apresenta as quatro séries, porém o Livro de Registros (ESCOLA ESTADUAL JAN ANTONIM BATA, 1975) já apresenta a nova nomenclatura do 1<sup>a</sup> grau (segundo a Lei nº 5.692/71) organizadas da seguinte forma: 5<sup>a</sup> série, 6<sup>a</sup> série, 7<sup>a</sup> série e 8<sup>a</sup> série.

Percebe-se que neste período o currículo foi composto de no mínimo 7 disciplinas e no máximo 10, estando a maioria basicamente entre 8 e 9 disciplinas, tendo três disciplinas comuns em todas as séries e anos letivos: português, matemática e história.

No decorrer das entrevistas, ao tratar das disciplinas escolares os ex-estudantes não mencionaram algumas disciplinas que aparecem no currículo, entretanto algumas são comuns nas lembranças, como por exemplo Português e Matemática. José Miguel da Rocha relata: “*Língua Portuguesa [...]. Vamos falar OSPB que era Organização Social Política Brasileira, [...] Nós tínhamos: matemática, português, inglês, é... história, geografia, OSPB e educação*” (ENTREV./2018, p. 4); Salvador Pereira (ENTREV./2018, p. 4) afirma: “*nós tínhamos francês na época, pensa!!! Não era brincadeira não!!!*”. Ao passo que Dalibor do Amaral Trachta (ENTREV./2018, p. 2) lembra de

*Educação Artística. Mas a matéria que a gente fazia a gente aprendia a fazer brinquedos, é serrar, e as meninas aprendia a fazer bordado, aprendia a fazer crochê, então se preparando para ser dona de casa, pra ser mãe, todas essas coisas. E os homens eram preparados para fazer os serviços. [...], nós tínhamos aula de Educação Moral e Cívica (ENTREV./DALIBOR DO AMARAL TRACHTA, 2018, p. 2).*

Marisa Andrade Michelini (ENTREV. MARISA ANDRADE MICHELINI, 2018, p. 14), ao ser indagada sobre as disciplinas exclama:

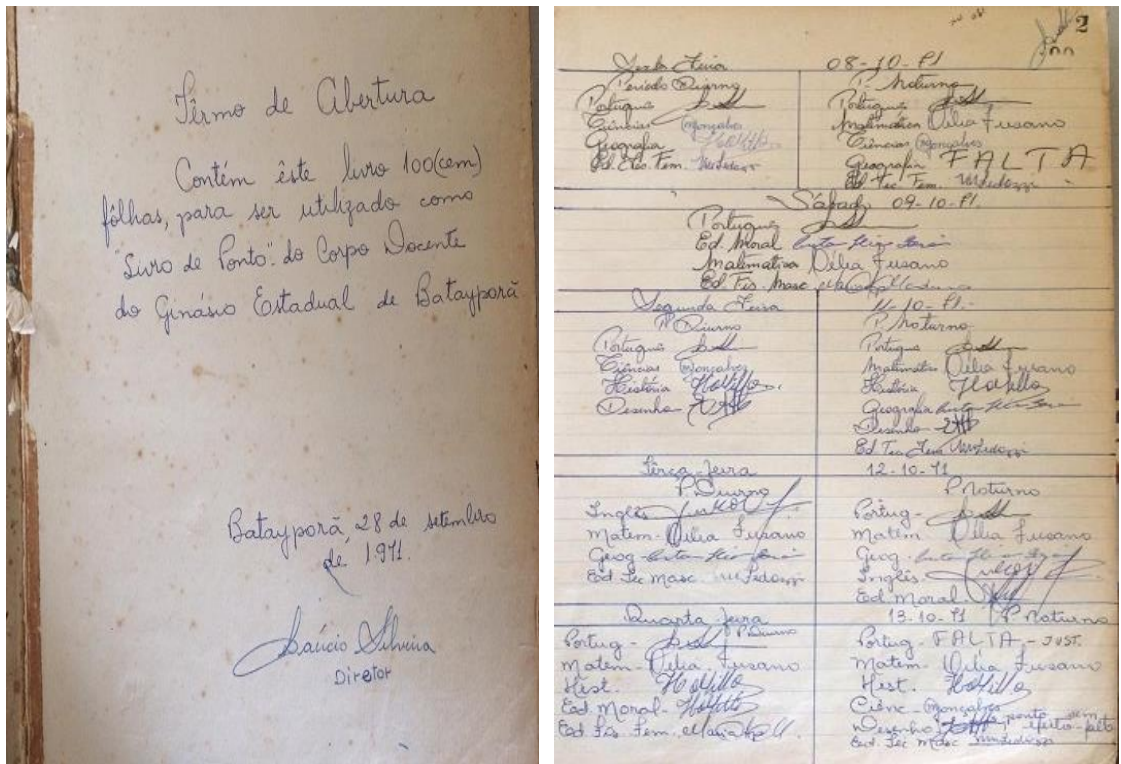
*Vixi! Como tinha! Não se compara nem com o de hoje. Tinha trabalhos manuais, tinha canto orfeônico, tinha, tinha de tudo. Não é igual no meu tempo, eu vim do Paraná, tinha latim, francês e inglês. O latim e o francês caíram. Mas o inglês permanecia. Permanecia, parece que 2 anos” (ENTREV./MARISA ANDRADE MICHELINI, 2018, p. 14).*

E assim, as lembranças relevantes para cada um não são idênticas, no entanto, sobre o ensino religioso são unânimes em narrar que era aberto à igreja católica, dizem que tinha um “irmão” de Nova Andradina, que depois se tornou padre e desenvolvia o trabalho religioso na escola. Porém não fica claro se era uma disciplina escolar. O ex aluno José Miguel da Rocha (ENTREV./2018, p. 6) diz: “*Não, não, essa aula era dada e oferecida pela igreja. Posteriormente começou a ter o ensino religiosa que era para falar do laico. Mas nessa época a igreja católica dominava, só ela que interessava e vinha “.* Nesta mesma direção, percebe-se a fala de Salvador Pereira (ENTREV./2018, p. 7): “*[...]Ensino religioso. E assim predominantemente a religião católica. Não tinha outra, ele era irmão e depois ele se tornou padre, esse irmão, o irmão Quirino. E tem o irmão Brás [...]*”.

O mesmo acontece quando se trata dos professores. Os professores Jaconias e Henrique Trachta, professores de matemática, são citados por todos. Também foi lembrado o professor de português Laércio Silveira que, posteriormente, se tornou diretor do Ginásio, Irmão Quirino e Irmão Braz, Irmãos Maristas, que trabalharam o Ensino Religioso mas que também lecionava outras disciplinas conforme registra o ex aluno Jose Miguel da Rocha (ENTREV./ 2018, p. 3) “*[...] sociologia, psicologia, filosofia quem deu aula para nós, quem dava aula era os irmãos Maristas que morava em Nova Andradina,[...]*”

Diante das lembranças dos entrevistados procuramos por documentos escritos que pudessem apresentar todos os professores que fizeram a história do Ginásio e localizamos apenas um Livro Ponto (1971-1972), porém sem possibilidade de identificação dos sujeitos, uma vez que não apresentam nomes, apenas as disciplinas com as rubricas do professor que a lecionava. Tal informação pode ser verificada na imagem da Figura 19.

Figura 19 - Cópia do Livro Ponto do Ginásio (1971-1972)



Sexta-feira 25-4-72		Quarta-feira 26-4-72	
5-5	Portugues <del>falt</del>	História <del>falt</del>	6-5
4	Geografia <del>falt</del>	Matemática <del>falt</del>	5-5
5-5	Inglês <del>falt</del>	Ciências <del>falt</del>	4-4
5-5	Ed. moral <del>falt</del>	Portugues <del>falt</del>	5-5
4-4	Matemática <del>falt</del>	Org. Política <del>falt</del>	2-2
4-4	Geografia - <del>falt</del>		
Quarta-feira 27-4-72		Quarta-feira 28-4-72	
4-4	Geografia <del>falt</del>	Ciências <del>falt</del>	4-4
3-3	Educação Técnica <del>falt</del>	Matemática <del>falt</del>	4-4
5-4	Portugues <del>falt</del>	Religião - <del>falt</del>	5
5-3	Educação Moral <del>falt</del>	Portugues <del>falt</del>	5-5
5-1	Inglês <del>falt</del>	Desenho <del>falt</del>	2-2
2-2	Matemática <del>falt</del>		
Sexta-feira 01-05-72		Sexta-feira 02-05-72	
<del>FEARADO</del>		Portugues <del>falt</del>	5-5
<del>PERSONAL</del>		Geografia <del>falt</del>	4-4
		Inglês <del>falt</del>	5-5
		Ed. moral <del>falt</del>	5-5
		matemática <del>falt</del>	4-4
Quarta-feira 03-05-72		Quarta-feira 04-05-72	
5-5	História <del>falt</del>	Geografia <del>falt</del>	4-4
5-5	Matemática <del>falt</del>	Ed. Social <del>falt</del>	3-3
4-4	Religiao <del>falt</del>	Portugues <del>falt</del>	5-5
5-5	Portugues <del>falt</del>	Ed. moral <del>falt</del>	5-5
2-2	Org. Política <del>falt</del>	Inglês <del>falt</del>	5-0
		matemática <del>falt</del>	2-2
	Resu		

Fonte: Escola Estadual "Jan Antonim Bata" (1971-1972).

Diante da impossibilidade de identificação dos professores no Livro Ponto, realizamos conversas informais com morador do local, Dalibor do Amaral Trachta, e o que está na memória desse sujeito foi relacionado no Quadro 7.

**Quadro 7** - Professores do Ginásio/disciplinas (1969 – 1974)

<b>PROFESSORES / DISCIPLINAS</b>	
Jaconias de Souza	Matemática
Célia Fuzano	Matemática
Ignês Joana Iurchiello	Educação moral e cívica, História, Religião
Laércio Silveira	Português
Raymundo Jose da Silva	Português
Alceu Manoel	Inglês
Eusdra Moreira Machado	Educação artística
Maria Neuza Fedozzi	Educação técnica Manual
Antonio Ilédrio Borin	Geografia
Manoel Andrino	Francês

**Fonte:** Elaborado por Salomão (2019g).

Ao observar a relação de professores apresentada é perceptível a incompletude de dados quanto aos professores do Ciclo Ginásial, principalmente se compará-lo com as disciplinas que compunham o currículo; porém, o informante disse ter relatado o nome dos professores dos quais se lembrava como aluno ou que conheceu na cidade. Registramos que este aspecto pode ser objeto de outras pesquisas referentes ao Ginásio.

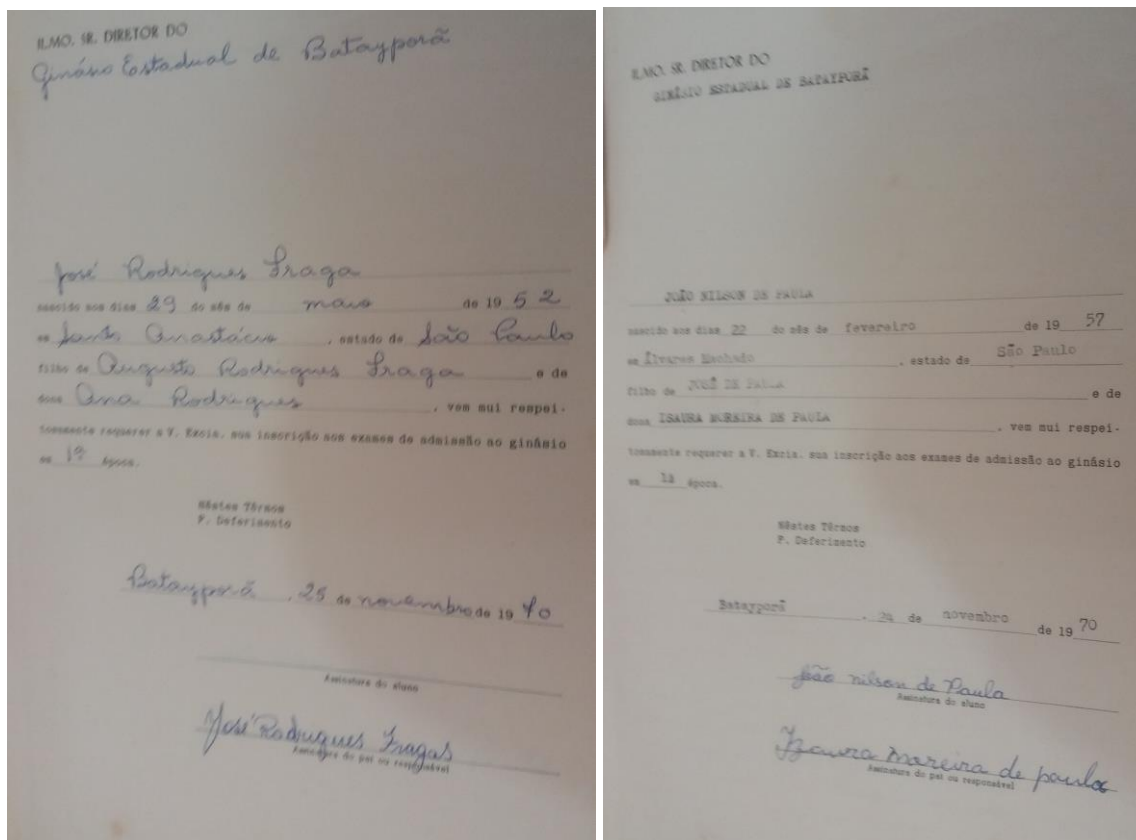
#### 2.2.4 O ingresso ao Ginásio

A entrada ao Ginásio se dava por meio de exame de admissão, conforme o art. 36 da Lei 4.024/61 (BRASIL, 1961). Certamente a entrada ao Ginásio Estadual de Bataiporã não foi diferente. Segundo a professora e ex-diretora Marisa Andrade Michelini (ENTREV./2018, p. 10), “*Fazia admissão, uma espécie de Vestibulinho pra entrar no ginásio, era uma avaliação pra entrar no ginásio, aquele livro GROSSO de admissão com todas as disciplinas*”. Desta mesma forma os demais entrevistados, os ex-alunos, afirmaram terem feito este exame.

Conforme o Livro Atas da escola, percebe-se a existência de exames de primeira e segunda época, que aconteciam nos meses de dezembro e fevereiro, respectivamente. Para realização do referido exame o aluno maior de idade ou o pai ou responsável solicitava junto à secretaria por meio de requerimento.



**Figura 20** - Requerimentos de Exame de Admissão (1970)

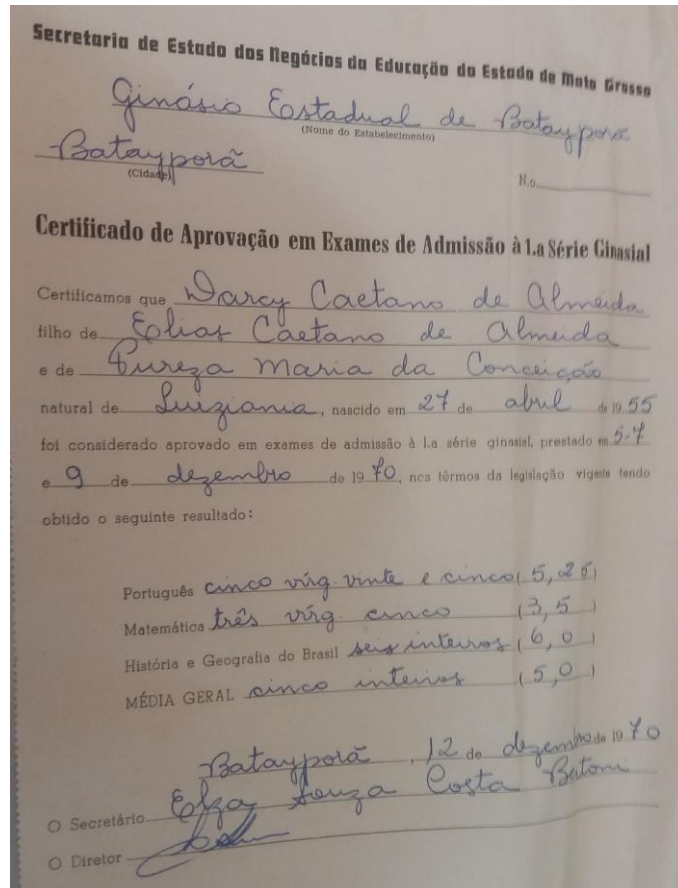


**Fonte:** E. E. “Jan Antonin Bata” (1970)

De acordo com as imagens acima os candidatos requereram o exame de admissão de 1ª época no mês de novembro, sendo realizado no mês de dezembro do mesmo ano, 1970. Após a realização deste, o aluno aprovado recebia um comprovante de aprovação que deveria ser apresentado para realização da matrícula na primeira série Ginásial. A Figura 21 apresenta um certificado, a partir do qual pode-se afirmar que naquele período os exames eram realizados para as disciplinas de Português, Matemática, História e Geografia do Brasil, e nas quais o candidato deveria obter como média geral nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

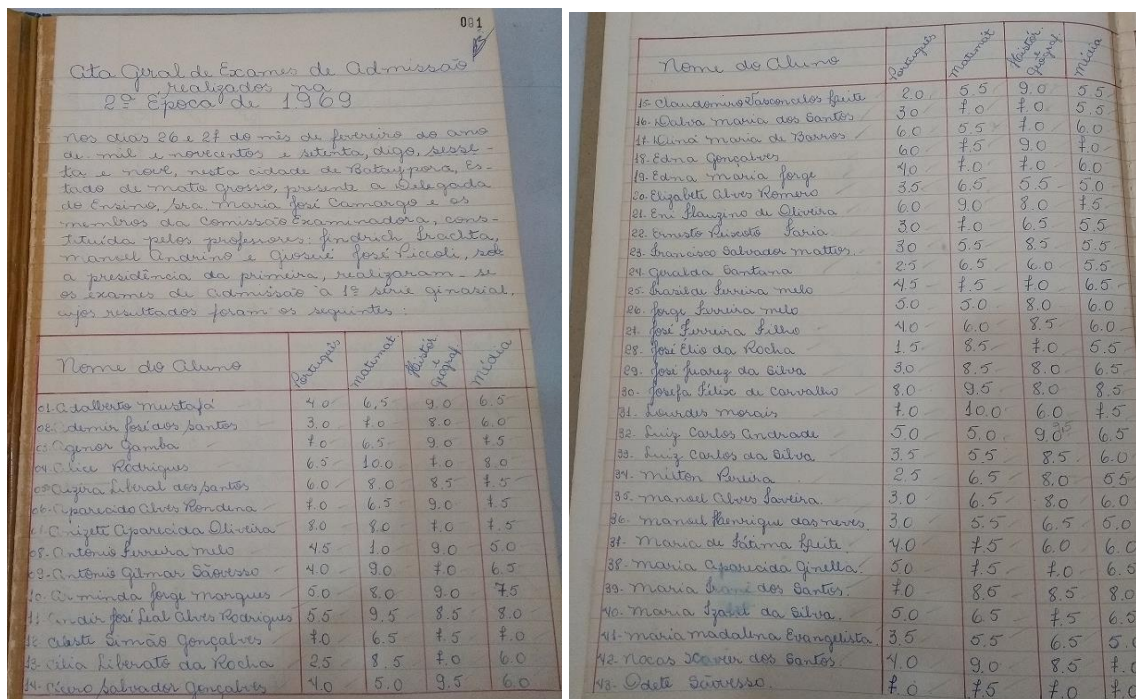
O mesmo acontece com os dados apresentados nas Atas, cabendo registrar que a primeira Ata de Exame de Admissão (1969) ao Ginásio de Bataiporã sinaliza um exame de 2ª época, datado de 26 e 27 de fevereiro de 1969. De acordo com a Ata, esteve presente a delegada de ensino, que presidiu a seleção, além de uma comissão examinadora composta de três professores. Participaram da seleção 51 candidatos, todos aprovados.

Figura 21 - Certificado de aprovação em Exame de Admissão (1970)



Fonte: E. E. Jan Antonin Bata (1970).

Figura 22 - Ata de Exame de Admissão (1969).



Fonte: Fonte: Fonte: E. E. "Jan Antonin Bata" (1969).

**Figura 23** - Ata de exame de admissão (1969).

002.

Nome do Aluno	Português	matemát	História e Geogr	música
44. Octaviano Joaquim dos Santos	3,5	6,0	8,0	6,0
45. Renato Lurino de Albuquerque Pinheiro	2,5	9,5	8,0	6,5
46. Roberto Aparecido Gamba	4,0	7,5	8,0	6,5
47. Roberto Quella	3,5	8,5	7,0	6,5
48. Simi Moreira Ferraz	3,5	8,5	6,5	6,0
49. Sueli de Fatima Rom	5,0	7,5	6,0	6,0
50. Salvador Pereira	5,0	8,0	9,0	7,5
51. Uli Moreira Ferraz	2,5	9,0	7,5	6,5

*Observação.*  
Conferidos as provas, estando as notas de acordo com as transcritas nesta Ata e estando a mesma conforme, segue datada e assinada pela secretária e pelo Diretor que fizeram a revisão.

Bataiporã, 28 de Outubro de 1969.

*Carlos Alberto Martinez Alous*  
Carlos Alberto Martinez Alous

*Professor José Galvão*  
Professor José Galvão  
Diretor

**Fonte:** Fonte: E. E. "Jan Antonin Bata" (1969).

A realização de Exame de Admissão, apenas de 2ª época, se justifica pela data de criação do Ginásio - 12 de fevereiro de 1969, uma vez que este era o primeiro ano de oferta do curso na cidade. Outro fato que cabe ser citado, conforme mostra a Ata (Figura 23), 51 pessoas fizeram a prova e foram aprovados. Também houve 51 matrículas na 1ª série Ginasial neste mesmo ano. Assim podemos afirmar que o Ginásio iniciou com 51 alunos matriculados. No entanto, concluiu o ano letivo com 33 alunos aprovados, 11 reprovados, 6 desistentes e 1 transferido, conforme dados da Ata de Resultados Finais (E. E. "Jan Antonin Bata", 1975).

Nos anos posteriores houve exames de 1ª e 2ª época. O Quadro 8 apresenta os resultados da escola.

**Quadro 8** - Apresentação de resultados de exame de admissão X matrículas (1969 – 1971)

ANO LETIVO	EXAME DE ADMISSÃO		ALUNOS APROVADOS	MATRÍCULAS
	1ª ÉPOCA	2ª ÉPOCA		
1969	-	51	51	51
1970	36* <sup>15</sup>	-	26	44
		29*	17	
1971	30 ** <sup>16</sup>	-	20	75
	30**	-	20	
	-	42*	25	

**Fonte:** Elaborado por Salomão (2019h).

Observando o Quadro 8 pode-se afirmar que o exame de admissão, como a produção sobre o tema também explícita, foi um fator de limitação de acesso ao Ginásio. Se calcularmos o quantitativo de candidatos desclassificados a cada seleção, percebe-se um número expressivo que, a cada ano, deixou de cursar o Ginásio, por não conseguir aprovação. Desta forma o tão esperado grau de instrução continuava apenas no sonho de vários sujeitos. Ressalte-se que entre estes, muitos esperaram o momento de retomar os estudos e foram impedidos por um critério de seleção que acabava por desenvolver nas pessoas um sentimento de incapacidade e de incompetência para os estudos.

No caso de Bataiporã, inicialmente, além do exame que dificultava principalmente para aqueles que estavam fora da escola há algum tempo, o turno de funcionamento também era outro empecilho, pois as pessoas que trabalhavam não podiam frequentar a escola no período diurno. Tal situação muda visivelmente a partir do momento que o Ginásio passa a funcionar no período noturno e mais ainda quando deixa de existir o Exame de Admissão. Como podemos conferir no Quadro 9.

<sup>15</sup> \* Os alunos que não aparecem aprovados, aparecem com média inferior a 5,0.

<sup>16</sup> \*\* Os alunos que não aparecem aprovados, realizaram parcialmente o exame ou não realizaram.

**Quadro 9** - Número de matrículas anuais da 1ª série do Ginásio por turno de funcionamento (1969-1974)

ANO	SÉRIE	TOTAL	TURNO
1969	1ª	51	Diurno
1970	1ª	44	Diurno
1971	1ª 1ª	32 43	Diurno Noturno
1972	1ª 1ª	51 53	Noturno Noturno
1973	1ª 1ª	49 52	Noturno Noturno
1974	5ª 5ª	54 50	Diurno Noturno

**Fonte:** Elaborado por Salomão (2019i).

O Quadro 9 evidencia o acesso ao Ginásio. Até 1971, para se matricular na 1ª série Ginásial o Exame de Admissão era o principal requisito e a oferta do ensino, período diurno. A partir de 1972, a oferta se fez unicamente à noite e o exame deixa de ser pré-requisito. A partir daí é notável a evolução do número de matrículas no Ginásio, aumentando ainda mais em 1974 quando o Ginásio deixa de existir passando ao ensino de primeiro grau. No entanto, muitos que iniciaram o Ginásio não chegaram ao final do curso dentro do prazo previsto ou acabaram desistindo de estudar. O Quadro 10 apresenta o quantitativo de alunos que concluíram o Ginásio, ou seja, a 4ª série Ginásial, nos anos de 1972, 1973 e 1974, que equivalem aos que iniciaram a 1ª série em 1969, 1970 e 1971, respectivamente.

**Quadro 10** - Número de alunos iniciantes e concluintes do Ginásio (1969 – 1974)

ANO	SÉRIE	TOTAL DE MATRÍCULAS	DE APROVADOS
1969	1ª	51	20
1972	4ª	26	
1970	1ª	44	15
1973	4ª	18	
1971	1ª	75	23
1974	8ª	24	

**Fonte:** Elaborado por Salomão (2019j).

O Quadro 10 demonstra os resultados desta etapa de ensino no município em seu curto tempo de duração. Se compararmos as matrículas iniciais com as finais perceberemos que

nem 50% dos alunos que iniciaram o curso, o concluíram no tempo previsto. No entanto, se voltarmos no Quadro 8 que informa as matrículas anuais por série e turno de funcionamento é possível perceber que alguns prolongaram o prazo de conclusão, entretanto muitos chegam ao final do curso.

### 2.2.5 Memórias “sem ressentimentos”

Nesta parte tratamos das memórias dos sujeitos da pesquisa, procurando analisar como experiências influenciaram a vida dos sujeitos e da população do município.

A lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. Estas continuam coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente um sujeito se encontre envolvido. No entanto, a forma como é lembrada, sentida, é própria de cada sujeito e esta propriedade, esta singularidade, é que a torna experiência.

Na fala do ex-aluno José Miguel da Rocha (ENTREV., 2018, p. 9) explicita-se que o Ginásio “*Era, uma escola bem, quem veio para li com vontade de se destacar. Foi uma maravilha*”. E ao falar desta etapa escolar atribuiu-lhe a responsabilidade pelo caminho dado a sua vida e de seus colegas dizendo: “*Da minha época, que estudaram comigo, vários se tornaram professor. [...] dono de um escritório de contabilidade, estão todos bem na vida, graças a Deus. Tomaram um destino digno*”. E conclui dizendo que o Ginásio abriu caminho para a melhoria da situação que “*se não fosse aquele ginásio, nós tínhamos virado que, igual os de até então antes de nós na educação*”.

O entrevistado é um dos alunos que não concluiu o Ginásio neste estabelecimento, uma vez que era professor da zona rural do município e a prefeitura ofereceu um curso de férias aos professores para formação em período de curta duração, no entanto valorizou o Ginásio no município uma vez que, conforme expõe, se não tivesse surgido o Ginásio não teria retornado aos estudos e sua vida poderia ter tomado outros rumos. Os outros alunos entrevistados, também consideram o ginásio importante, entretanto, o veem de forma diferente, pois foram alunos regulares e em idade escolar própria desta etapa de ensino.

É possível entender cada entrevistado, pois cada pessoa é única, cada um ocupou um lugar diferente na história do Ginásio e, por isso, apresentaram pontos de vistas diferentes, porém todos partem de um ponto comum: a memória coletiva do Ginásio.

Da mesma forma é possível compreender a forma como o entrevistado Dalibor do Amaral Trachta fala da cidade em relação aos demais, pois enquanto os demais têm um certo distanciamento da história da cidade, pois vieram de outras localidades para ali viver e trabalhar, ele é filho de colonizador, sua família teve influência direta na construção do município. Assim como explicita Halbwachs (1990, p. 51), “Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitem do mesmo modo”. Afinal cada um é um ser próprio, cada um tem suas lembranças. Ou ainda: “A sucessão de lembranças, mesmo que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomando à parte, e em seu conjunto” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Entre os entrevistados, Dalibor do Amaral Trachta (ENTREV., 2018) trata a história do município com muito orgulho e até um certo saudosismo. Por ser filho de um dos colonizadores do local, ligado diretamente ao dono da Companhia, se sente parte de sua história. Este, com grande prontidão e simpatia, sempre atendeu na escola onde é funcionário e que o diretor lhe encarregou de tal função, bem como no Centro de Memória, do qual é o responsável. Na última visita à Escola “Jan Antonin Bata”, visitamos um dos pavilhões que havia passado por reforma recente, numa parceria entre governo do Estado e a atual República Tcheca. Na ocasião falava da inauguração onde estaria a Secretária de Educação Estadual juntamente com o cônsul-geral da República Tcheca.

A inauguração ocorreu em 21 de fevereiro de 2019, conforme matéria publicada no *site* da SED/MS, apresentado na Figura 24. Na ocasião também foi realizada a apresentação do livro de Markéta Pilátová, sobre a trajetória de Jan Antonin Bata.

**Figura 24** – Inauguração do pavilhão da E.E. “Jan Antonin Bata” (2019)



DESTAQUE

Fonte: SED/MS (2019).<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/Geral/interior/>>. Acesso em: 19 de mar de 2019

O informante Dalibor do Amaral Trachta (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019) sente-se muito grato à República Tcheca. Todo seu apego e orgulho se deve ao fato de que nasceu e se criou no local, ao contrário de seus irmãos, que moraram com os parentes no estado de São Paulo para que pudessem estudar. Daniel estudou ali mesmo no município pois não conseguiu ficar longe da família. Segundo narra,

*Aqui é onde eu passei toda minha infância né, sempre aqui, e como eu era o caçula os meus irmãos mais velhos né, a Nida e o Dario, e a Juca por adoção foram pra Presidente Epitácio para estudar e ficar na casa dos meus tios. Enquanto isso eu aqui brincando na minha infância [...] É, e depois que chegou na minha idade escolar meus pais me levaram para Presidente Epitácio, eu fiquei um ano lá estudando o primeiro ano, só que não me acostumei, eu chorava muito de saudades dos meus pais e [...] eu não me acostumei a ficar nunca longe de casa (ENTREV./DALIBOR DO AMARAL TRACHTA, 2018, p. 2).*

Desta forma, fala com muito orgulho de sua história de vida, da sua família e do município. Muitas vezes se emocionou no decorrer da entrevista, demonstrando apego ao lugar onde mora e aos acontecimentos históricos e a própria história de vida.

Os sujeitos relatam suas experiências de forma satisfeita com o Ginásio e etapa de ensino dos quais fizeram parte, com orgulho e sem ressentimentos, porém, a colonização não foi somente alegrias, e apesar dos colonizadores ainda permanecerem no local o ciclo inicial foi de dor e sofrimento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo estudar o Ginásio Estadual de Bataiporã e o curso ginásial oferecido no município de Bataiporã, antigo sul de Mato Grosso, observando tanto o contexto histórico-social, como as circunstâncias específicas de criação, instalação e transformações ocorridas no curto período em que funcionou com essa denominação e organização. Foi adotado como recorte temporal o período de funcionamento do Ginásio, entre 1969 e 1974.

A pesquisa, documental e de campo, foi realizada utilizando a legislação, os rarefeitos documentos do arquivo escolar, disponíveis na Escola Estadual “Jan Antonin Bata”, e entrevistas realizadas com sujeitos (professores, alunos e administradores) que participaram da história da Instituição e do curso ginásial.

O Relatório, resultado da pesquisa, foi organizado em dois capítulos. No primeiro retomou-se a história da educação secundária em Mato Grosso, a partir da legislação em vigor no período do recorte adotado e de produções científicas nacionais, enfatizando a educação secundária em Mato Grosso.

De acordo com a legislação da época o Ginásio era a etapa escolar que sucedia o primário e antecedia o colegial (atual Ensino Médio); esses dois ciclos constituíam o chamado Ensino Secundário. Esta etapa escolar era composta de 8 anos e para acessar o Ginásio era necessário aprovação em um processo seletivo denominado “Exame de Admissão”, processo seletivo que impediu muitos de continuar os estudos.

Com a aprovação da primeira LDB, a Lei nº 4.024/61 (BRASIL, 1961), o Ensino Secundário permaneceu com 2 ciclos (como anteriormente), mas com outra denominação, Ciclo Ginásial e Ciclo Colegial – composto de 4 e 3 anos, respectivamente. A outra mudança significativa ocorreu na década de 1970, com a Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), que reformulou a educação primária e secundária no país, que passou a ser denominada Ensino de 1ª e 2ª graus. Com esta reforma o 1º grau foi organizado em 8 anos, unindo primário e ginásio, e o 2º grau, com de 3 ou 4 anos, além de eliminar o Exame de Admissão. O ensino de 1º grau passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade.

Em Mato Grosso o marco educacional do Ensino Secundário surgiu com a criação do Liceu Cuiabano em 1879. Até essa data contava apenas com ensino privado e de caráter religioso. Apesar de se dar ênfase maior ao Ensino Primário, o Estado mantinha três Ginásios oficiais nas principais cidades: Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. A partir de 1950, o Estado aumentou os investimentos e chegou em 1955 com 7 ginásios públicos, distribuídos em

diferentes municípios, e 9 ginásios particulares. No entanto, a partir de 1961 ocorreu um avanço significativo, passando a 56 estabelecimentos de ensino, porém com acesso limitado devido a permanência do Exame de Admissão.

No segundo capítulo analisamos a institucionalização e as transformações iniciais da educação secundária no município de Bataiporã, materializado na criação do Ginásio Estadual de Bataiporã e as expectativas que gerou na vida dos sujeitos e da pequena cidade. Abordamos, inicialmente, o processo de colonização até a formação do município e sua influência no processo de escolarização da população que habitou o local. Na segunda parte analisamos como se deu a criação e funcionamento do Ginásio e o ensino, explicitando sua distribuição espacial na geografia da cidade, os sujeitos que por ela passaram, as relações de poder e os mecanismos de disciplinamento dos comportamentos que se efetivou nesta etapa da escolarização.

A colônia Samambaia, que posteriormente se tornou o município de Bataiporã, surgiu de um processo de colonização desenvolvido pelo empresário Jan Antonin Bata, cidadão tchecoslovaco, naturalizado brasileiro, dono da companhia CVSPMT, na década de 1950, numa área destinada à criação de gado e extração de madeira, mas que também desenvolveu atividades comerciais e industriais. No mesmo ano de criação, 1953, a Colônia tornou-se distrito do município de Bataguassu-MT, cinco anos depois, passou a distrito de Nova Andradina-MT e, em 1963, foi elevado a município.

Em 1955, ainda distrito, foi criada a primeira escola primária, denominada Escola Rural Mista, transformada no mesmo ano em Grupo Escolar de Bataiporã. Somente em 1969 foi criado o Ginásio Estadual de Bataiporã. O Grupo e o Ginásio foram construídos na mesma quadra da cidade, porém tinham prédios e administração independentes. O Ginásio funcionou com essa denominação até 1974, mesmo após a aprovação da reforma de 1971.

A oferta do Ginásio no município também foi seletiva, pois a aprovação no Exame de Admissão era pré-requisito para a matrícula no curso. Além desta seleção outro fator era a permanência na escola, que era difícil para alguns por questões financeiras e de trabalho.

Os documentos analisados e as narrativas dos sujeitos entrevistados evidenciaram a seletividade do ensino, o controle dos comportamentos, por meio da distribuição espaço-temporal, a dedicação/dificuldades de alguns professores no exercício da docência, em especial pela mudança legal que exigiu outro tipo de formação, as condições materiais das edificações e outros aspectos. Em relação à educação na cidade, o Ginásio em Bataiporã foi considerado estímulo, alento, seleção e experiência para os que a ele tiveram acesso.

Em decorrência do escasso material localizado no arquivo escolar, bem como nos arquivos pessoais dos sujeitos entrevistados, vários aspectos deixaram de ser tratados na pesquisa e na escrita da história dessa Instituição e do curso nela oferecido. Permanecendo a possibilidade de novas pesquisas sobre a educação naquele município e, conseqüentemente, do atual estado de Mato Grosso do Sul.

As narrativas contribuíram para afirmar que o Ginásio, e o ensino que lhe correspondeu, funcionou, ocupou espaço na geografia da cidade; imprimiu certa seletividade e possibilitou, para alguns estudantes, a continuidade dos estudos; marcou presenças do Livro Didático e ausências de outros materiais; ocupou espaço-tempo em período noturno ou diurno na vida dos sujeitos; demarcou problemas salariais e de sobrevivência na prática profissional dos docentes; permaneceu nas memórias/experiências dos indivíduos que ocuparam diferentes posições de sujeito em seu interior; entre outros aspectos. Funcionou!

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Violar Memórias e Gestar a História: Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. Universidade Federal da Paraíba. **CLIO**. Série História do Nordeste, nº 15, 1994. Paraíba: UFPB, 1994.
- AGUIAR, Patrícia Meneghetti de. O exame de admissão e a seletividade na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971). 2013. 96 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2013. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=270055](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=270055)>. Acesso em: 15 out. 2017.
- ANDRADE, Heloíse Vargas. Ensino secundário e agentes intelectuais no sul do Mato Grosso (1931-1961). 2017. 189 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2017. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5006321](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5006321)>. Acesso em: 15 out. 2017.
- ASSIS, Jacira Helena do Vale Pereira. Ensino Secundário no Sul de Mato Grosso no século XX: itinerário de pesquisa com fontes memorialísticas. 2011. In: ASSIS, Jacira Helena do Vale Pereira; SILVA, Alice Felisberto da (org.). **Memória do ensino secundário no Sul de Mato Grosso**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2015.
- BASTOS, Maria Helena Camara; ERMEL, Tatiane de Freitas. Ritos de passagem, classificação e mérito: os exames de admissão ao Ginásio (1930 a 1961). In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima (Orgs.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 115-159.
- BATISTA, Luiz Carlos; MARTINS Jr, Carlos; ZILIANI, José Carlos. Resgate e construção da memória e da história da colonização do sudeste de Mato Grosso do Sul. **Klepsidra**. Ed. 27º. Janeiro - Março 2006, ISSN 1677-8944. Disponível em: <<https://www.klepsidra.net/klepsidra23/colonizacao-ms.htm>>. Acesso em: 28 out. 2018.
- BOBADILHA, Thierry Rojas. Educação Primária no Sul de Mato Grosso: o Grupo Escolar de Batayporã - MT (1955-1974). 2016. 94 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.
- BRITEZ, Adriana Espindola. A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960). 2014. 202 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em: Disponível em: <<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/2273>>. Acesso em: 4 de jul. 2017.
- BRITO, Silvia Helena Andrade. Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930 - 1954. 2001). 372 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253474>>. Acesso em: 4 de jul. 2017.

ČERMÁKOVÁ, Martina. Jindřich Trachta: um olhar sobre a memória e história de um imigrante tcheco no sul de Mato Grosso. 2015, 186 f. **Dissertação** (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

COSTA, Giselle de Almeida. **Cultura, gênero e educação por trás da história do Liceu Cuiabano**. 2004. Gazeta Digital. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniao/cultura-genero-e-educacao-por-tras-da-historia-do-liceu-cuiabano/57797>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João. Ensino Secundário em Santa Catarina: da instituição da República à Era Vargas (À guisa de introdução). In: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João (Orgs.). **O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (Final do Século XIX, meados do século XX)**. Santa Catarina. Uberlândia: EDUFU, 2007. p. 13-26.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima. “O todo-poderoso império do meio”: transformações no ensino secundário entre a Reforma Francisco Campos e a primeira LDBEN (à guisa de apresentação). In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima (Orgs.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU, 2014. p.11-29.

DIAS, Amália; ALVES, Claudia. Políticas de profissionalização docente nas reformas do ensino secundário. In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima (Orgs.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 31-59.

DOZOL, Marlene de Souza. Memórias escolares: sem ressentimentos. **Educação & Realidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faculdade de Educação-UFRGS, v. 34, n. 2. Mai/ago, 2009, p. 225-237. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9353>>. Acesso em: 15 out. 2018.

ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Viñao Frago; ESCOLANO, Augustin **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2 ed. Tradução Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, Mai/jun/jul/ago, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>>. 5 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGO, Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Viñao Frago; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2 ed. Tradução Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.59-140.

FRANÇA, Antonio Lages. **Ensino programado de português: ensino de primeiro grau.** Editora do Brasil. 1972.

FREITAS, Marcos Cézar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996).** Ed. 1º. v. 3, São Paulo: Cortez, 2009.

FURTADO, Alessandra Cristina. História da formação de professores no Estado de São Paulo (846-1964): alguns apontamentos. In: LIMA, Paulo Gomes; FURTADO, Alessandra Cristina (Orgs.). **Educação Brasileira: interfaces e solicitações recorrentes.** Dourados: UFGD, 2011.

HALBWALCHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Centauro, 1990.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, v4º. 3.8. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 de out. 2018.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan/abr. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=pt&nrm=iso)>>. Acesso em: 5 out. 2018.

LARROSA, Jorge. Experiência e Alteridade em Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n2, p. 04-27, jul. /dez. 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/18734845-Revista-reflexao-e-acao-santa-cruz-do-sul-v-19-n2-p-04-27-jul-dez-2011.html>>. Acesso em: 5 out. 2018.

LE GOFF, Jacques (1924). **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1480 – 1511, out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876 1480. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21665>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista, São Paulo. Ed. Universitária São Francisco, 178p. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5924>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso.** Cuiabá: Secretaria de educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963.

MARQUES, Inês Velter. O ensino secundário no Sul do antigo Mato Grosso: o colégio estadual Presidente Vargas de Dourados (1951-1974). 2014. 134 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação)- Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

MARQUES, Abimael Antunes. Ginásio Agrícola Gustavo Dutra-MT: 1969 a 1974: tempos e espaços. 2015. 161f. **Tese** (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

MOREIRA, Danilo Leite. Por uma nova história da emancipação político-administrativa do município de Batayporã-MS (1953-1964). 2015, 132 f. **Dissertação** (Mestrado em História)- Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

MARTINS, Jairo F. **Comunicação e expressão em português**. 8. Série. São Paulo: Editora do Brasil, 1974.

MARTINS, Arilson Aparecido. O Seminário Episcopal da Conceição na formação das elites de Mato Grosso - Brasil (1858-1880). 2015, 352f. **Tese** (Doutorado em História da Educação) - Universidade De Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/17948>> Acesso em 12 de mai. 2019.

MINHOTO, Maria Angelica Pedra. **Da progressão do ensino elementar ao ensino secundário ( 1931-1945)**: crítica do exame de admissão ao ginásio. 2007. Disponível em: Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10600/1/Maria%20Angelica%20Pedra%20Minhoto.pdf>>. Acesso em 4 de jul. 2017.

NUNES, Clarice. **Ensino Médio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. Migração e escolarização: história de instituição escolares de Tangará da Serra Mato Grosso – Brasil (1964-1976). 2009. 335 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13610>>. Acesso em: 4 de jul. 2017.

OLIVEIRA, Stela Sanches. Implantação e organização do curso ginásial no sul de Mato Grosso: expressão de um projeto de modernização. 2014. 282 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/2280>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva; SILVA, Stella Sanches. História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes. **Roteiro**, Joaçaba, v. 42, n. 2, p. 311-330, Maio/ago. 2017 | E-ISSN 2177-6059. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18593/r.v42i2.12251>>. Acesso em: 25 out. 2018.

POSSENTE, Sirio. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas: ALB, 1996. (Coleção leituras no Brasil).

ROCHA, Marcelo Pereira. O ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o ginásio Oswaldo Cruz (1927-1949). 2014. 97 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação)- Universidade Católica Dom Bosco, 2014. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8185-o-ensino-secundario-no-sul-do-estado-de-mato-grosso-no-contexto-das-reformas-educacionais-o-ginasio-osvaldo-cruz-1927-1949.pdf>>. Acesso em: 4 de jul. 2017.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e Regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso**. Campinas, SP: autores associados; SBHE, 2000.

SILVA Tânia Paula. As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS. 2004. 163 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia):

universidade Estadual Paulista, 2004. Disponível em:  
<[repositorio.unesp.br/handle/11449/89787](http://repositorio.unesp.br/handle/11449/89787)>. Acesso em: 28 nov. 2018

SOUZA, Roosilenny dos Santos. O ensino secundário em Corumbá, sul do estado de Mato Grosso: o Ginásio Maria Leite (1918-1937). 2010. 95 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, 2010. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8156-o-ensino-secundario-em-corumba-sul-do-estado-de-mato-grosso-o-ginasio-maria-leite-1918-1937.pdf>>. Acesso em: 4 de jul. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & educação**. 3 ed. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 160p.

ZILIANI, José Carlos. Colonização: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1900-1960). 244 fls. **Tese** (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103128>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro; BOBADILHA, Thierry Rojas. Cidade e escola: memórias dos sujeitos do grupo Escolar de Bataiporã (1955-1971). In: III Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste. 2015, Catalão. **Anais...**Catalão-GO: UFG, 2015. Disponível em: <<https://eheco2015.files.wordpress.com/2015/09/cidade-e-escola1.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro. Educação e colonização: memórias e experiências de sujeitos do Grupo Escolar de Bataiporã, MT. In: XIII ANPUH. **Anais...** Coxim-MS: . 2016. Disponível em:  
<[http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478272550\\_ARQUIVO\\_Trabalho\\_completo-R.Z.pdf](http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478272550_ARQUIVO_Trabalho_completo-R.Z.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2018

ZOTTI, Solange Aparecida. A função social do ensino secundário no contexto de formação da sociedade capitalista brasileira. 2009. 298 p. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em:  
<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251709>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ZOTTI, Solange Aparecida. O Ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. **Revista HISTDBR On-line**. Campinas. n.18, p. 29-44, jun. 2005. Disponível em:  
[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04\\_18.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04_18.pdf). Acesso em: 03 jul. 2019.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos Jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Editora Plano, 2004.

## FONTES

BRASIL Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, Seção 3, p. 6945, de 01 de maio de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>> Acesso em 08 jan. 2018.



BRASIL Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 9 de abril de 1942. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2018.

BRASIL Ministério da Educação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Presidência da República. Brasília: Senado Federal, 1961. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção 1, p. 51, v. 7, de 27 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. p. 6377. Disponível em: <Publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 10 out. 2017.

MATO GROSSO. Decreto-lei nº 813, de 12 de fevereiro de 1969. Cria um ginásio estadual na cidade de Bataiporã. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá. 12 de fevereiro de 1969, p. 1.

COLTED. **O livro didático**: sua utilização em classe. 2 ed. Livros para o progresso. (S.d).

SED/MS. República Tcheca e Governo de MS realizam parceria inédita no Brasil, com investimento escolar em Batayporã. 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/Geral/interior/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.  
MATO GROSSO. Lei nº 536, de 3 de dezembro de 1879. In: SÁ; SIQUEIRA, 2000.

## Fotografias

FIGURA 1 - Mapa “Localização dos terrenos da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso” (1961). Centro de Memória Jindrich Trachta, Bataiporã, MS (1961). Bataiporã, 2018.

FIGURA 2 - Recorte com a localização de Bataiporã no mapa “Situação dos terrenos da CVSPMT” (1961). Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Bataiporã (1961). Bataiporã. 2018.

FIGURA 3 - Mapa dos limites territoriais do município de Bataiporã-MT.

FIGURA 4 - Mapa de Mato Grosso do Sul - divisão territorial. Disponível em: <<https://www.thinglink.com/scene/789304809260843010>>.

FIGURA 5 - Decreto de criação do Ginásio Estadual de Bataiporã (1969). Escola Estadual “Jan Antonin Bata”. Bataiporã, 2018.

FIGURA 6 - Decreto de unificação do Grupo Escolar e do Ginásio Estadual de Bataiporã (1974). Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2018.

FIGURA 7 - Decreto de elevação da Escola Estadual de 1º Grau “Jan Antonin Bata”. a 2º grau (1975). Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2018.

FIGURA 8 - Decreto de autorização do magistério (1975). Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2019.

FIGURA 9 - Certidão (1980). Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2019.

FIGURA 10 - Grupo escolar Bataiporã. Acervo do Centro de Memória Jindrich Trachta, Bataiporã (1969). Bataiporã. 2018.

FIGURA 11 - Ginásio Estadual de Bataiporã. Acervo da Escola Estadual “Jan Antonin Bata” (1970). Bataiporã. 2018.

FIGURA 12 - Ginásio Estadual de Bataiporã. Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2019.

FIGURA 13 - Representação da quadra 48. Planta elaborada por Salomão.

FIGURA 14 - Caderneta de controle da frequência escolar. Face book.

FIGURA 15 - Livros didáticos utilizados no Ginásio (1972 e 1974). Arquivo pessoal de João Romeu. Bataiporã, 2018.

FIGURA 16 - Páginas dos livros didáticos (com anotações do professor). Arquivo pessoal de Raymundo José da Silva. Bataiporã, 2018.

FIGURA 17 - Páginas dos livros didáticos (com anotações do professor). Arquivo pessoal de Raymundo José da Silva. Bataiporã, 2018.

FIGURA 18 - Dicionários. In: Arquivo pessoal de Raymundo José da Silva. Bataiporã, 2018.

FIGURA 19 - Cópia do Livro Ponto do Ginásio (1971-1972). Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2019.

FIGURA 20 - Requerimentos de Exame de Admissão. Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2019.

FIGURA 21 - Certificado de aprovação em Exame de Admissão. Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2019.

FIGURA 22 - Ata de exame de admissão. Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2019.

FIGURA 23 - Ata de exame de admissão: In: Escola Estadual Jan Antonin Bata. Bataiporã, 2019.

FIGURA 24 - Inauguração do pavilhão da escola. <<http://www.sed.ms.gov.br/Geral/interior/>>.

## **Quadros**

**Quadro 1** - Relação de sujeitos entrevistados - Quadro Elaborado por Salomão (a).

**Quadro 2** - Produções sobre ensino secundário/ginásio em Mato Grosso. Quadro Elaborado por Salomão (b).

**Quadro 3** - Produções sobre o município de Bataiporã. Quadro Elaborado por Salomão (c).

**Quadro 4** - Número de matrículas anuais do Ginásio Estadual de Bataiporã. Quadro Elaborado por Salomão(d).

**Quadro 5** - Número de matrículas anuais do Ginásio por turno de funcionamento. Quadro Elaborado por Salomão (e).

**Quadro 6** - Disciplinas oferecidas no Ginásio. Quadro Elaborado por Salomão(f).

**Quadro 7** - Professores do Ginásio / disciplinas. Quadro Elaborado por Salomão(g).

**Quadro 8** - Apresentação de resultados de exame de admissão X matrículas. Quadro Elaborado por Salomão(h).

**Quadro 9** - Número de matrículas anuais da 1ª série do Ginásio por turno de funcionamento. Quadro Elaborado por Salomão(i).

**Quadro 10** - Número de alunos iniciantes e concluintes do Ginásio. Quadro Elaborado por Salomão(j).

## **Entrevistas**

DALIBOR DO AMARAL TRACHTA. Entrevista. 28 de novembro de 2016. In: BOBADILHA, Thierry Rojas. Educação Primária no Sul de Mato Grosso: O Grupo escolar de Bataiporã-MT (1955-1974), 2016. 114p.

DALIBOR DO AMARAL TRACHTA. **Entrevista**. 26 de abril 2018. Entrevistadora: Rosemeire Ziliani.

RAYMUNDO JOSÉ DA SILVA. **Entrevista**. 11 de junho de 2018. Entrevistadora: Laura da Anunciação Salomão, Bataiporã, MS, 2018.

JOSÉ MIGUEL DA ROCHA. **Entrevista.** 26 de abril 2018. Entrevistadora: Laura da Anunciação Salomão, Bataiporã, MS, 2018.

MARISA ANDRADE MICHELINI. **Entrevista.** 26 de abril 2018. Entrevistadora: Laura da Anunciação Salomão, Bataiporã, MS, 2018.

SALVADOR PEREIRA. **Entrevista.** 26 de abril 2018. Entrevistadora: Laura da Anunciação Salomão, Batayporã, MS, 2018.

LEONIDA DO AMARAL TRACHTA DA SILVA. **Entrevista.** 26 de abril 2019. Entrevistadora: Laura da Anunciação Salomão, Batayporã, MS, 2019.

## **APÊNDICE**



**ROTEIRO DE ENTREVISTA  
(Professores)**

**INFORMAÇÕES PESSOAIS DO PARTICIPANTE**

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: M ( ) F ( )

Ocupação: \_\_\_\_\_

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA**

**Nome da escola:**

Como era chamada a escola no início de sua criação?

Quando começou a funcionar o ginásio na cidade? Até quando funcionou?

Antes do funcionamento do ginásio, para onde iam os estudantes que terminavam o primário para continuar os estudos?

Quais foram às motivações e movimentos para que houvesse o ginásio?

Quem ou quais pessoas buscaram meios para fazer funcionar a escola?

Houve dificuldades para criar e manter o funcionamento desta escola?

Conte como foi à trajetória das pessoas para conseguir instalar a escola?

Como você via a escola quando ela se iniciou?

De onde vinham os recursos financeiros para a Escola?

( ) Secretaria de Educação do estado ou do município. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Ministério da Educação (FNDE)

( ) Outras instituições. Qual(is)? \_\_\_\_\_

Descreva como era a estrutura física da escola?

Em que períodos funcionava ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno Explique: \_\_\_\_\_

Quantos alunos estavam matriculados no início dessa escola? E quais as idades dos mesmos?

Qual e como era o material didático utilizado na escola?

Que instituição fornecia o material didático?

O que acha desse material?

Quem foram os primeiros professores no início dessa escola?

Quanto tempo esses professores lecionaram nessa escola?

Que instituição pagava os salários dos professores?

Quanto recebiam e como era feito o pagamento dos professores?

Que tipo de formação tinham os professores que lecionavam na escola no início de seu funcionamento?

Os professores participavam de alguma formação continuada?

Há algo mais que gostaria de dizer sobre a educação e a escola?



## ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Ex-alunos)

### INFORMAÇÕES PESSOAIS DO PARTICIPANTE

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: M ( ) F ( )

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR

1. Comente sobre a vinda de sua família para Batayporã (ano, profissão ou atividade dos pais, se nasceu na cidade, como era a cidade, etc.).
2. Conte como foi a criação do Ginásio na cidade? Lembra em que ano ocorreu?
3. Assim que terminou o primário já entrou no Ginásio ou precisou esperar algum tempo?
4. Quando se matriculou no Ginásio tinha feito a prova de admissão, como foi essa experiência?
5. Com que idade você estava quando começou a frequentar o Ginásio? Em que ano isso ocorreu? Conseguiu terminar o ginásio?
6. O que significou para você a entrada no Ginásio naquela época?
7. Conte como foi a sua trajetória no Ginásio de Bataiporã?
8. Onde funcionava o Ginásio no(s) ano(s) que você estudou?
9. Como eram o(s) prédio(s) e os mobiliários?
10. As turmas eram mistas? Os alunos tinham carteiras individuais?
11. Como eram os professores que ministravam as aulas no Ginásio (se eram formados, como se relacionavam com os colegas e com os alunos etc.)?
12. Comente sobre a direção do Ginásio no período que estudou.
13. Como era o material didático que você estudava? Os alunos compravam esse material?
14. Quais disciplinas você estudava e como eram as aulas?



15. Como era trabalhada a questão religiosa na escola?
16. E como eram trabalhadas as datas cívicas e comemorativas?
17. Como era o recreio, o que faziam?
18. O Ginásio funcionava no período noturno quando você estudou? Se não, como funcionava? E se sim, como foi a experiência de estudar no período noturno?
19. Como era tratada a questão do comportamento dos alunos ou da indisciplina? Havia um livro de anotações, advertências, castigos etc.?
20. Como a escola se relacionava com sua família e demais famílias dos alunos?
21. Faça outros comentários que considere importantes para você sobre o Ginásio.
22. Você tem algum material (cadernos, cadernetas ou boletins, provas, fotografias etc.) da época do Ginásio que poderia me mostrar? (em caso afirmativo pergunte se permitiria que tirasse foto dos mesmos)



## ROTEIRO DE ENTREVISTA (diretora)

### INFORMAÇÕES PESSOAIS DO PARTICIPANTE

Nome: \_\_\_\_\_  
Sexo: M ( ) F ( )  
Idade: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Ocupação: \_\_\_\_\_

Nome da escola:

Como era chamada a escola no início de sua criação?

1-Quando começou a funcionar o ginásio na cidade? Até quando funcionou?

Antes do funcionamento do ginásio, para onde iam os estudantes que terminavam o primário para continuar os estudos?

2-Quais foram às motivações e movimentos para que houvesse o ginásio?

3-Quem ou quais pessoas buscaram meios para fazer funcionar a escola?

4-Houve dificuldades para criar e manter o funcionamento desta escola?

5-Conte como foi à trajetória das pessoas para conseguir instalar a escola?

6-Como você via a escola quando ela se iniciou?

7-De onde vinham os recursos financeiros para a Escola?

( ) Secretaria de Educação do estado ou do município. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Ministério da Educação (FNDE)

( ) Outras instituições. Qual(is)? \_\_\_\_\_

8- Descreva como era a estrutura física da escola?

9- Em que períodos funcionava ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno Explique: \_\_\_\_\_

10-Quantos alunos estavam matriculados no início dessa escola? E quais as idades dos mesmos?

11-Qual e como era o material didático utilizado na escola?

12-Que instituição fornecia o material didático?

- 13-O que acha desse material?
- 14-Quem foram os primeiros professores no início dessa escola?
- 15- Quanto tempo esses professores lecionaram nessa escola?
- 16-Que instituição pagava os salários dos professores?
- 17-Quanto recebiam e como era o pagamento dos professores?
- 18-Que tipo de formação tinham os professores que lecionavam na escola no início de seu funcionamento?
- 19- Os professores participavam de alguma formação continuada?
- 20- Qual era a função do diretor naquela época?
- 21-Como eram tratados os casos de indisciplina? Que medidas eram tomadas?
- 22-Você tem algum material (cadernos, cadernetas ou boletins, provas, fotografias etc.) da época do Ginásio que poderia me mostrar? (em caso afirmativo pergunte se permitiria que tirasse foto dos mesmos).
- 23-Há algo mais que gostaria de dizer sobre a educação e a escola?